



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JONATHAS DUARTE OLIVEIRA DE SOUZA

**O EMPRESARIADO E A DITADURA MILITAR (1964-1985) – ALIANÇA AGRÁRIA
NA AMAZÔNIA**

RECIFE

2022

JONATHAS DUARTE OLIVEIRA DE SOUZA

**O EMPRESARIADO E A DITADURA MILITAR (1964-1985) – ALIANÇA AGRÁRIA
NA AMAZÔNIA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em
História da Universidade Federal de Pernambuco
como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre no Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Profa. Dra. Regina Beatriz Guimarães
Neto

RECIFE, PE

2022

Souza, Jonathas Duarte Oliveira de

O empresariado e a ditadura militar (1964-1985) – aliança agrária na Amazônia / Jonathas Duarte Oliveira de Souza - 2022.
115f.: il., fig.

Orientadora: Regina Beatriz Guimarães Neto
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2022.

Inclui referências.

1. Ditadura militar 2. Amazônia 3. Tecnologias de poder
I. Guimarães Neto, Regina Beatriz (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE/CFCH-2023-037



JONATHAS DUARTE OLIVEIRA DE SOUZA

**O EMPRESARIADO E A DITADURA MILITAR (1964-1985) - ALIANÇA
AGRÁRIA NA AMAZÔNIA**

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: 18/08/2022

BANCA EXAMINADORA

[Participação por videoconferência](#)

Prof^a. Dr^a Regina Beatriz Guimarães Neto

Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio

Membro Titular Interno (Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Airton dos Reis Pereira

Membro Titular Externo (Universidade do Estado do Pará)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

*À Rejane, que me ensinou a rir de mim mesmo
e a Jorcilho, que me ensinou o gosto pela
leitura e a andar de bicicleta.*

AGRADECIMENTOS

Tenho em mente a seguinte metáfora: a vida é um jardim, as pessoas que nos frequentam e que nós frequentamos são flores, e cabe nós o cuidado com elas. O cuidado que temos para com o outro, a maneira que cultivamos as relações é que faz com que essas flores enfeitem nossa existência.

Há certamente muitos *mystérios* rondando a eternidade, e foi-se o tempo em que eu me preocupava em delimitar as razões para todas as coisas. Agora, curto agradecer àquilo que me acontece e garanto para mim mesmo que poderia viver tudo novamente, sem restrições: os acidentes, os enganos, as escolhas, enfim, todos os acasos me trazem ao ser que sou hoje. Da mesma forma, lembro que o “eu” de agora é apenas um ponto entre um eu do futuro e o eu do passado. Eu vou mudar, mas o que vai permanecer é o que eu desejei ao outro. E é importante estarmos todos atentos ao que pensamos nos nossos silêncios, porque é isso que aumenta ou diminui a conta que iremos prestar quando estivermos diante das verdades do infinito.

Desse jeito, e de maneira muito singela, mencionarei aqui pessoas especiais que cruzaram meu caminho de maneira nada planejada. Que na engrenagem da vida, foram e são fundamentais para o meu movimento.

A primeira pessoa que eu agradeço é, sem dúvida alguma, minha mãe querida, Rejane. Mãe, te agradeço pela infindável paciência com as minhas inseguranças, com meus dias de poucas palavras e mau humor, pela compreensão, companheirismo, por sonhar junto comigo, por não soltar a minha mão e curtir meus delírios. É uma riqueza sem tamanho, pra mim, estar cada dia mais próximo de realizar os sonhos que passei a ter depois das coisas que passamos juntos. Te amo do tamanho do infinito.

Agradeço ao meu avô Jorcilho por ter sido efetivamente meu pai. Obrigado por ter sido tão presente, por toda a educação, disciplina e valores que inscreveu no meu ser. Jamais esquecerei dos dias no puxadinho no quintal de casa, criando e recriando as coisas. Obrigado me ensinar o gosto pela leitura, pelas lições de vida e de matemática; por me ensinar a andar de bicicleta, a soltar pião, a jogar bola de gude. Obrigado, sobretudo, pela confiança e por todo apoio que me deu nos últimos anos, me ajudando a segurar a barra por acreditar nos meus propósitos.

Um agradecimento também a minha tia, irmã e amiga Janeth, pelo apoio dado nos últimos anos, pelas palavras de conforto. Obrigado por ser a mensageira do Eterno, por me trazer recados sobre o jeito de observar o mundo.

Agradeço de maneira toda especial a minha amiga Lian Barbosa por ter sido tão presente nos últimos 14 anos, por me ensinar alguns truques do mundo (risos). Amiga querida, te agradeço carinhosamente por não desacreditar de mim, por me dar apoio, por rir comigo das coisas mais aleatórias. Obrigado por ouvir minhas lamentações sobre o mestrado, por ter sempre uma palavra carinhosa a dizer e por sempre ter um sorriso iluminado pra afastar as sombras do meu rosto.

Obrigado a Bárbara Rodrigues e a Livia Batista, por serem, assim como Lian, minhas cúmplices de risadas, de tristezas, viagens (de todo tipo) e delírios mil. Vocês são mais importantes do que as palavras podem dar conta.

No caminho ressequido da pós-graduação, que geralmente se fala muito sobre competitividade, eu tive a dádiva de encontrar gente do bem. Gente que não só compartilhou o drama comigo durante esses anos tensos, mas que se tornaram parceiras de vida: Hannah Jook Otaviano, Samuel Santana, Giovanni Sellaro e Hyago Sousa. Agradeço pelo laço construído e por todo apoio, Como a gente já sabe: vem aí a segunda temporada da “nossa série”, dessa vez com todo mundo fora da pós e vivendo dias com um pouco mais de paz. Amo vocês!

Agradeço também aos outros colegas de turma do mestrado, pelos almoços, ideias trocadas, tempos perdidos e roles dados nos bares ao redor da UFPE. Vocês foram especiais e marcaram profundamente minha passagem na pós-graduação.

Agradeço especialmente à professora Regina Guimarães, orientadora, por todo o conhecimento compartilhado. Talvez a senhora não tenha dimensão da importância que teve na minha trajetória, mas a senhora foi verdadeiramente inspiradora. Lembro até hoje das primeiras aulas na graduação e de como fiquei assombrado de vê-la falando sobre história e historiografia. Foi um *brainstorm* que até hoje ainda não superei. Grudei mesmo, porque sou assim. E foram alguns anos entre monitoria, PIBIC e que agora se encerram com o mestrado. Gratidão sincera pela paciência.

Menciono também outros professores do departamento de história, principalmente o professor Antônio Montenegro, pelo exemplo de responsabilidade e comprometimento com as aulas e ensinamentos e ao professor Antônio Paulo Rezende, que nos contaminou com seu modo de viver com afeto. Agradeço também de maneira carinhosa à Sandra, secretária da pós-graduação, pela gentileza e cuidado com todos nós, estudantes. Obrigado pela delicadeza de se colocar nos nossos lugares e por nos tratar de maneira carinhosa.

Agradeço em último lugar ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa.

A todos vocês, a vitória da realização e entrega deste trabalho é nossa! Grato por tudo e sigo de peito aberto pelo que virá!

RESUMO

Este trabalho pretende identificar os mecanismos governamentais na Ditadura Militar de 1964 que compuseram uma realidade específica de dominação e exploração da Amazônia. A partir do estudo de propagandas e documentos oficiais de governo, foi possível mapear as tecnologias de poder que permitiram a concessão de incentivos fiscais para grandes empresas com ônus para pequenos proprietários e agricultores, e como essa realidade imposta pelos governos foi apresentada como desenvolvimento, com base num modelo capitalista de exploração. O desenrolar do trabalho mostra os custos ambientais dessa chamada “ocupação racional da Amazônia”, como também conseguimos mostrar a violência gravada em todo o processo, se tornando quase uma regra. Por outro lado, identificamos o conhecimento e omissão do regime militar frente aos despejos, violências e exploração do trabalho na forma análoga a de escravo em nome de um ideal técnico de ordem e progresso.

Palavras-chave: tecnologias de poder; ditadura militar; incentivos fiscais; Amazônia; trabalho escravo contemporâneo.

ABSTRACT

This work intends to identify the governmental mechanisms in the Military Dictatorship of 1964 that composed a specific reality of domination and exploitation of the Amazon. By studying advertisements and official government documents, it was possible to map the technologies of power that allowed the granting of tax incentives to large companies with onus for small landowners and farmers, and how this reality imposed by governments was presented as progress based on a capitalist model of exploitation. The development of this work shows the environmental costs of this so-called “rational occupation of the Amazon”, as well as showing the violence recorded throughout the process, becoming almost a rule. On the other hand, we identified the knowledge and omission of the military regime in the face of evictions, violence and exploitation of work in a form analogous to slavery by the name of a technical ideal of order and progress.

Keywords: technologies of power; military dictatorship; tax breaks; Amazon; contemporary slave labor.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Fotografia da Vista aérea de aldeia em Marãiwatsédé na época do contato com os funcionários da Fazenda Suiá Missú.....	30
Figura 2 -	Anúncio da Sudam publicado no Estadão de 26/3/1971.....	35
Figura 3 -	Anúncio sobre a ocupação da Amazônia na década de 70.....	36
Figura 4 -	Anúncio sobre incentivos de investimento na Amazônia em 1972.....	37
Figura 5 -	Propaganda oficial da ditadura acerca da Transamazônica.....	38
Figura 6 -	Militantes desaparecidos durante a campanha militar no Araguaia em 1974.....	49
Figura 7 -	Anúncio da Netumar visando a espoliação e degradação da Amazônia para o desenvolvimento.....	77
Figura 8 -	Capa da revista “Isto É Amazônia”, publicada pela SUDAM em novembro de 1972, em português e inglês.....	78
Figura 9 -	Padre Ângelo Spadari (no recorte de jornal) culpava fazendeiros sulistas pela escravidão.....	93
Figura 10 -	Levados para os confins da floresta amazônica, peões são explorados...	96
Figura 11 -	Chamada na capa do de Estadão 17/7/1983.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG - Associação Agricultura Brasileira

AEA - Associação dos Empresários da Amazônia

AEAA - Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia

ASI - Assessoria de Segurança Institucional

BASA - Banco da Amazônia S/A

BRC - Cruzeiro brasileiro

BRL - Real brasileiro

BCN - Banco de Crédito Nacional

CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos

CODEARA - Companhia de Desenvolvimento do Araguaia

CODESPAR - Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CSN - Conselho de Segurança Nacional

CSN - Conselho de Segurança Nacional

DSI/MIC - Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Indústria e Comércio

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMFA - Estado-Maior das Forças Armadas

ESG - Escola Superior de Guerra

ET - Estatuto da Terra

EUA - Estados Unidos da América

FETAG - Federações dos Trabalhadores na Agricultura

FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadores da Agricultura Familiar

FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GEBAM - Grupo executivo para a região do baixo Amazonas

GERA - Grupo Executivo de Reforma Agrária

GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INDECO - Integração, Desenvolvimento e Colonização

ISEB - Instituto Superior de Altos Estudos do Brasil

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais

MT - Mato Grosso

PIB - Produto Interno Bruto

PICs - Projetos Integrados de Colonização

PIN - Programa de Integração Nacional

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

SIAN - Site do Arquivo Nacional

SNI - Serviço Nacional de Informações

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STTR - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UDR - União Democrática Ruralista

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USD - Dólar estadunidense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A estrutura governamental para a “exploração racional” da Amazônia.....	23
2.1 Ocupação e exploração da Amazônia com financiamento governamental: incentivos fiscais & o chamado para um novo modo de produção mundializado.....	29
2.2 Integração da Amazônia e ocupação racional do território: desenvolvimento e segurança nacional.....	40
2.3 Discurso das migrações e colonização.....	45
2.4 A liquidação da base institucional para a reforma agrária e a ocupação empresarial.....	50
3 Amazônia reavaliada.....	64
3.1 A importância da iniciativa privada, no discurso oficial, para o “desenvolvimento” da Amazônia – a dimensão ideologizante da técnica e da participação empresarial no desenvolvimento da Amazônia ou a maquinaria empresarial-militar em funcionamento.....	64
3.2 Amazônia reavaliada.....	69
4 A exploração racional da Amazônia e as consequências para os grupos locais e trabalhadores em deslocamento.....	86
4.1 Esquemas de cooptação de mão-de-obra e trabalho análogo a de escravo.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	105

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação é um estudo que centra suas análises na estrutura governamental voltada para o desenvolvimento econômico da Amazônia, integrado a outras regiões do país, sob o comando dos governos militares em 1964. Teremos em conta que esses governos colocaram em cena uma nova maneira de governar o Brasil, de acordo com seus interesses e com a realidade que se organizava no mundo pós-segunda guerra, privilegiando alianças com a iniciativa privada e criando tecnologias de poder que assegurassem seu modo de governar.

A emergência histórica dessa aliança entre empresários e o regime militar no Brasil não é fortuita. Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma nova configuração mundial se engendrou e opôs as potências antes aliadas¹ contra o inimigo comum: o III Reich alemão liderado por Adolf Hitler. Nessa nova configuração, os principais conflitos não tinham caráter bélico, mas, sobretudo ideológico: por isso este período é conhecido como Guerra Fria. A disputa era sobre qual a potência – Estados Unidos da América (EUA) ou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – detinha maior tecnologia e capacidade de influenciar os países chamados satélites e a hegemonia global.

Em meados da década de 1960, o presidente norte-americano Lyndon B. Johnson lança a “*hunger on war*” ou “guerra contra a fome”. Johnson levou em conta os estudos² sobre desequilíbrios entre oferta e demanda de alimentos nos EUA, que afirmavam que a população mundial crescia em maior número que a produção de alimentos.

Assim, a política externa norte-americana advogava que a produção de alimentos em países menos desenvolvidos deveria aumentar: “segurança é comida” (POMPEIA, 2021, p. 59-62). Outra diretriz para o tema era de que o Estado e a iniciativa privada trabalhassem conjuntamente para garantir vitória nessa “grande batalha”. Por esse lado, defendia-se uma

¹ Notadamente os EUA e URSS.

² Nos anos 1940, acadêmicos da *Harvard Business School* (escola de negócios de Harvard), liderados pelo decano Donald K. David mantinham a ideia de criação de uma área disciplinar que tratasse das relações entre *agriculture* (agricultura) e *business* (negócio), que se intensificavam nos EUA (POMPEIA, 2018, p. 66), de maneira a substituir a percepção compartimentada que se tinha sobre as atividades industriais e terciárias e a agricultura. Em outubro de 1955, o termo “*agribusiness*” veio a público pela primeira vez na palestra “A responsabilidade comercial e o mercado para produtos agrícolas”. Nesta ocasião, John H. Davis tratou dos desequilíbrios entre produção e consumo de alimentos e argumentou que a maneira mais adequada para garantir a renda dos produtores e, ao mesmo tempo, garantir os ganhos de produtividade consistiria em depender menos do governo e mais do entendimento entre as entidades privadas presentes na agricultura e também nos negócios a ela relacionados. O termo “*agribusiness*” caracterizava a soma de todas as operações da fazenda, a manufatura, a distribuição dos insumos de produção agrícola, as operações realizadas com a manipulação, a estocagem, o processamento e a distribuição de commodities agrícolas.

liberalização da agricultura com maior aproveitamento do potencial da iniciativa privada para o processo.

A história do Brasil, na longa duração, com raízes agrárias, marcadas pelas grandes propriedades de terra, engenhos e produção de *commodities* para exportação fixou a posição que o país assumiu na política orientada pelos norte-americanos. Nessa razão, de acordo com Bruno (1997), a contemporaneidade de estruturas e processos econômicos, sociais e políticos, arcaicos e modernos, “tem um nome que não se explica tão somente pela influência de nossas raízes agrárias: chama-se subdesenvolvimento, denomina-se dependência” (p.12).

O início de uma participação efetiva de grupos empresariais em uma nova configuração agrária data de meados de 1960. No bojo do Regime Militar instaurado em 1964, houve um empenho em fortalecer a estrutura econômica com o incremento da capacidade produtiva do país para fins de exportação (empresarial), como também assumir um papel consolidado no capitalismo, em oposição ao bloco de influência soviética (SILVA, 1981). Acontece que a iniciativa privada foi apresentada como condutora dessa modernização produtiva, e as atividades sob seu encargo foram apresentadas como progresso. Em fins de 1960 e ao longo de 1970, o Brasil havia “descoberto” sua vocação agrícola e as principais políticas de crédito rural eram para investidores de grande porte.

Os discursos militares que engajaram o incremento da capacidade produtiva estavam ligados, a princípio, com o da reforma agrária. A disputa por uma reforma agrária que mudasse o regime de uso e propriedade da terra embalou a crise governamental pré-1964. Pode parecer paradoxal que se tenham adotados critérios empresariais para produção e, ao mesmo tempo, se falasse em democratização do uso da terra por pequenos trabalhadores, mas a proposta de reforma agrária serviu como uma jogada estratégica para desativar os conflitos políticos e os que iam às vias de fato, como também para atingir patamares internacionalmente exigidos de coesão social e desenvolvimento. De todo modo, os militares agiram no âmbito institucional para garantir a realização de uma REFORMULAÇÃO FUNDIÁRIA, mas sob suas condições.

Nos anos seguintes, as práticas militares para tornar o Brasil eficiente do ponto de vista da produção capitalista assumiram formas variadas. Entre elas, destacamos a política de incentivos fiscais e crédito rural ensejada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) a partir de 1966; e o discurso de reforma agrária associado a uma política de “colonização de espaços vazios na Amazônia”, com base em controle de fluxos migratórios e planos nacionais de integração a partir de 1970. Estas formas de ação governamental serão exploradas no desenvolvimento do nosso trabalho. O que podemos adiantar, no momento, é que

as práticas governamentais dos militares tiveram um caráter politizante, no sentido de que essas ações eram noticiadas como progresso e desenvolvimento em peças oficiais de propaganda, tendo como veículo jornais de grande circulação do Brasil. Ou seja, enquadravam o mundo de certa forma a partir de uma regularidade discursiva que pretendia autoridade de verdade.

Falar sobre reforma agrária garantia adesão popular ao projeto do governo e parte da sociedade, visto que a pauta era amplamente debatida no governo pré-ditadura (GOMES; FERREIRA, 2014). Entretanto, o desenrolar das práticas empresariais de desenvolvimento conformaram, na Amazônia Legal, área eleita como prioritária para reforma pela sua “reserva de terras”, a realidade de altas concentrações fundiárias já conhecidas em outras regiões e que desencadearam os conflitos que visavam desativar. Junto ao modelo de concentração da terra que era recriado em outras regiões brasileiras, também era recriada a miséria que imperava sobre as populações exploradas por usineiros, latifundiários e grandes proprietários de terras de maneira geral.

Um legado notório desse dito desenvolvimento integrado da Amazônia a outras regiões do país (GUIMARÃES NETO, 2002) é a posição de lideranças empresariais nos negócios agrícolas o que chamamos, no tempo presente³, de um modo diferenciado, de agronegócio⁴.

O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida a luta de classes, explicar as disputas territoriais e o conflito exercido na defesa de modelos de desenvolvimento que tornam possível a autonomia camponesa. Dentro desse paradigma, problemas fundiários fazem parte da estrutura do capitalismo, por isso a luta contra capitalismo está voltada para a construção de outra sociedade (FERNANDES, 2012). Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural que pode ser superado por políticas que favorecem a integração do campesinato ou do agricultor de base familiar ao mercado capitalista.

Segundo o capitalismo agrário, o campesinato e o capital compõem o mesmo espaço político como parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é um elemento desse paradigma (ABRAMOVAY, 1992). Do ponto de vista

³ Justificamo-nos pelo pensamento de Marc Bloch (2001). De acordo com este autor, a História precisa ter um problema a responder, e este surge a partir do presente. Por outro lado, para Reis (2006), a História deve produzir um movimento contrário ao da cronologia, rompendo com o *continuum* temporal que justifica o presente sem resguardar as tensões entre os tempos históricos.

⁴ Não é simples propor uma definição fechada do que é o agronegócio. Tomaremos de empréstimo a definição dada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de que o agronegócio ou economia do agronegócio consiste num “pacto de poder, contemplando uma parceria estratégica de cadeias agroindustriais, do sistema de crédito bancário e dos proprietários da terra, sob regência e patrocínio do Estado brasileiro, com vistas à acumulação de capital nesse espaço de negócios”. Fonte: O Agronegócio e a política brasileira. 27/09/2018, disponível em: <https://cimi.org.br/2018/09/o-agronegocio-e-a-politica-brasileira/> (último acesso em janeiro de 2021).

do paradigma agrário o problema está no capitalismo, enquanto que o paradigma do capitalismo agrário, o problema reside no campesinato.

Esses paradigmas têm contribuído para a elaboração de diferentes leituras sobre o campo brasileiro por universidades, governos, empresas e movimentos camponeses. Atualmente, as partes interessadas mais influentes na agricultura são a Associação Agricultura Brasileira (ABAG) e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A ABAG foi criada em 1993 no Congresso Nacional como uma entidade de representação patronal ligada à agricultura ou a agropecuária e que marcou a presença dos principais grupos econômicos da agroindústria, parlamentares da bancada ruralista e por representantes do governo federal – como se fosse uma nova cara das elites agroindustriais.

Entre as organizações camponesas estão: a Via Campesina, formada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento de Mulheres Camponesas e a Comissão Pastoral da Terra (CPT); e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF). A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), por sua vez, está ligada à Regional Latinoamericana de la Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación, Agrícolas, Hoteles, Restaurantes, Tabaco y Afines (Rel-UITA). O governo federal tem dois ministérios que tratam da elaboração de políticas de desenvolvimento para o campo: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Agrário⁵.

Uma das fortes diferenças entre os dois paradigmas é a interpretação do que é agronegócio e campesinato ou agricultura familiar. Para as organizações do agronegócio e para o Ministério da Agricultura, o agronegócio é uma totalidade formada por sistemas agrícolas, pecuários, industriais, comerciais, financeiros e tecnológicos, que inclui todos os agricultores capitalistas e não capitalistas, grandes e pequenos, etc. A CONTAG e a FETRAF também compartilham dessa visão.

Para a Via Campesina, em vez disso, o agronegócio representa as corporações capitalistas que compõem um conjunto de sistemas para a produção de mercadorias por meio da monocultura em larga escala, principalmente para exportação; enquanto os camponeses organizam sistemas baseado na diversidade, em pequena escala e para o mercado local, configurando, para então, outra lógica.

⁵ Note que o Ministério do Desenvolvimento Agrário não existe mais. Foi extinto. Hoje o que faz a função do que era MDA é a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, coordenada pelo Luiz Antônio Nabhan Garcia, da UDR do RS. O INCRA pertence, hoje, essa secretaria.

A agricultura familiar é definida pela Lei nº 11.326, de 24 de julho 2006, considerando agricultores familiares aqueles que administram e trabalham com trabalho da própria família nas atividades de seu estabelecimento, que não pode ser superior a quatro módulos fiscais, que são unidades territoriais determinadas pelos tipos predominantes de exploração e renda obtida no nível municipal.

Nos principais meios televisivos da atualidade, o agronegócio é a empresa chefe do Brasil – “*agro é pop, agro é tech*”. No meio científico, a Revista Pesquisa FAPESP nº 271⁶ informa:

O agronegócio é um dos setores mais robustos da economia brasileira e também responsável por cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB), respondendo por 20% dos postos de trabalho. O mesmo tem destaque no contexto das exportações do país, no qual produtos como soja, açúcar, celulose e carne bovina e de frango, ocupam os primeiros lugares da lista. A alta produtividade do setor mantém dependência, em grande parte, da utilização intensiva de agrotóxicos, especialmente nas grandes plantações de soja, cana-de-açúcar e milho, que somadas correspondem a 75% dos defensivos consumidos no Brasil. Não por acaso, essas monoculturas ocupam extensas regiões de cultivo. As lavouras de soja e milho, por exemplo, correspondem a quase 70% do total da área semeada no país em 2018, estimada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em 61,7 milhões de hectares, equivalente a 7% do território nacional (VASCONCELOS, 2018, p. 24).

De acordo com dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a produção de Soja no Brasil é a maior do mundo. Na safra 2019/2020 a produção foi de 124,845 milhões de toneladas. Só no Mato Grosso, maior produtor brasileiro de soja, foram 35,885 milhões de toneladas⁷.

Atualmente o Brasil tem se colocado no lugar de investidor de tecnologias do campo, conforme a reportagem “Agricultura 4.0”, que dá capa à edição 287 – jan. 2020 da Revista Pesquisa FAPESP. A reportagem faz expressivos elogios aos investidores do agronegócio por implantarem “conexão em tempo real dos dados coletados pelas tecnologias digitais com o objetivo de otimizar a produção em todas as suas etapas” (ZAPAROLLI, 2020). No entanto, a reportagem não destaca que o agronegócio produtor de *commodities* é o maior contribuinte ao aquecimento global, à contaminação por agrotóxicos e seus impactos na saúde, ao aumento da concentração fundiária, à expulsão e/ou exploração de agricultores familiares do campo, e a violência no campo: trabalho escravo e assassinatos de camponeses. Esses impactos têm sido vastamente analisados pelos estudos relacionados ao tema.

⁶ <https://revistapesquisa.fapesp.br/alternativas-na-mesa/> 271 de set. 2018

⁷ Soja em números (safra 2020/21), EMBRAPA, Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>

Dia do fogo e grilagem de terras com a ascensão do bolsonarismo, (...) NO TEMPO PRESENTE: O ATUAL PRESIDENTE IDEOLOGICAMENTE SE ALINHA A UDR. O AGRONEGÓCIO, EM SEU ESPECTRO DE EXTREMA DIREITA, ESTÁ ATUANTE NO GOVERNO (POMPEIA, 2021, p. 13-15).

Nessa linha, os dados do último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados em 2017, informam que 77% dos mais de 5 milhões de estabelecimentos de produção agrícola do país pertencem a agricultores familiares, que respondem por apenas 23% das áreas cultivadas, evidenciando uma concentração expressiva de terras nas mãos de poucos. Já as lavouras de soja e milho, por exemplo, correspondem a quase 70% do total da área semeada no país em 2018, estimada pela CONAB. Além disso,

“no início da legislatura 2015-2018, acompanhando o aumento significativo da bancada ruralista, observou-se também um aumento de 38% no financiamento público da agricultura empresarial, enquanto que o custo para financiara a agricultura familiar camponesa manteve-se praticamente inalterado (...). É preciso que se ressalte também que cerca de 80% desses estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil não possuem acesso adequado aos recursos e insumos produtivos, não sendo, portanto, considerado um modelo sem eficiência, como alguns defensores do agronegócio afirmam” (LOCATEL; LIMA, 2016, p. 66).

Outra face do agronegócio que tem ganhado destaque nas mídias é a destruição de biomas. De acordo com os dados do *Primeiro relatório anual de desmatamento no Brasil* (maio/2020), em 2019 foram cortados cerca de 12 mil quilômetros quadrados (km²) de vegetação nativa no país, sendo 63% na Amazônia e 33,5% no Cerrado. O índice de desmatamento em Mato Grosso, líder nacional da produção de soja, é de 2.020 km². Outros Estados da região Norte também chamam atenção pelos índices: Pará (2.990 km²) e Amazonas (1.260 km²) (PIVETTA, 2020). Ou seja, o desflorestamento na Amazônia representa mais da metade do desmatamento no Brasil.

No campo social da atualidade, temos em conta a participação de empresários do agronegócio no rumo das decisões político-econômicas do Brasil⁸. Assim, é de nosso interesse

⁸ De acordo com Locatel e Lima (2016) “Para garantir a presença de representantes no Congresso Nacional e nos altos cargos do Governo, (...) os ruralistas sempre criaram mecanismos para se perpetuarem no poder. Um desses mecanismos tem sido a associação com o grande capital, que concede ajuda financeira para as campanhas eleitorais. (...) Dentre as diversas empresas que financiaram as campanhas eleitorais dos ruralistas – deputados e senadores – também constatamos os investimentos feitos por diferentes ramos produtivos, como da construção civil, mineração, redes de revendedoras de automóveis, bancos e de postos de combustíveis, evidenciando que não somente os segmentos vinculados diretamente ao agronegócio se beneficiam da manutenção do *lobby* constituído pela bancada ruralista no Congresso Nacional, o que evidencia que os ruralistas asseguram a representação de interesses de outros segmentos hegemônicos também. Isto é, tais empresas que são partes interessadas na manutenção das oligarquias rurais no poder público também exercem uma grande influência na tomada de decisões, sobretudo por meio da pressão – ostensiva e/ou velada sobre os candidatos apoiados” (p. 48).

– e direito – investigar a emergência (FOUCAULT, 1984) histórica desta aliança entre política representadas pela Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA)⁹, (bancada ruralista) formada por 257 parlamentares e empresários no quadro da governamentalidade¹⁰, a partir da ditadura militar (1964-1985). Sabemos que o tema não se reduz a um maniqueísmo raso entre as intenções sinistras de governantes aliados a empresários: o contexto é muito mais amplo. Se fizéssemos a opção de explicar tudo, tangenciariamos questões mais profundas do que temos condições de abordar na nossa pesquisa, como a própria conformação do mundo globalizado pós-segunda guerra mundial e o aprofundamento do neoliberalismo.

Portanto, os limites que circunscrevemos para responder nossas inquietações estão nos âmbitos político e burocrático brasileiro, que trouxeram um ambiente favorável, inclusive do ponto de vista legal, para “modernizar/otimizar a produção” sob encargo da iniciativa privada e os desdobramentos dessas políticas de participação da iniciativa privada no processo de inserção do capitalismo nos assuntos agrícolas e como isso foi apresentado como desenvolvimento. Dito de outra forma, queremos entender como um projeto de sociedade, que não se restringiu a um personagem específico, contribuiu para atualizar um modo de apropriação da terra – o latifúndio monocultor histórico – ao tempo do capitalismo pós-segunda guerra, e os efeitos práticos dessa atualização.

Armados destas questões nos dirigimos ao passado para compreender o porquê vivermos *este* tempo presente (GUIMARÃES NETO, 2014). Para entender também em quais aspectos este passado se torna *presente*. Claro, não se trata de construir uma linha decorada com fatos históricos e orientada apenas pela cronologia, numa lógica passado-presente. Nos esforçaremos para explicar a história do nosso tempo por meio da análise de decisões humanas que a todo momento poderiam ter tomado outro rumo, preservando as tensões. Com isso, também não faremos a história do que poderia ter sido, apenas queremos assinalar que o nosso tempo não é da forma que é por causa de um destino inexorável, mas produto de uma configuração histórica específica.

Não é de nosso interesse instituir uma história do agronegócio. Até porque o agronegócio em si, como um conceito, tem sua história específica. No entanto não há razão

⁹ A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) é uma entidade associativa, que defende interesses comuns, constituída por representantes de todas as correntes de opinião política do Congresso Nacional e tem como objetivo estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/estatuto/> Acesso em Jun 2022.

¹⁰ Para Foucault (2008, p. 111-112), a governamentalidade pode ser entendida como “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (...)”.

para não entender as práticas da modernização da estrutura fundiária/agrária/agrícola como uma antessala para a institucionalização efetiva do agronegócio.

Os trabalhos históricos não precisam ser absolutos, mas sim mobilizadores de novos olhares e interpretações: aí reside uma dimensão estética da história. Na nossa pesquisa, tomaremos o agronegócio no processo de concentração agrária, impactos negativos sobre o meio ambiente e o quadro de exploração do trabalho, resultado do chamado “desenvolvimento capitalista na Amazônia”.

Prezar pela imaginação e pelo estímulo à curiosidade não nos isenta do rigor com o método. Para tecitura do nosso trabalho, foram construídas séries documentais de reportagens e propagandas oficiais, decretos-lei, planos de desenvolvimento, pedidos de busca e informes de órgãos de vigilância, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e Conselho de Segurança Nacional (CSN). Toda essa documentação referente ao fim dos anos 1960 e década de 1970, época em que se gestou o moderno agronegócio¹¹ por meio de incentivos governamentais e políticas de investimento na Amazônia Legal.

É tendo em vista que a partir do passado podemos entender o presente, e que do presente surgem questões para indagar ao passado que nos engajamos na investigação dos arquivos (RICOEUR, 2007, p. 188). Esta documentação está aberta para consulta pública em plataformas diversas. Na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, pudemos acessar o *Jornal do Brasil*, periódico do qual fizemos nossos recortes de reportagens por ser um periódico influente e de grande circulação no período de nosso interesse; os documentos oficiais do SNI e CSN estão no Site do Arquivo Nacional (SIAN), plataforma digital do Arquivo Nacional (RJ).

Importa dizer que os documentos não estão simplesmente dados. Eles são procurados e encontrados. Mais que isso: são circunscritos, e nesse sentido constituídos, instituídos documentos, pelo questionamento que o historiador lhes dirige (RICOEUR, 2007, p. 189). Igualmente, os documentos instituídos não encerram em si mesmos a verdade absoluta. Estão, sim, inseridos em “operações veritativas” do arquivamento, mas o que lhes dá inteligibilidade é a capacidade narrativa daquele que lhes organiza. Nessa mesma linha, Certeau (2000) diz que:

“Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que

¹¹ Na esteira do historiador Daniel Aarão Reis, Soares (2015, p. 121) afirma que o agronegócio é uma herança da ditadura. “A agroindústria fortalecida pelo governo civil-militar ocupa hoje uma posição inquestionável na política econômica nacional. Hoje, o agronegócio domina a produção agrícola, as exportações e financia as campanhas empresariais”.

preenchem lacunas de um conjunto, proposto a priori (...) ele as exila da prática para as estabelecer como objetos "abstratos" de um saber. Longe de aceitar os "dados", ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do -uso, e que o destinam a um reemprego coerente (p. 80).

Os documentos de caráter oficial não participam do nosso enredo para elogiar a história oficial do chamado DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO BRASIL, o agronegócio. Discutiremos as decisões oficiais, planos e ações governamentais utilizando a própria documentação oficial para expor os efeitos de suas políticas¹². Atente que ao expor os efeitos das políticas, não pretendemos “desvendar” algo que estava escondido. Ao fazermos estas considerações, estamos dizendo que não há nada escondido a ser revelado: os objetivos e as práticas de governo estavam, o tempo todo, ditas e naturalizadas em sistemas de pensamento, mas de forma a neutralizar a materialidade da dominação, justificando-se pelo “progresso” e “bem comum”. A dominação funciona melhor quando os dominados dizem “sim”, no lugar de se sentirem obrigados ou violentados, como demonstram importantes estudos no campo das tecnologias do poder. Mas, no conjunto, a violação dos direitos e a violência física imperam.

O primeiro capítulo do nosso trabalho indica a formação de uma estrutura governamental baseada na criação de dispositivos jurídico-políticos que abriram espaço para a expansão das atividades capitalistas no campo. Também indica os dispositivos de integração nacional e os de controle populacional, para gerir racionalmente essa integração, sob tutela das instituições militares.

O segundo capítulo centra a pesquisa documental nos efeitos práticos das políticas pensadas para desenvolver a Amazônia em nível empresarial, principalmente por meio da pecuária extensiva. Explanaremos a maquinaria empresarial-militar a todo vapor discutindo crimes ambientais e a exploração do trabalho em condição análogo a de escravo nos Estados do Pará e Mato Grosso.

No terceiro capítulo, tematizamos especialmente a exploração da mão de obra em condições análogas a de escravidão, como eram feitos os recrutamentos desses trabalhadores e como era o cotidiano em algumas das fazendas que utilizavam essa forma de exploração do trabalho.

¹² Ainda pensando com Certeau (2000, p. 82) “Não se trata apenas de fazer falar estes ‘imensos setores adormecidos da documentação’ e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente”.

Note que cada capítulo responderá a um aspecto da política militar de desenvolvimento da Amazônia – “um painel com milhares de lâmpadas”. Não estamos operando com a lógica começo-meio-fim. Pretendemos estimular o leitor a montar, a partir dos estilhaços do tempo apresentado, uma interpretação da história iluminada pelo tempo de agora, ou seja, dar a ver no tempo pesquisado o tempo que o pesquisa. Citamos os fatos para atribuir ao tempo pesquisado suas faces, erguendo construções com elementos minúsculos, mas não para manter a continuidade, e sim para romper com uma concepção evolucionista da história, resguardando as tensões entre o passado e o presente, instaurando a possibilidade de outro porvir¹³.

¹³ As reflexões deste parágrafo estão contidas em Bolle (2006).

2. A ESTRUTURA GOVERNAMENTAL PARA A “EXPLORAÇÃO RACIONAL” DA AMAZÔNIA

A década de 1960 iniciou com uma perspectiva sombria para os interesses das classes dominantes no Brasil como resultado de uma intensa crise econômica que atingiu especificamente a economia nacional. Essa mudança na economia foi acompanhada por modificações nos níveis social, econômico, político e cultural, caracterizada por forte caráter conservador, enquanto uma aliança dos setores beneficiava o capital interior. O golpe de Estado de 1964 implantou no Brasil um regime autoritário que impôs um modelo econômico modelado no capitalismo dependente e associado. Em um contexto de proibições características de um regime autoritário, como a exclusão de parte da população da vida política, ou controle da mídia por meio de censura rígida, impedindo a liberdade da imprensa, a dicotomia social existente foi aumentando (DONOSO, 2018).

Ao mesmo tempo, durante os governos militares que se seguiram após 1964, foram impostas as condições necessárias para o desenvolvimento de uma política agrária com interesses das grandes empresas por meio de importantes incentivos financeiros, deixando pequenos proprietários desprotegidos diante do crescente poder latifundiário. Paralelamente a essa situação, a política agrária da ditadura militar teve um projeto de reforma agrária que havia sido definido pelo Instituto de Pesquisas e Ciências Assuntos Sociais do Brasil (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) pouco antes do golpe. A origem desse projeto, nascido ao final da crise política, “foi a grande pressão exercida pelo povo em favor de uma reforma agrária a ponto de até mesmo a elite conservadora passou a aceitar títulos públicos de desapropriação e uso de terras que foram abandonados” (DONOSO, 2018, p. 73).

Desse modo, o atual modo de exploração econômica da Amazônia pelo agronegócio¹⁴ foi conformado nas últimas décadas do século XX, principalmente a partir do regime militar em 1964. O modelo de economia da terra, baseado no latifúndio monocultor, porém, apresenta-se na média e longa duração da história do Brasil, no sistema das *plantations* de cana-de-açúcar e café. Encontrar o que diferencia e caracteriza a economia baseada na exploração da terra no pós-segunda guerra para os tempos da Colônia e do Império – o latifúndio colonial e o latifúndio capitalista-financeiro – é crucial para debater o modelo de produção de riqueza – como se produz essa riqueza, a partir de que. E funciona a todo custo, pois a crise climática é verdadeira.

¹⁴ Baseia-se, de forma geral, na produção de *commodities* para exportação, pecuária extensiva, exploração mineral e grandes queimadas para abertura da floresta. Esses aspectos acarretam problemas significativos para a Amazônia, inclusive com o risco de desertificação.

De um lado há uma voz que diz “este é o progresso, felicite-se”. Do outro, os sistemas político e econômico do Brasil da atualidade. É crucial para debater os sistemas político e econômico do Brasil da atualidade.

Identificamos que a política agrária do regime militar se singularizou em relação aos períodos anteriores em que a exploração econômica da Amazônia esteve em pauta¹⁵, porque houve um discurso específico de valorização da Amazônia ligado a elementos antes não elencados: lei e empresários em uma missão de redefinir o curso da economia e “o futuro da nação”, como também a importância da ocupação de territórios vazios como segurança nacional.

Assim, o poder executivo agiu em duas frentes principais: a primeira incorporou as reivindicações pela reforma agrária que embalsamaram a crise do governo que antecedeu o golpe em 1964, e apresentou a Amazônia como reserva de terras para apoiar a realização da reforma agrária. Iniciou uma política de disponibilidade fiscal que privilegiou investimentos de porte significativo para o empresariado, não contemplando a base de trabalhadores que exigia a reforma agrária. A segunda frente baseou-se num discurso ufanista de progresso, acompanhado por planos e projetos governamentais articulados entre si, com a abertura de importantes rodovias e estradas, programa de colonização estratégica e, posteriormente, a ocupação e exploração por polos de riqueza minerais, pecuários, extrativista e outros.

Com a efervescência política pelas chamadas reformas de base¹⁶ do começo dos anos 1960, os militares assumiram o poder de forma autoritária em 1964. Dizendo de maneira simplificada, a ascensão dos militares ao poder esteve ligada ao objetivo de controlar a radicalização dos setores da esquerda¹⁷ e da direita política para “preservar a ordem”, resguardados os desníveis entre as reivindicações dos grandes fazendeiros e as dos trabalhadores da terra. De acordo com Bruno (1997):

“O golpe de 64 representou uma contrarrevolução preventiva ao governo nacional populista de Joao Goulart que, apesar de todas as contradições e impasses, abria

¹⁵ Narrativa da Amazônia inóspita que já tinha embalado outros assuntos, de outros governos. A questão mítica de que a Amazônia era um eldorado (...).

¹⁶ Com destaque para a reforma agrária. Entre as reformas pretendidas e reivindicadas, por exemplo, a reforma universitária, a reforma agrária é sobre a qual nos deteremos neste trabalho. Dizendo de maneira simplificada, a direita representava os grandes fazendeiros e as esquerdas, as reivindicações pela reforma agrária e direitos para os trabalhadores.

¹⁷ Havia um apoio do PCB as reformas de base, bem como a participação de altos escalões do governo, crendo na existência de um “dispositivo militar” que assegurasse as conquistas contra a eventualidade de uma reação violenta proveniente de setores reacionários da sociedade brasileira. Por outro lado, o PCdoB, reorganizado em fevereiro de 1962, permaneceu crítico ao governo João Goulart, na medida em que o considerava reformista e incapaz de nortear o enfrentamento pertinente aos interesses de latifundiários e imperialistas, sendo estes considerados inimigos do povo. O golpe de 1964 foi compreendido pelo PCdoB como um momento para confirmar suas teses.

espaço à participação popular (...). No entanto, as causas imediatas do golpe foram, sobretudo políticas. Elas refletiram o medo da força potencial do movimento popular pelas reformas de base; o medo que o questionamento da propriedade da terra conduzisse ao questionamento da propriedade em geral; o medo da implantação de uma ‘república sindicalista’ e do ‘comunismo’” (BRUNO, 1997, p. 97).

No âmbito político, as esquerdas exigiam mais energia do presidente João Goulart na realização das reformas, principalmente a agrária. Já os setores da direita consideravam o presidente incapaz de criar um ambiente estável e favorável para o desenvolvimento de atividades econômicas, além de alardearem o perigo do Brasil se tornar um país comunista com a realização radical das reformas. Essa foi uma das tônicas mais fortes da crise política que cresceu ao longo de 1963¹⁸.

Pelos estudos que tematizam as práticas autoritárias e repressivas do regime militar de 1964, podemos crer que os militares realizaram o golpe para evitar a bandeira das reformas de base. No entanto, a leitura de Gomes e Ferreira (2014) do processo mostra que essa é uma visão simplista. Para esses autores, como também para Martins (1984), os militares não somente incorporaram algumas propostas, como apresentaram seus próprios projetos de reformas, sob seus termos e condições. Por um olhar estratégico, era uma maneira de abortar influências políticas indesejáveis (BRUNO, 1997, p. 97) na mediação das reivindicações populares, principalmente de origem comunista. Faz sentido que os militares tivessem em vista o aborte de influências indesejáveis, visto que para a direção do PCdoB, o combate ao imperialismo e ao latifúndio era o eixo central da luta política na fase em que se encontrava a sociedade brasileira (CNV, v. guerrilha do Araguaia). Em termos gerais, as reformas reivindicadas antes de 1964 foram incorporadas pós-1964, mas sob tutela das instituições militares, nos termos e condições dos governos vigentes.

Para estudar historicamente o que foi, na prática, a “reforma agrária” militar, um dos objetivos deste trabalho, fizemos a pesquisa documental da seguinte maneira: lemos e analisamos marcos legais do regime militar, peças de propaganda oficial sobre a oferta de terras para reforma agrária na Amazônia. Depois, analisamos a política e a propaganda dos incentivos fiscais, como também o discurso positivo de progresso com as atividades produtivas sob o encargo da iniciativa privada.

Num outro momento, questionamos as informações coletadas frente a documentos de órgãos de vigilância e informação militar, nos quais pudemos encontrar pedidos de busca e

¹⁸ Para evitar relações de causa e efeito e outros tipos de determinismos e dicotomias, esclarecemos que as reivindicações por reformas de base pré-1964 não foram a principal causa para a crise política do governo de João Goulart, porém é o recorte que nos interessa para este trabalho.

informes sobre trabalho escravo, mapeamento de conflitos agrários e de ações consideradas subversivas nas áreas que foram prioritárias para ocupação e desenvolvimento do Brasil, sob responsabilidade empresarial e com pouca participação da base que reivindicava terras. O conjunto das informações confrontadas permite desenhar, em partes, a complexa teia do que foi a política agrária militar, colocada em prática por meio do uso da força da lei.

Do ponto de vista filosófico, pensamos um instrumento, a burocracia, baseada na força da lei, para produzir determinada realidade de controle populacional e despossessão (BUTLER, 2016; 2018), de direitos de parte da população mobilizada. Um mecanismo de poder que não produz apenas a desigualdade de forças, mas a desumanização em nome de um ideal de desenvolvimento que, na medida em que produz índices e acúmulo de riquezas, também produz a miséria e violências contra migrantes, conforme veremos em outros momentos da narrativa.

De acordo com Martins (1984), pouco tempo depois do golpe de 1964, o governo do marechal Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional um projeto, elaborado por empresários e militares, destinado a concretizar uma reforma agrária que não representasse a desapropriação das terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com a preservação das propriedades de grandes fazendeiros, modificadas no conceito de “Empresa Rural”, quando produtivas (inciso V, art. 4º): o Estatuto da Terra (ET) (1964)¹⁹.

O ET (1964) foi a primeira disposição do regime militar sobre os assuntos agrários, pretendendo ser a resolução da questão fundiária e dispor sobre o desenvolvimento agrícola. O Estatuto foi taxativo ao definir que o Poder Público “promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social” (art. 13º), sendo minifúndio ou latifúndio por exploração. Também define a função social da terra: a que “mantém níveis satisfatórios de produtividade” (art. 2º). Nessa mesma linha, define o latifúndio como “mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural” (art. 4º, inciso V, alínea B).

Tendo em vista que um dos motivos de existência do Estatuto, e até mesmo do regime militar foi a resolução de conflitos, gerados principalmente por altas concentrações fundiárias nas mãos de uma elite agrária, sobretudo no Nordeste, “a implantação da reforma agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de

¹⁹ Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm

tensão social” (art. 15º). No entanto, a estrutura fundiária sofreu poucas alterações²⁰ e os trabalhadores rurais foram empurrados de seus locais de origem para regiões selecionadas como prioritárias para a reforma agrária, como a Amazônia Legal, junto com os conflitos pela posse da terra. Os estudos acadêmicos sobre a implementação do ET oferecem visões menos simplificadoras do que nos apresenta a documentação oficial.

Bruno (1997) traz complexidade para a questão da reforma agrária prevista pelo ET. De acordo com a autora, o perfil da reforma agrária do ET é o projeto de modernização do latifúndio, uma tentativa de forçar os setores mais retrógrados a se modernizarem em aspectos de produção, maquinaria, manipulação química etc.; a lei age moderadamente, procurando contemporizar o latifúndio (BRUNO, 1997, p. 112) ao modo de produção mundializado pós-segunda guerra.

Para Ianni (1979) o ET adotado pelo governo do Marechal Castelo Branco (1964-1967) foi principalmente um instrumento para indicar, aos latifundiários e empresários rurais, qual seria a direção conservadora da política agrária a ser posta em prática pelos governos saídos do golpe de Estado. Ao mesmo tempo, o governo do Marechal Castelo Branco passava a intervir nos sindicatos rurais, fechar as ligas camponesas e prender líderes camponeses no Nordeste e em outras regiões onde as lutas de camponeses e operários rurais já haviam avançado bastante, em termos de organização, reivindicação, liderança etc.

Como já foi dito anteriormente, os critérios para realização da reforma agrária eram militares. Em aspectos significativos, as prescrições do ET não contemplavam as necessidades particulares de agricultores de subsistência e posseiros por exigirem uma vocação empresarial (art. 15º), além de produção em larga escala, entendida como *função social* da terra (arts. 2º, 13º, 18º, 47º). Almeida (1980) adverte que “pelos vínculos políticos (...) pode-se supor que as grandes propriedades dos grupos de poder local dificilmente serão tidas como ‘latifúndio improdutivo’ ou estarão sujeitas a desapropriações. A meta de ‘ocupação racional é relativizada pelo critério político’” (p.14).

Em reforço à interpretação de que o ET era um mecanismo de tornar tradicionais fazendeiros em empresários, encontramos na leitura de Gomes e Ferreira (2014) a seguinte propaganda ou chamada pública, publicada no ano de 1963:

FAZENDEIRO!

²⁰ Entre 1965 e 1981, foram baixados apenas 124 decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária, ao passo que o número de conflitos pela posse da terra foi de pelo menos 70 por ano (MARTINS, 1984, p. 22).

Are e cultive suas terras.
 O governo quer dividi-las, sob a alegação de que você é preguiçoso.
 Prove o contrário!
 Demonstre que você é capaz de produzir apesar de todas as dificuldades.
 O projeto de reforma agrária preconiza a desapropriação de áreas não cultivadas.
 Não deixe que isto aconteça a você.
 Plante qualquer lavoura, mas não deixe de plantar; mesmo que sem a ajuda do governo, que tem se omitido técnica e financeiramente.
 De que vale uma indústria exuberante ou um comércio altamente desenvolvido?
 Sem o seu trabalho o país passará fome.
 Mostre à Nação o seu valor, para que o governo o reconheça.
 PLANTE! (GOMES; FERREIRA, 2014).

Para que os proprietários se contemporizassem à nova realidade de produção e exploração da terra e não tivessem que “abrir mão” de suas terras. Nessa época, simultaneamente, é comum ver na imprensa a apresentação do aumento de atividades sob encargo da iniciativa privada ser apresentada como progresso²¹.

Por outro lado, MARTINS (1984) discute, a partir de 1964, o esvaziamento de poder das elites tradicionais que controlavam a terra²² em lugares específicos e a utilizavam como instrumento de barganha pelo poder. Essas elites foram preteridas na política do regime militar em favor de um novo componente histórico, visto como melhor preparado e capaz de auxiliar o desenvolvimento do país: a iniciativa privada e os grandes grupos de empresários. É certo que o direito de propriedade das elites regionais tradicionais não foi totalmente descaracterizado.

Podemos dizer que houve uma mudança nos sujeitos prioritários das políticas de governo, que se beneficiaram dos privilégios fiscais²³, como também um novo modelo de agregar valor à terra – em contrapartida ao latifúndio, surge a denominação de “empresa rural”, na busca de atualizar proprietários tradicionais a uma nova realidade de produção mundial, mas conservando práticas tradicionais de coerção.

Note que o ET instaura um conjunto novo de categorias jurídicas que não são fortuitas. A categoria de empresa rural, por exemplo, era privilegiada no novo conjunto e deveria se diferenciar de latifúndio ou minifúndio, ajudando a consolidar a categoria social de empresário rural – de latifundiário a empresário –, “cujos atributos seriam ‘racionalidade’, ‘criatividade’ e ‘espírito de iniciativa’ para gerir os negócios e fazer face às necessidades da modernização e aos imperativos de desenvolvimento da nação”

²¹ GOVERNO conta com ajuda dos empresários no trabalho de desenvolvimento da Amazônia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1969 http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/133218

²² Em 1969 a intervenção militar nos assuntos agrários se fez mais presente. O Ato Institucional – 9 tornou desnecessária qualquer tipo de indenização prévia à ocupação de terras desapropriadas pelo governo para ser distribuída aos beneficiários das desapropriações nas áreas definidas como prioritárias para a reforma agrária.

²³ Exemplarmente em 1966, com a política de incentivos fiscais da SUDAM.

A REAÇÃO AO ANTEPROJETO

As empresas significariam muito mais do que meros “corpos econômicos” onde se realiza a produção. Elas seriam também a expressão de “novos corpos sociais e políticos que harmonizam o interesse privado e o interesse público em uma síntese superior que é o interesse da empresa”. É importante não esquecermos que, através do Estatuto, o Estado não só conferiu identidade jurídica às categorias sociais antes existentes, como as redefiniu politicamente. Ao torna-las legais, filtrou uma determinada concepção de reforma agrária e conceitualizou o que seria o latifúndio, propriedade familiar, empresa rural, função social, desapropriação, tributação. (BRUNO, 1997, p. 145).

Por outro lado, é sensato dizer que ET foi um campo de força e disputa. Não devendo ser apreendido como um símbolo de solidariedade entre exploradores e explorados (BRUNO, 1997, p. 112), nem como efetiva reforma agrária, já que não foi alterado o regime de posse da terra. Os trabalhadores, por seu lado, em busca de agir dentro da legalidade, utilizaram o ET como instrumento de luta, já que a lei previa desapropriação para fins de reforma agrária. A luta da CONTAG nos anos 70 e 80 foi pelo cumprimento do ET.

Reconhecendo as mobilizações e o acirramento dos conflitos agrários na região amazônica a CONTAG procede, ainda na ditadura do General Garrastazu Médici, à distinção entre “reforma agrária” e “colonização”, criticando as transferências e remoções compulsórias de camponeses para “áreas distintas das que habitavam” e reivindicando reforma agrária com a fixação deles nos locais em que tem morada habitual e cultivava. Em maio de 1974 a CONTAG entrega um memorial ao general Geisel exigindo uma “reforma agrária ampla e imediata” com a participação direta dos interessados.

A dimensão dos assuntos agrários, assim, extrapolava as orientações do ET dada a complexidade do tema, tanto na época em que foi preparado, quanto nos anos seguintes – perdurando até o tempo presente.

2.1. Ocupação e exploração da Amazônia com financiamento governamental: incentivos fiscais & o chamado para um novo modo de produção mundializado

O regime militar colocou como uma de suas prioridades a ocupação da Amazônia. Este processo envolveu a abertura de estradas e a concessão de incentivos fiscais a quem se propusesse investir na região. Empresários do Sul e Sudeste (bancos, indústrias, comércio), para terem acesso a estes incentivos, adquiriram, sobretudo no norte de Mato Grosso e sul do Pará, imensas áreas de terras, algumas de centenas de milhares de hectares, para criação de gado, sem se preocupar se lá existia alguém. Isso gerou conflitos com os povos indígenas, cujos territórios

foram invadidos, e com os núcleos e povoados de posseiros que foram sistematicamente expulsos (BRASIL 2014).

Nos anos 1960, os problemas fundiários mais significativos na Amazônia Legal estavam ligados aos conflitos provocados pela instalação de grandes fazendas em territórios tradicionalmente ocupados por indígenas, como o caso da Suiá-Missu²⁴, no Nordeste de Mato Grosso, área sob influência da Prelazia de São Félix do Araguaia. A instalação dessa fazenda de grandes proporções removeu os grupos indígenas que ocupavam tradicionalmente a área, como os índios Xavante, que passaram a ser acolhidos por entidades religiosas causando variadas violências etc. (VALENTE, 2017).

Figura 1 - Fotografia da Vista aérea de aldeia em Marãiwatsédé na época do contato com os funcionários da Fazenda Suiá Missú



Fonte: Arquivo Dário Carneiro/Documentário O Vale dos Esquecidos (2010)

Parte do território de Marãiwatsédé ocupado pelos índios Xavante foi vendido pelo Estado do Mato Grosso pelo valor de Cr\$20.000.000,00 (1391.44 USD), diretamente a Ariosto da Riva e outras partes a outros que revenderam ao colonizador, que adquiriu ao todo uma área

²⁴ Da empresa Liquifarm que foi sucedida em 1980 pela empresa petrolífera estatal italiana Agip do Brasil S/A.

total de 695.843.8551 hectares²⁵ dando origem à Agropecuária Suiá-Missú. O modo de aquisição dessa extensão expressiva de terras foi investigada pelo engenheiro agrônomo Moreira Leão em 2003 através do Laudo de Perícia Judicial da Reserva Indígena Marãiwatsédé (2003).

Ao analisar a Certidão Vintenária²⁶ da “Fazenda Suiá-Missú”, Moreira Leão afirmou ter conseguido acesso a toda cadeia dominial, e, a partir disso, conseguiu averiguar que existiam 25 títulos com dimensões menores que 10 mil²⁷ hectares e que somadas resultavam numa área de 242.646,922 ha, que foram posteriormente adquiridos por Ariosto da Riva (JUNIOR; ROSA, 2017, p. 130).

A propriedade foi adquirida por Ariosto da Riva com o objetivo de transformá-la em loteamento urbano e rural por meio de um projeto de colonização particular. Depois a “Fazenda Suiá-Missú” passou a ter um perfil de empresa agropecuária, sendo inserida numa outra lógica de anseios e planejamento sobre o uso da terra após injeção de capital realizada pelo Grupo Ometto. As consequências foram divergências entre Da Riva e os Ometto, culminando com saída de primeiro sócio que vendeu sua parte da sociedade para o grupo, que pagou em terras o valor proporcional.

O perfil de colonizador/pioneiro de Ariosto da Riva se opunha ao perfil e a trajetória empresarial do grupo Ometto que já se consolidou mercado de açúcar e álcool paulista dentro de uma lógica capitalista de produção. Naquele contexto, o investimento em empresas agropecuárias era voltado para a obtenção de lucro garantido, especialmente os incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Federal às empresas que se instalassem na Amazônia Legal. No entanto, havia alguns problemas com a ocupação dessas áreas, e de certo modo, na visão desses empresários, a presença do povo Xavante na área adquirida era um obstáculo que deveria ser superado.

O fato de a Amazônia não ser necessariamente o foco de conflitos agrários na década de 1960 não significa que os conflitos não existissem. Além das disputas indígenas, encontramos importantes depoimentos de conflitos na região de São Félix do Araguaia, nos anos 1960. O bispo da Prelazia de São Félix, D. Pedro Casaldáliga, teve importante participação

²⁵ Código Cadastral do Imóvel: 901.083.003.611-1 e 901.083.002.820-0. In: Moreira Leão (2003) e conforme Registro Tórrens, Livro número 01 de 05/12/1971.

²⁶ Certidão Vintenária registrada no 1º Serviço Notarial e Registros da Comarca de Barra do Garça, Estado de Mato Grosso sob número 7.585, livro 3-L de 10 de janeiro de 1963.

²⁷ O fato das matrículas serem de no máximo 10 mil hectares se deve ao fato de que a legislação vigente na época exigia que, qualquer compra acima dessa quantidade, precisaria de um processo de licitação por parte do Estado, bem como a publicação no Diário Oficial divulgado nos jornais de circulação local. Tal legislação tinha como objetivo prevenir que a áreas que fossem registradas duas vezes ou que a compra resultasse em expropriação.

política na região, agindo em favor dos posseiros, indígenas ou trabalhadores rurais expropriados pela mão armada do latifúndio.

Casaldáliga instalou-se nesta região no momento mais austero do governo militar, já que inicialmente a prelazia foi ocupada por sete missionários: dois franceses, Casaldáliga, quatro espanhóis da ordem claretiana e três irmãs da Jesus. Somente na década de 1970 começaram a chegar jovens professores com uma comunidade de freiras de San José. Dentro da onda de ditaduras instaladas no Cone Sul naquele período ideologicamente orientado pela doutrina da guerra contrarrevolucionária, o Brasil (o primeiro e modelo a ser seguido por outros países) caracterizado por seguir um modelo econômico nacional desenvolvimentista, diferentemente de outros países que tinham programas econômicos neoliberais, e no nível político caracterizada como uma ditadura com formato representativo.

A região amazônica foi a mais "privilegiada" pelas ações do governo ditatorial no processo conhecido como Colonização que foi proposto como substituto da reforma agrária. No início da década de 1970, o governo militar implementou uma política de ocupação da região considerando-a uma área vazia e terreno fértil para o avanço do comunismo, através da promoção de Projetos de Colonização e Pecuária que favoreceram o grande capital estrangeiro, com grandes extensões de terras e incentivos fiscais para expandir as novas fronteiras agrícola.

Ao contrário da ocupação anterior de espaços no país, a colonização da Amazônia contou com intenso apoio do Estado por meio da denominada "Operação Amazônia" com o estabelecimento de infraestrutura, transporte e comunicações (TRANSAMAZÔNICA); programas especiais de colonização como o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA); incentivo ao emprego produtivo (POLAMAZONIA); créditos agrícolas e subsídios fiscais. O sentido global das políticas era a ocupação da região para a sua integração na vida econômica do país sem qualquer preocupação com suas características naturais e culturais.

Esse desenvolvimento do capitalismo na região rural trouxe como consequência grandes conflitos sociais, uma vez que quase todas aquelas terras que se concentravam em umas vinte empresas pertenciam a várias aldeias indígenas e aos posseiros²⁸. Foram inúmeros os episódios de resistência dos moradores contra o despejo nos primeiros anos do bispado de Casaldáliga.

²⁸ A região em que a guerrilha do Araguaia se instalou e seu entorno é historicamente o pólo que concentra maior número de conflitos pela terra e maior violência contra os trabalhadores rurais no Brasil. O número de assassinatos supera os cometidos em outras regiões do país, particularmente no período 1985-1996.

Em 1966, um grupo de empresários paulistas obtiveram do governo a concessão de quase 200 mil hectares para desenvolver um projeto pecuário.

Nessas terras ficava a pequena aldeia de Santa Teresinha que foi despejada e onde o padre francês François Jentel, que exerceu ali o seu ministério, organizou a resistência. Com sua ajuda os camponeses tentaram em vão reclamar pelos tribunais, fizeram petições ao ministro da agricultura e o Presidente da República. A mesma coisa aconteceu em outra cidade, 200 quilômetros à frente, que fazia parte de uma concessão de 700.000 hectares à Família Ornetto, um dos clãs industriais mais poderosos de São Paulo. Os residentes foram organizados por outro padre francês, Pe. Henri Jacquemart, cujo assassinato foi atribuído a dois camponeses que admitiram ter recebido ordens.

Desse modo, o conflito mais emblemático da região se deu entre posseiros do povoado de Santa Terezinha, município de Luciara/MT e a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA), empresa do Banco de Crédito Nacional (BCN). A companhia tentou expulsar as pouco mais de 100 famílias de posseiros e declarou-se proprietária do povoado existente desde a década de 1910 e que, em 1932, inaugurou igreja e convento para os padres.

O conflito chegou ao seu ponto culminante em 3 de março de 1972, quando houve o enfrentamento armado entre posseiros, funcionários da fazenda e a força policial que estava presente para embargar a obra de um ambulatório de saúde edificado pela Igreja. O padre François Jacques Jentel, vigário de Santa Terezinha, assim como outros agentes da pastoral foram considerados os responsáveis pelo conflito. Sete pessoas envolvidas no conflito foram presas. Duas importantes Operações Aciso, em junho e setembro, resultaram nas forças do Exército presentes na região, contando com a participação da Aeronáutica e da Marinha, evidenciando cabal apoio à CODEARA e atendendo a um apelo do governo federal para o desenvolvimento da região.

No seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, em 1977, o bispo D. Pedro Casaldáliga relatou a sua versão dos fatos envolvendo o conflito entre a Fazenda CODEARA (do Grupo BCN) e o povoado de posseiros de Santa Terezinha, nos anos 1960²⁹:

O Estado de Mato Grosso dividiu e vendeu todas as terras do Norte. E, nesta venda, incluiu povoados e áreas indígenas. Um dos povoados atingidos foi o de Santa Terezinha, habitado a partir de 1910, com escola e igreja construídas pela Prelazia de Conceição do Araguaia em 1931. Em 1966, a CODEARA adquire uma imensa área de mais de 400 mil hectares, incluindo nela o povoado e os moradores - posseiros de roças. O vendedor da área, Sr. Michel Nasser, ao efetuar a transação, fizera contar

²⁹ Informe s/nº, 15/06/77. Assunto: Dom Pedro Maria Casaldáliga Plá – Depoimento na Comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Terra: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77103751_d0001de0001.pdf

claramente a existência de posseiros na área. Caso eles ocupassem área superior a especificada no contrato, o vendedor reembolsaria aos compradores Cr\$ 8,00 por alqueire a mais ocupado pelos posseiros. (...) Apesar disto, a referida Companhia, de posse do documento de propriedade, o primeiro que fez foi tentar afastar os posseiros da região. Construiu sua sede em área ocupada por um dos posseiros, e começou a usar de todos os artifícios para expropriar os demais. As primeiras derrubadas se localizaram em terras ocupadas, encontrando os peões da fazenda roças de mandioca e bananais onde deveriam encontrar mata bruta. Os ocupantes reagiram a esta primeira investida, obrigando os peões a suspenderem os serviços. A partir daí se sucedem os atritos.

Os conflitos referidos por D. Pedro Casaldáliga tratam do plano de urbanização que a CODEARA quis impor à localidade, ignorando os costumes dos posseiros que já ocupavam a terra, por meio do uso da força policial do Estado de Mato Grosso. Tratando da ação da Polícia Federal na mesma fazenda, Carvalho (1980) narra que:

Décio Felipe (gerente da Fazenda CODEARA) esteve foragido uns tempos, em 1970, quando a Polícia Federal invadiu a CODEARA para soltar cerca de 1200 trabalhadores que estavam escravizados, sem poder sair da mata, morrendo de maleita (malária), guardados por pistoleiros comandados por Décio. “Segundo a própria polícia, dezenas de corpos foram encontrados, enterrados em covas rasas, trabalhadores que morreram de doenças ou foram mortos por pistoleiros durante as derrubadas” (p. 68-70).

Note que tanto a Suiá-Missu quanto a CODEARA foram beneficiadas pela política de incentivos fiscais e creditícios executada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), reestruturada da antiga Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)³⁰, através de seu agente financeiro, o Banco da Amazônia S/A (BASA). Esta política foi executada a partir de 1966, para investidores que desejassem empreender na região da Amazônia Legal, e nela reinvestir os lucros obtidos.

A concessão de incentivos fiscais foi um importante conciliador de interesses entre o capital privado e o governo federal, e colaborou para conformar a realidade de concentração fundiária e devastação da floresta e reservas indígenas atualmente conhecidas. Essa disponibilidade fiscal da SUDAM tornou grandes proprietários de terras grupos como o da Volkswagen (Cia Vale do Rio Cristalino), Banco Bamerindus, BCN e a Cia. Vale do Rio Doce,

³⁰ De acordo com o verbete Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, na plataforma digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), “o insucesso da SPVEA foi atribuído, entre outros fatores, à impossibilidade de um único órgão atuar em todas as áreas da Amazônia, à ausência de coordenação efetiva entre a superintendência e os demais órgãos atuantes na região, e ao duplo caráter da superintendência, ao mesmo tempo órgão executor e de planejamento. O fato de a SPVEA depender do Congresso para a aprovação de seus planos colocava-a sob a influência negativa da política partidária. Em 1966, a SPVEA foi transformada na Sudam e o plano básico de valorização sofreu várias alterações”.

com altos investimentos na pecuária e na exploração de minerais (GUIMARÃES NETO, JOANONI NETO, 2018).

Figura 2 - Anúncio da SUDAM publicado no Estadão de 26/3/1971

Volkswagen produzido na Amazônia.

A VW já está na Amazônia, participando de projetos agropecuários e industriais e ajudando o Brasil a andar ainda mais depressa. Mas ela não está sozinha.

Ao seu lado estão grupos como o Mappin, Scarpa, Casparyan, Alcântara Machado, Swift, Lunardelli, Camargo Corrêa, Villares, Finassa, Germaine, Bouchard, Levy, Junqueira Vilela, Meinberg, Avebar Assunção, Onetto.

Além de criar gado, eles vão explorar centenas de jazidas de minérios, que já foram descobertas.

E vão fabricar milhares de produtos que ainda não existem por lá.

Escolha um dos 100 projetos aprovados pela Sudam ou elabore seu próprio projeto.

O Banco da Amazônia dá todo apoio financeiro.

O Governo Federal promete não cobrar Imposto de Renda por 10 anos. E, dependendo da região que você escolher, os governos estaduais e municipais dão até a terra de graça.

Se for preciso importar equipamento, você não paga taxas nem impostos de importação.

Procure logo a Sudam ou o Banco da Amazônia e vá para lá enquanto você pode ser um dos primeiros.

Os primeiros serão os melhores.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA
DO DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA - SUDAM

BANCO DA
AMAZÔNIA S.A.

RETADE
DO BRASIL
QUE
PAGARÁ O
SEU IMPOSTO
DE RENDA.

SUDAM



Fonte: Reprodução/Acervo/Estadão.

Nas peças de propaganda do governo, os incentivos fiscais eram noticiados como forma de valorizar economicamente a Amazônia, a partir da sua exploração racional e integração efetiva ao território brasileiro.

Figura 3 – Anúncio sobre a ocupação da Amazônia na década de 70

Toque sua boiada para o maior pasto do mundo.

Na Amazônia a terra é barata, e sua fazenda pode ter todo o pasto que os bois precisam. Sem frio ou estagem queimando o capim, o gado fica bofido de janeiro a dezembro.

E para ir para a Amazônia, você escolhe a ajuda que quiser. Com um projeto aprovado pela

Sudam, sua empresa recebe os incentivos fiscais de milhares de empresas de todo o país.

E, com o financiamento agropecuário do Banco da Amazônia, você tem todo o apoio de que precisa.

Quando chegar a hora de vender o gado, as notícias serão ótimas.

É que a produção atual da região Norte é muito menor que seu consumo. E, quando essa produção alcançar 1 milhão de cabeças por ano, em 1975, você terá o mercado nordestino ali perolito, à sua espera.

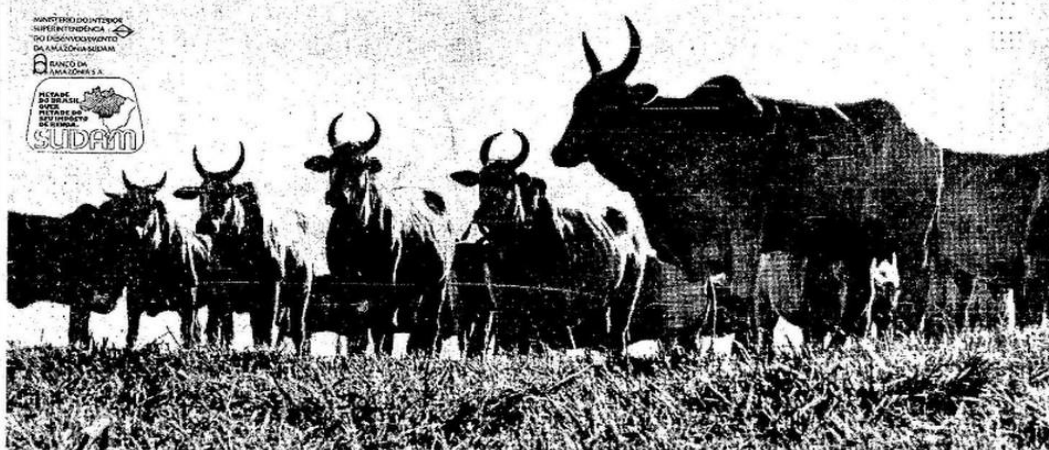
E também os portos que embarcam carne para a Europa e EUA. Por falar nisso, a carne sem

gordura do zebu é a mais procurada no mercado internacional.

É por isso tudo que mais de 25 empresas agropecuárias já estão se instalando na Amazônia. Essa gente foi para lá movida por um forte impulso pioneiro, patriótico e empresarial.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA
DO DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA SUDAM
RANCHO DA
AMAZÔNIA S.A.

ESTATE
SUDAM
SUA
FAZENDA
DE
AMAZÔNIA
S.A.



Propaganda de 1972. “Na Amazônia a terra é barata e sua fazenda pode ter todo o pasto que os bois precisam”, dizia a propaganda da época. Fonte: Reprodução/Acervo/Estadão.

Figura 4 – Anúncio sobre incentivos de investimento na Amazônia em 1972



Em novembro de 1972 a Sudam publicou a revista “Isto É Amazônia”, que apresentava a região como um “pote de ouro” à espera dos felizardos: “Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil”. Fonte: Reprodução/Acervo Ricardo Cardim

Para ilustrar a dimensão da política de disponibilidade fiscal, a fazenda CODEARA tinha recursos próprios na casa dos Cr\$ 5.355.633,66³¹ (equivalente a 37.260,22 USD) e incentivos fiscais de Cr\$ 16.066.900,96 (111.780.65 USD), ou seja, quase o triplo do investimento inicial. A fazenda Suiá-Missu, por outro lado, possuía recursos próprios na casa dos Cr\$ 4.427.826,00 (308.05 USD) e incentivos fiscais de Cr\$ 7.878.000,00 (548.09 USD)³². Dessa maneira, não é exagero dizer que o governo militar financiava os investimentos de grandes grupos empresariais com pouco retorno para o Estado brasileiro³³. Além disso, o

³¹ Um real brasileiro (BRL) é equivalente a 2750 cruzeiro brasileiro (BRC). BRL e Dólar estadunidense (USD) conversor [atualizado](#) com taxas de câmbio de 26 de junho de 2022.

³² Encaminhamento nº 284/19/AC/75, 09 set 75. Assunto: Dom Pedro Maria Casaldáliga: [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095490_d0001de0006.pdf](#)

³³ Vide o folheto “Amazônia Urgente”, anexo a um informe do SNI que trata de uma manifestação de estudantes na Universidade Gama Filho, intitulado “CONCENTRAÇÃO NA UNIVERSIDADE GAMA FILHO” (30/7/79):

próprio governo federal financiou a recriação da estrutura fundiária, na Amazônia, que empurrou trabalhadores do Sul e Nordeste para as áreas prioritárias para “reforma agrária”.

No ano de 1970, o governo do general Garrastazu Médici decretou o Programa de Integração Nacional (PIN). Este programa projetou a construção imediata de grandes rodovias, como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém³⁴, base do projeto de integração das áreas compreendidas pela SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Figura 5 – Propaganda oficial da ditadura acerca da Transamazônica



Propaganda oficial da ditadura avisava: “A Amazônia é uma mina de ouro. Transfira boa parte desse ouro para o seu bolso. Fonte: Reprodução/Acervo Ricardo Cardim

Informe nº 1870 – H/79, 20 jul 79. Assunto: Concentração na Universidade Gama Filho (UGF): br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_79001086_d0001de0001.pdf

³⁴ A Rodovia Transamazônica é uma rodovia de 5.000 quilômetros (4.977 para ser exato) que atravessa o centro da floresta amazônica. O projeto surgiu de um projeto na década de 1970, a pedido do general Emílio Garrastazu Médici, chefe militar do Brasil. A rota percorre todo o Brasil, desde a cidade litorânea de João Pessoa ao norte até a fronteira com o Peru. A BR-163, longo eixo de 1764 km entre Cuiabá a Santarém (Cuiabá-Santarém) foi inaugurada em 20 de outubro de 1976, com a promessa de desenvolvimento e de progresso para a Amazônia e o Brasil.

O decreto-lei do PIN também reservou para colonização³⁵ e reforma agrária a faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, “com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica³⁶” (Art. 2º).

A criação das rodovias se complementava aos incentivos fiscais conformando uma realidade que, é preciso dizer, não estava predeterminada. As rodovias complementavam os incentivos fiscais na medida em que colaboravam com a infraestrutura e com o desenvolvimento das atividades da iniciativa privada, fossem pecuárias ou de colonização. As estradas facilitaram a penetração e expansão das empresas agropecuárias, madeireiras, extrativistas e mineradoras, nacionais e estrangeiras e ocuparam imensas áreas de terra. Essas empresas eram as financiadas pela SUDAM e pelo Banco da Amazônia S/A (BASA).

Assim, o PIN reforçava o comprometimento do poder público, previsto no Estatuto da Terra, em oferecer assistência técnica às iniciativas particulares de colonização, vistas, principalmente a partir de 1970, como desenvolvimento (IANNI, 1979). A expressão de “novos corpos sociais e políticos que harmonizam o interesse privado e o interesse público em uma síntese superior que é o interesse da empresa” (BRUNO, 1997, p. 145).

A faixa de terras reservadas ao longo das rodovias na Amazônia Legal passou dos 10km previstos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970, com o decreto do PIN para 100km com o decreto-lei nº 1164 de 1 de abril de 1971³⁷, mas não mais para colonização e reforma agrária, e sim por serem “indispensáveis à segurança e desenvolvimento nacionais”. Com esse decreto, o governo retirou dos governos estaduais o poder decisório sobre as terras e o concentrou na burocracia militar. Destacamos que esta centralização foi realizada por meio de instrumento autoritário (Decreto-lei), como também se concretizou em órgãos de vigilância e segurança nacional, como o Conselho de Segurança Nacional (art. 4º Decreto-Lei 1164 de 1971).

A interferência nacional foi em razão de potencializar o “desenvolvimento”, tendo como base a iniciativa privada, denominado “um modelo de desenvolvimento pautado na grande propriedade da terra”, especialmente para criar gado bovino. A federalização de terras públicas

³⁵ O Estatuto da Terra (1964) já prescrevia os objetivos e os meios das duas modalidades de colonização: oficial, quando realizada pelo poder público e particular ou privada, quando realizada por empresas particulares.

³⁶ Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970 “Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências”. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm

³⁷ Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971. “Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências”. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1164.htm

de 100 km de cada lado das rodovias tratou-se da intervenção federal visando disciplinar a problemática da terra – tornar as terras legais com fins ao desenvolvimento econômico. Fato que no sul e sudeste do Pará, por exemplo, a partir de 1974, INCRA passou a fazer a discriminação das terras sob o efeito do Decreto-Lei nº 1.164, procurando identificar as áreas de terras devolutas com vista a sua regularização em nome daqueles que a requeriam. Dois anos depois o governo federal criou a Lei 6.383 (07/12/1976), estabeleceu o processo discriminatório das terras devolutas da União e incumbiu o INCRA por esse trabalho (PEREIRA, 2013).

É importante mencionar que o PIN, além de ser composto por contribuições de empresas privadas e públicas, também complementava as convenções da SUDAM e do Estatuto da Terra, demonstrando que as políticas relacionadas aos assuntos agrários não eram isoladas, mas faziam parte de um programa de sociedade. O PIN, por exemplo, teve como finalidade específica “financiar o plano de obras de infraestrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM e promover sua rápida integração à economia nacional”. Ou seja, o Estado se fazia presente propiciando o equilíbrio e infraestrutura, inclusive com o aparato policial na execução dos projetos, pois esperava-se que no PIN o “empresariado nacional pudesse demonstrar a eficiência de sua contribuição.”³⁸

2.2. Integração da Amazônia e ocupação racional do território: desenvolvimento e segurança nacional

Nos primeiros anos pós-1964, uma das expressões de maior importância na valorização econômica da Amazônia foi o fator *circulação*. De pessoas e bens. Na imprensa de grande circulação entre os anos de 1966 e 1970, é marcante o discurso sobre as potencialidades que “dormiam o sono dos séculos”. Este tipo de apresentação do território para a população, adjetivado com noções de desenvolvimento, exploração, vazio demográfico, perigo, etc. não é inofensivo. Elege demandas e prioridades para a Amazônia que não lhe são naturais, mas historicamente construídas e faz funcionar um circuito de significados e intenções, para agir sobre o território de maneira calculada e embasada em políticas públicas específicas.

Assim, o fator da circulação estava diretamente ligado com a questão da *segurança*. Era fundamental criar fluxos de circulação para que o território estivesse ocupado, logo, controlado por fulcros da burocracia direcionada a essas regiões. No mesmo recorte temporal, foi reiterada

³⁸ MISSÃO de todos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1970 http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/18335

a propaganda política de proteger o território amazônico da ação de governos comunistas da América do Sul, como demonstra a reportagem intitulada “*General vê Amazônia sob ameaça*”, na edição do dia 14/8/1971 do Jornal do Brasil³⁹:

“O general Carlos Alberto afirmou hoje (...) que ‘é necessário acelerar todas as providências que visem desenvolver e integrar a Amazônia (...) para enfrentar a cobiça das potências estrangeiras, que triplicará com o Plano de Integração Nacional’. (...) O general Carlos Alberto, que integra a comitiva da Escola Superior de Guerra, acha que além da cobiça internacional, existe ainda o perigo da penetração do comunismo, impulsionado pelo Presidente Allende, do Chile, através da Bolívia (...)”.

A colonização e reforma agrária acima citadas foram políticas de concessão de terras a pessoas jurídicas, mas também previam a distribuição de lotes às famílias de trabalhadores rurais em núcleos oficiais – a chamada colonização oficial.

Em alguns trechos da Transamazônica (BR-230), no início da década de 1970, o governo concedeu a famílias migrantes um lote de 100 hectares às margens da rodovia para a produção da terra sob regulamentação governamental do INCRA. Esta concessão de terras aos trabalhadores pobres foi propalada como a realização da reforma agrária pela ditadura (SOARES, 2015, p. 73-74).

Note que a concessão de terras *em trechos* específicos da transamazônica era apresentada na propaganda oficial como “*ao longo* da transamazônica”, sugerindo a abrangência da política. No mês seguinte à criação do PIN, é que foi criado Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária (INCRA)⁴⁰ com o objetivo de executar a proposta de colonização e reforma agrária do PIN. O INCRA foi o primeiro órgão da administração brasileira a tratar expressamente de controle de população e redirecionamento de fluxos migratórios.

De acordo com o planejamento do INCRA, cada trecho da Transamazônica teria um projeto de colonização. Esses projetos variavam de acordo com a cultura agrícola a ser desenvolvidas e número de migrantes, por exemplo, mas os lotes eram padronizados em 100ha e havia ajuda de custos às famílias (SOARES, 2015, p. 95).

³⁹ GENERAL vê Amazônia sob ameaça. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1971 http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/38098

⁴⁰ DECRETO-LEI Nº 1.110, DE 9 DE JULHO DE 1970. “Cria o Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de reforma agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da reforma agrária e dá outras providências.” http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1110.htm

O órgão era apresentado à população sob o signo da reforma agrária, com ampla propaganda pública da oferta de terras disponíveis, como a “da terra sem homens (Amazônia) e homens sem-terra (Nordestinos)⁴¹”.

A criação do INCRA foi justificada pelo discurso de reforma administrativa, incorporando em si as incumbências dos antigos Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA) e Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), simplificando e centralizando, dessa forma, a burocracia dos assuntos agrários. Martins (1984) argumenta que a criação do órgão foi controversa, pois a sua criação transformou a questão agrária em problema setorial, visto que o antigo IBRA era ligada diretamente à Brasília e o INCRA passou a ser uma autarquia do Ministério da Agricultura (p. 45).

Para compreender o problema da “falta de terras” no Nordeste, é preciso levar em conta, sobretudo, os legados da cultura política da tradição aristocrática do açúcar, baseada na concentração de grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários e determinou tanto a constituição social e econômica da nação brasileira quanto as estruturas formais e informais de poder e mando (BRASIL, 2014) e fomentou séries de disputas pela posse da terra.

Essas disputas, com destaque para as lideradas pelas Ligas Camponesas⁴² no século XX, não entravam em consonância com o imperativo de Segurança Nacional dos militares. A Doutrina da Segurança Nacional preconizava que para haver desenvolvimento, era necessário que condições mínimas de *coesão social* fossem atingidas. Em outras palavras, nesse discurso, era fundamental desmobilizar possíveis focos de conflitos⁴³, subversão ou de contestação da *ordem* para que o regime pudesse se realizar em sua plenitude, alçando o Brasil a um patamar de desenvolvimento – que é atravessado pela noção de controle – internacionalmente exigido.

⁴¹ TRANSAMAZÔNICA já tem 83% da linha-base implantada no trajeto inicial da rodovia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1971 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/31460 ; INCRA envia mais lavradores à Amazônia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1971 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/35478

⁴² Ver PORFÍRIO, Pablo F. de A. Medo, comunismo e revolução. Pernambuco (1959-1964). Recife: Ed. UFPE, 2009.

⁴³ FAMÍLIAS pernambucanas instalam-se na Transamazônica. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1971 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/31460 “o envio de famílias da área da cana para a colonização das margens da Transamazônica, como está fazendo o Governo atualmente, representará o fim das tensões sociais no parque açucareiro e o verdadeiro início do plano de integração nacional”.

Assim, Amazônia e Nordeste passaram a ser apresentados, no discurso oficial, como regiões que não poderiam ser desenvolvidas de forma isolada, mas integradas⁴⁴⁻⁴⁵ (SOARES, 2015, p. 67). Neste sentido, a proposta de integração nacional reeditada pelos militares⁴⁶, com apoio dos empresários, pós-1964, projetou investimentos econômicos distribuídos no território amazônico em articulação com a região Nordeste do Brasil, como também ensejou a criação de órgãos governamentais encarregados de controlar e orientar fluxos migratórios, como o INCRA. Em 25 de julho de 1970, o Jornal do Brasil traz a notícia de que o “*Presidente do INCRA toma posse*”. Em uma das passagens da notícia, podemos ler que:

“(...) o presidente do INCRA, Sr. José Francisco de Moura Cavalcanti disse não ser daqueles que admite que a solução agrária do país esteja na divisão da terra. ‘O que me importa – afirmou ele – é seu aproveitamento social’. ‘Optei pela reforma democrática do uso da terra, visando sempre o enriquecimento do homem do campo e seu bem-estar social. Nossa filosofia básica se baseia no Estatuto da Terra’ (...)” (Jornal do Brasil, 25/7/1970⁴⁷ GRIFO NOSSO).

Na fala do presidente recém-empossado, Moura Cavalcanti, podemos entrever, no mínimo, um conflito. Na medida em que defende uma “reforma democrática do uso da terra”, afirma que “a solução agrária do país não está na divisão de terras”, questão preconizada pelo § 1º do art. 1º do Estatuto da Terra. Assim, reflitamos: quem é o homem do campo que deve enriquecer, privilegiado com a política de reforma agrária? Trabalhadores com pouca ou nenhuma terra, ou tradicionais fazendeiros e grupos empresariais com desejo de expandir seus negócios?

O Ministro do Interior empossado em 1969, o coronel Costa Cavalcanti, mantinha essa linha de raciocínio. Em Porto Alegre pronunciou que “a reforma agrária vai manter a atual estrutura fundiária, pois a política do governo é realiza-la sem divisões de terras” (MAGALHÃES; HIME; ALESSIO, 1971 apud MARTINS, 1984, p. 42). Esse direcionamento da reforma agrária serviu como um bloqueio à política de reformulação fundiária, pois as

⁴⁴ MÉDICI reafirma soberania Brasileira na Amazônia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1970 http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/17921

⁴⁵ A questão é mais profunda. A ideia de desenvolvimento tinha atributos específicos. À medida que o “desenvolvimento conjunto” era propagandeado, havia a concessão de terras, créditos e incentivos fiscais a empresas, empresários e fazendeiros do centro-sul. O discurso que o general presidente Médici fez em Manaus em outubro de 1970 (*Sob o signo da fé*), antes de iniciar de fato a rodovia Transamazônica, a promessa da colonização dirigida com nordestinos era para viabilizar: a) – criar um polo de mão de obra aos projetos agropecuários e de mineração na região; b) – criar um polo consumidor de produtos manufaturados do centro-sul; c) – criar um polo fornecedor de matérias primas para as indústrias do centro-sul.

⁴⁶ O governo Vargas tinha um discurso de integração nacional. Cf. GUIMARÃES NETO, “*A lenda do ouro verde*” (2002).

⁴⁷ PRESIDENTE do INCRA toma posse. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1970. http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/12787

superintendências de desenvolvimento regional como a SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) eram de responsabilidade do Ministério do Interior.

E as regiões abrangidas por essas duas superintendências haviam sido definidas como áreas prioritárias para remanejamento de trabalhadores de áreas conflituosas de outras regiões, como também lavradores com pouca ou nenhuma terra (MARTINS, 1984, p. 42).

Assim, no contexto da criação de programas de grande envergadura, envolvendo “ocupação de espaços vazios”, imensas rodovias e projeto de reformulação da estrutura agrária, a imprensa ajuda a desenhar a face que se insinuava no discurso de democratização do acesso à terra. Em 21/9/71, o caderno de economia do Jornal do Brasil tem uma grande manchete: “*Seminário encerra com apelo à produtividade*⁴⁸”, na qual lemos:

“O desenvolvimento regional que consiste no crescimento da agricultura acima da média nacional; no crescimento do setor industrial também acima da média; e, finalmente, o crescimento da agricultura acima da média de evolução do setor industrial”.

Pressupõe-se, assim, uma vocação empresarial para envolvimento com a questão agrária, pretendido desde o ET (1964), com “índices de produtividade satisfatórios”. Dito em outras palavras, se pretende a capitalização do pequeno produtor, sua adaptação a uma nova ordem econômica e a expulsão do campo dos camponeses e agricultores que não se adaptassem, fortalecendo altas concentrações fundiárias. Na mesma reportagem também se espera superar os fatores limitativos do desenvolvimento da região com os “recursos humanos próprios e que estão sendo colocados à sua disposição pela colonização”, sinalizando para a formação de mão-de-obra disponível para empreendimentos de grande porte, visto que os de pequeno porte não eram pretendidos.

As especulações sobre o potencial industrial da Amazônia não eram novidade, porque é possível encontrar o mesmo tipo de debate já nos anos 1960. A novidade, nesse caso, o mecanismo para torna-la rentável e a maneira integrada com que o poder executivo desenvolve esse objetivo, associado à iniciativa privada. Dessa forma podemos divisar que a proposta de reforma agrária militar se materializou num pilar estratégico fundamental para garantir o desenvolvimento da região nos termos capitalistas e a expansão do capital financeiro aos negócios agrários. Ao atribuir critérios

⁴⁸ SEMINÁRIO encerra com apelo à produtividade. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 21 de setembro de 1971 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/40556

empresariais para a política de reforma agrária, o governo da ditadura tenta, capciosamente, esvaziar o conteúdo político do conceito (SOARES, 2015, p. 77).

Dada a fragilidade da política oficial de reforma agrária, já no fim da década de 1960 e primeiros anos de 1970, as diretrizes governamentais avaliaram a colonização, por meio de núcleos privados ou oficiais, como uma das maneiras principais de integrar a Amazônia e das empresas participarem ativamente do desenvolvimento do país. Em abril de 1971⁴⁹, o mesmo decreto que ampliou e reservou de terras ao longo das grandes rodovias também possibilitou à iniciativa privada a implantação de projetos de colonização em áreas consideradas prioritárias para a reforma agrária e nas terras devolutas da União na Amazônia, sob as normas do CSN e em projetos aprovados pelo INCRA⁵⁰.

Os projetos de colonização denominados de Projetos Integrados de Colonização (PICs) foram implantados em áreas devolutas com exceção do primeiro PIC que foi na região de Altamira onde houve desapropriação de áreas de propriedades particulares (“Decreto-Lei nº 68.433, de 29/03/1971, garantiu a desapropriação de imóveis particulares situados numa área de 64.000 quilômetros quadrados ao longo da rodovia Transamazônica, entre Altamira e Itaituba, diferente do decreto lei 1.164”) – todas eram em área de terras devolutas mesmo a colonização privada por grandes empresas como foi no Mato Grosso e caso do Projeto Tucumã, no Pará (GUIMARÃES NETO, 2014).

A autorização à iniciativa privada para criar núcleos de colonização não é casual e merece atenção: os PICs já ocorriam em terras devolutas, assim, o Estado sai de cena para permitir evidenciar-se a opção governamental por uma nova diretriz na administração das terras “ociosas, inocupadas, desimpedidas”.

2.3. Discurso das migrações e colonização

O conceito de reforma agrária não se esgota em simples distribuição de terras. É preciso garantir aos pequenos produtores as condições de trabalho no campo enquanto se desapropria altas concentrações de terra das mãos da elite fundiária. Assim, mesmo que fossem concedidas terras nas novas rodovias da Amazônia, não se realizava a reforma agrária por dois motivos:

⁴⁹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1164.htm

⁵⁰ A criação do PIN, em 1970, reservava para “colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica”. O decreto-lei de abril de 1971 aumentava essa reserva de terras, declarando “indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal”.

(1) Os projetos integrados de colonização eram em terras devolutas, ou seja, já pertenciam à união (exceto o PIC Altamira, que foi criado em terra desapropriada), assim não se alterava o modelo de uso e propriedade da terra, permanecendo o latifúndio; (2) Tratava-se, neste caso, do alargamento da fronteira agrícola. A recriação do modelo de economia da terra adaptado à realidade mercantil mundial, mas sem mudança efetiva nas maneiras de se apropriar da terra e explorar a mão-de-obra.

Do mesmo modo, a remoção de nordestinos para as margens de grandes rodovias projetadas ou em construção, como a Transamazônica, a partir de 1970, foi um importante dispositivo para desativar os focos de conflitos, como também garantir de mão-de-obra excedente, logo, barata, na Amazônia (PEREIRA, 2013, P. 71).

(...) os segmentos de trabalhadores rurais sem-terra, provenientes da região Nordeste, que se deslocaram para os projetos de colonização não tinham recursos econômicos para adquirir lotes de 100ha, passando a constituir um grande mercado de trabalho com mão de obra, predominantemente, desqualificada pelos principais setores produtivos; esses segmentos foram alvo das mais diversas discriminações e violências sociais, engrossando as fileiras dos trabalhadores desterritorializados, com os direitos civis não reconhecidos (GUIMARÃES NETO, 2014, p. 42).

Não obstante, no início da década de 1970, a propaganda oficial da colonização na Amazônia criou narrativas da epopeia nordestina na região⁵¹. Descreviam êxitos da colonização oficial como jornadas realizadas por homens valorosos (migrantes), e apresentavam a ocupação da Transamazônica em tom hospitaleiro. Uma das propagandas que acessamos⁵² era ilustrada com a figura de um pequeno escoteiro numa floresta, e dizia o seguinte:

“Já estou na Transamazônica

Apresentei-me voluntário porque creio na necessidade inadiável desta rodovia e tenho fé na Integração Nacional.

E, depois, é meu jeito.

Escoteiro gosta de abrir mata e desbravar o sertão. Estou descendo de helicóptero. Quando os primeiros engenheiros chegarem, vou recebe-los com a hospitalidade de um café quentinho.

E à noite iluminarei o acampamento para que o repouso do operário seja também segurança. Tudo foi planejado para que de 100 em 100 quilômetros nasça uma cidade. Vai ter banco, escola, hospital, estação meteorológica, postos da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), INCRA e Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) (...).

⁵¹ ROTA da Amazônia semeia medo e esperança entre os sertanejos. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1970 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/16597; INCRA envia mais lavradores à Amazônia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 5 de julho de 1971 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/35478

⁵² JÁ estou na Transamazônica. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1970 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/14028

O Brasil merece o sacrifício dos pioneiros, mas os pioneiros também merecem conforto. Por isso, quem começar a Transamazônica, começará com ULTRAGAZ. CIA. ULTRAGAZ S.A.”

A construção das estradas Transamazônica e Cuiabá-Santarém, assim como a ocupação de suas margens, dependiam da chegada dessas pessoas à região. O PIN só poderia ser realizado com uma política sistemática de deslocamento de mão de obra, e para isso foi preciso a mobilização de segmentos de trabalhadores rurais, imprescindíveis para os objetivos do governo (SOARES, 2015, p. 90-91)

Um discurso complementar ao da *segurança*, foi a reativação militar do discurso de salvação do país ameaçado pelo perigo comunista, da década de 1930. Reafirmava-se que a razão de ser do Brasil era a marcha para o oeste, ou o imperialismo interno (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 50), e que o “Brasil Grande” se realizaria sob o comando de um governo forte, com a colaboração de homens pioneiros e corajosos e dos grandes empresários.

Com o passado idealizado das Bandeiras Paulistas⁵³, uma nova marcha para o oeste foi colocada em prática para a ocupação dos chamados “espaços vazios”. Realizava-se a “missão histórica” de tornar a região amazônica rentável do ponto de vista econômico, e o governo militar seria o guia dos “modernos bandeirantes” na epopeia da integração nacional⁵⁴.

A mística dos valorosos bandeirantes foi identificada à “revolução” de 1964. Assim como também e a defesa e preservação dos valores fundamentais do mundo moderno: cristianismo, capitalismo europeu e revolução industrial. O capitalismo e as empresas rurais como *exploração racional*, e a integração nacional como *justificativa* foram os pontos dinamizadores dessa identidade atualizada sob a política dos EUA para a América Latina, no contexto pós-segunda guerra mundial.

Guimarães Neto (2002, p. 49) assinala a “relação mítica que o discurso oficial estabelece entre o avanço do *pioneiro* – valoroso migrante desbravador – e a condição do cidadão como soldado da nação”. A população, assim, é importante elemento nesse circuito de poder, o fazendo funcionar efetivamente na medida em que assume para si a “tarefa patriótica” de realizar o “Brasil Grande”.

O discurso oficial direcionava aos grandes grupos de empresários propagandas sobre “riquezas que dormiam o sono dos séculos⁵⁵”. Uma das propagandas conjuntas do Ministério

⁵³ Veja Cassiano Ricardo: Martim Cerere

⁵⁴ Cf. *A nova política do Brasil*, de Getúlio Vargas, 1943. Ver também Cassiano Ricardo, *Marcha para Oeste*, 1970.

⁵⁵ DESAFIO dura quatro séculos – departamento de pesquisa. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1968 http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/119583

do Interior, da SUDAM e do Banco da Amazônia S/A nomeava a Transamazônica como a “*Pista para você encontrar a mina de ouro*”⁵⁶ e terminava dizendo: “Transfira boa parte desse ouro para seu bolso” foi publicada insistentemente entre os meses de novembro e dezembro de 1970 (30/11/1970, 09/12/1970, 21/12/1970, 22/12/1970).

Um efeito não calculado da propaganda desenvolvimentista da Amazônia foi estimular a migração espontânea de trabalhadores com pouca ou nenhuma terra em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho⁵⁷. De acordo com Pereira (2013),

“Em maio de 1974, já no mandato de Ernesto Geisel, Lourenço Vieira da Silva, presidente do INCRA, garantiu que o governo substituiria os Programas Integrados de Colonização por polos de desenvolvimento na Amazônia. O destaque seria dado à pecuária de corte, aos projetos de colonização por meio de empresas e cooperativas do Centro-Sul do País e à exploração mineral e madeireira porque, para ele, já não havia mais necessidade de o governo trazer famílias empobrecidas das diversas regiões do País para o território amazônico, elas já estavam chegando por conta própria” (p.71-72).

As famílias que chegaram por conta própria driblaram a razão governamental por extrapolar o controle do fluxo migratório para a região, realizado pelo INCRA. Elas são, sem dúvida, um componente imprevisto no “desenvolvimento” da Amazônia, e nos primeiros anos de 1970 formaram não apenas reserva de mão-de-obra barata, mas também protagonizaram importantes reações políticas na forma de ocupação “ilegal” de terras. Para termos noção, municípios do Pará cortados pela Transamazônica, como Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia, Tucuruí e Jacundá:

Saíram de 57.510 habitantes, em 1970, para 187.336, em 1980, com crescimento de 225.75%. Os municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e São Félix do Xingu, mais ao sul do estado, contavam com 40.370 habitantes, em 1970, passando para 130.029, em 1980, com crescimento de 222.09% (PEREIRA, 2013, p. 79).

“Outro fator imprevisto na ocupação da Amazônia na época dos militares foi o acirramento da disputa pela terra, com a guerrilha do Araguaia”. O PCdoB criticava Jango. Queria maior ação na realização da reforma, pois o latifúndio e o imperialismo eram questões cruciais a serem resolvidas, pois o Brasil ainda não estava pronto para uma revolução socialista. Assim, de acordo com a comissão nacional da verdade, militantes comunistas se aproximaram da localidade (...).

⁵⁶ PISTA para você encontrar a mina de ouro. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1970 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/21663

⁵⁷ Migração espontânea. Ianni, 1979, p. 126

Figura 6 – Militantes desaparecidos durante a campanha militar no Araguaia em 1974



Fonte: Reprodução/arquivo O Globo

Importa sublinhar, contudo, que os conflitos agrários na Região Amazônica passaram a ser formalmente reconhecidos como questão relevante para a intervenção governamental na segunda metade da década de 1970-80 (WAGNER, 1980, p. 7). Então, a despeito do vigor das ações repressivas, os conflitos ampliavam-se e erigiam obstáculos à implantação dos projetos agropecuários, madeireiros e de mineração, que ameaçavam o sistema de empossamento preexistente. Até este período os órgãos fundiários só concebiam essas disputas como fatos característicos do que as forças militares classificavam de turbulência agrária, que deveriam ser reprimidas “energicamente” como o foram as populações camponesas que se localizavam nas regiões alcançadas pela Guerrilha do Araguaia, entre 1971 e 1974

Apesar da especulação por altos níveis de produtividade e desenvolvimento, havia uma base institucional pela reforma agrária, enquanto questão técnica de governo pelo menos até o início dos anos 1970⁵⁸. De acordo com Bruno (1997), a luta pela reforma agrária era uma luta assimilável pelo capitalismo, pois assegurava o direito de propriedade num período de modernização das relações de produção no campo (p. 97), e era fundamental regularizar terras que estivessem “ociosas” para garantir intervenção.

Tais estudos comprovam, portanto, que a atuação do Estado na região do Araguaia seguia uma doutrina que organizava tais ações de acordo com cuidadoso planejamento. Refuta-

⁵⁸ Em tom irônico, Ianni (1979) escreve que foi necessário “distribuir alguma terra para não distribuir toda a terra”.

se, então, a perspectiva de que as violações perpetradas tenham resultado de excessos ou casos isolados. Elas constituíam o cerne da doutrina que determinou o comportamento das Forças Armadas na região.

2.4. A liquidação da base institucional para a reforma agrária e a ocupação empresarial

A despeito da abordagem técnica dada ao assunto da reforma agrária no final de 1960 e início de 1970, as mudanças nas orientações ministeriais ao longo de 1970⁵⁹ mostram a direção centralizadora e concentradora que a política agrária do regime militar assumiu, e sugerem a desativação da proposta de reforma agrária.

O ministro da agricultura, Cirne Lima, que defendia a ocupação espontânea da Amazônia⁶⁰, apenas disciplinada através de diretrizes do governo, renunciou ao cargo em 1973. Mesmo que defendesse a participação da iniciativa privada nos projetos de colonização, entre suas justificativas, argumentou que a adoção de critérios burocráticos e empresariais na ocupação de terras representava a liquidação da base institucional da reforma agrária. O substituto de Cirne Lima, Moura Cavalcanti, já havia sido presidente do INCRA, e afirmava reiteradamente que a reforma agrária deveria estar fixada no uso racional da terra, não na sua distribuição.

O INCRA, na prática, privilegiava negócios em conjunto com as iniciativas privadas de colonização, garantia facilidades de financiamento às colonizadoras, fiscalização selecionada, venda de terras de domínio público para o privado com valores extremamente baixos, além da privatização de espaços, como patrulhamento de rios em favor de empresas, para “*evitar a ocupação a força, por posseiros e aventureiros, das terras mais férteis e valorizadas da região Norte e do Estado*”^{61,62}. Destacamos os negócios com a colonizadora “Integração,

⁵⁹ Ministérios importantes tiveram suas direções mudadas. O Ministério do Interior passou a ser chefiado pelo coronel Costa Cavalcanti em 1969, que seguia pela racionalidade de realizar a reforma agrária mantendo a estrutura fundiária da época. No mesmo ano, o ministro da agricultura em exercício, Ivo Arzua denunciava as “forças econômicas e políticas que estavam por trás da desativação da proposta governamental de refirma agrária”. Martins, p. 42-43. SUDENE, SUDAM e SUDECO estavam submetidas ao Ministério do Interior.

⁶⁰ COLONIZAÇÃO é meta de Cirne Lima. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1 de julho de 1970 http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/11320

⁶¹ PATRULHAMENTO de rios em Mato Grosso evitará posse ilegal de terras no Norte. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1974 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/100041

⁶² Aqui tomamos como referências os estudos de Ianni (1979), ao tematizar que a política de colonização dirigida ou oficial funcionou como uma contrarreforma agrária. Na medida em que busca controlar a migração espontânea, discriminando áreas específicas para a ocupação, protege outras áreas de interesse político e econômico de empresas e fazendas (p. 126).

Desenvolvimento e Colonização” (INDECO), em Mato Grosso, denunciado mais de uma vez por práticas de violência contra trabalhadores nas suas terras.

A mudança nas diretrizes para o uso da terra em fins de 1960 e nos anos 1970 é bastante sensível nos noticiários. No primeiro momento, houve a proposta de fixar contingentes populacionais no território e o discurso pela integração nacional. Num segundo momento, principalmente a partir de meados de 1970, podemos observar a conformação da política de polos de desenvolvimento, que apelava repetidamente para a vocação capitalista do campo, firmada na exploração empresarial, ensejada pela SUDAM.

Salientamos a mudança da política de integração da Amazônia não aconteceu numa lógica de começo-meio-fim, nem foi completamente premeditada; mas sim um processo que a todo tempo se experimentou e aconteceu simultaneamente. A “prova” disso é que já existiam fazendas de porte significativo no nordeste de Mato Grosso ainda nos anos 1960, como a CODEARA e a Suiá-Missu⁶³, que concluía em 1967 que as terras “são excelentes para a criação de gado de corte e agricultura, podendo se transformar, em pouco tempo, no maior centro produtor de carne do país”⁶⁴. Além disso, as mudanças nas orientações ministeriais abordadas anteriormente demonstram as variabilidades do processo.

Martins (1984) argumenta que após a cessão da política de colonização oficial, isto é, distribuição de terras a pequenos e médios proprietários, especialmente nos PICS da Transamazônica, passou-se à colonização privada, realizada por empresas particulares, ao longo da Cuiabá-Santarém. A colonização oficial em si deixou de ser economicamente rentável, já que a “mão-de-obra rudimentar”, proveniente, sobretudo do Nordeste, não atendia aos patamares exigidos de produção para inserção no contexto capitalista internacional⁶⁵ e o conjunto de interesses centralizadores passou a imperar.

A questão é que a política militar passou a privilegiar a produção em larga escala para exportação, vista como desenvolvimento econômico, em detrimento da realização de uma reforma agrária que extinguisse o latifúndio e promovesse a democratização do acesso à terra. Em poucas palavras, o que aconteceu foi que o regime militar se reapropriou da questão agrária,

⁶³ SÃO Félix cria império do boi no Araguaia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1972 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/243627

⁶⁴ A semana econômica. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1967 http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/95310

⁶⁵ O economista agrícola Luís Suplicy Hafers considerava as agriculturas de subsistência e familiar sem eficiência no mercado, ou pouco tecnificada, porém, considerava importante que existissem para não “liberar novos contingentes para formar núcleos de favelados nos centros urbanos”. ECONOMISTA afirma que Brasil tem na agricultura sua base. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1976 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/153246

se aproximou do assunto, mas manteve o modelo de latifúndio e superexploração da mão de obra.

A liquidação definitiva da referida base institucional para democratização do acesso à terra ocorreu em 1976, no governo Geisel. Recomendações do CSN prescreviam que a solução dos problemas fundiários na Amazônia Legal deveria privilegiar atividades capazes de contribuir com o “desenvolvimento econômico” da região (MARTINS, 1984, p. 47).

A aquisição de extensas faixas de terra na Amazônia pelos grandes empresários foi uma das faces do Programa de Integração Nacional⁶⁶.

Sob o discurso da fundação de cidades, os projetos de colonização privada tinham ampla margem para movimentar seus capitais, muitas vezes priorizando atividades agropecuárias, ou agrominerais em detrimento da colonização propriamente dita (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 89).

Pelo lado da colonização privada, o caso que nos chama atenção, é a criação da cidade de Alta Floresta (1976), no norte de Mato Grosso (MT), fundada colonizadora INDECO S/A. Nos discursos oficiais e propaganda da colonização privada, a cidade era apresentada como exemplo de trabalho e de êxito da colonização dirigida.

Ainda assim, o responsável pela colonizadora, Ariosto da Riva, visto como um “novo bandeirante” pela Associação dos Empresários da Amazônia (AEA), não pode abafar as denúncias de graves violações dos direitos humanos na região⁶⁷. Essas denúncias são exemplarmente apuradas por Guimarães Neto e Joanoni Neto (2018), que pesquisaram documentos do SNI, e analisaram o informe que averiguou a denúncia da violência contra os garimpeiros, expondo a linguagem condescendente com que o órgão de vigilância e informação responde ao caso.

Para o SNI, Ariosto da Riva age “em defesa do projeto de colonização e dos colonos”. Ainda segundo o documento, teria sido com este objetivo que o empresário decidiu “solicitar a intervenção das autoridades policiais”, informação que nos permite conjecturar a ação de forças paramilitares, com jagunços da colonizadora e o dispositivo policial do Estado de Mato Grosso.

Além disso, com o tempo, os colonos de Alta Floresta foram percebendo a baixa qualidade da terra. Há relatos orais de que alguns que já estavam atentos para a formação de pastos (GUIMARÃES NETO, 2002). Em fins de 1973 já circulavam notícias nas regiões

⁶⁶ MISSÃO de todos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1970 http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/18335

⁶⁷ VIOLÊNCIA mata 300 garimpeiros. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1979 http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/209942

compreendidas pelo INCRA sobre a imprestabilidade das terras amazônicas para a agricultura, ao mesmo tempo em que se dava ênfase à chamada vocação regional para a pecuária⁶⁸.

Nomes como o de Ariosto da Riva são emblemáticos. O empresário, antes de dedicar-se ao negócio da colonização foi um dos criadores da fazenda Suiá-Missu e um articulador fundamental para penetração da iniciativa privada na Amazônia Legal, defendendo a liberdade de invadir territórios indígenas. Martins (1984) narra uma reunião na sede da fazenda Suiá-Missu/MT, em 1969, entre membros da AEA e o presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) — para:

“ouvir queixas contra a burocratização” na aprovação de projetos e liberação de verbas pela SUDAM e pelo BASA (Banco da Amazônia), contra a centralização das decisões em Belém, contra a falta de infraestrutura, especialmente de transportes e estradas, contra o tamanho das reservas indígenas e ataques dos índios. Os empresários reivindicaram e conseguiram que a rodovia BR-080 cortasse o Parque Indígena do Xingu, separando dele o território dos índios txucarramãe, que dele seriam removidos. Dez anos depois, quando a estrada já havia causado aos índios todo o dano que poderia causar, o governo reconheceu que a rodovia era inútil e ordenou sua desativação (MARTINS, 1984, p 43).

Pelo exposto, a participação da iniciativa privada na perspectiva de desenvolvimento agrário se mescla com a cultura política de grandes concentrações fundiárias. Foweraker (1972) e Martins (1984) tematizam a questão da disputa da posse da terra, por meios burocráticos, no sul do Pará, oeste do Paraná e no norte de Mato Grosso, e como as decisões pendem para um lado ou para o outro de acordo com quem está no exercício do poder. A Comissão Nacional da Verdade também traz importante contribuição sobre o assunto e contribui para uma visão detalhada das ações militares, demonstrando que o uso frequente da violência e repressão, durante a ditadura, não eram casos isolados, mas um *modus operandi*, conforme apontado acima, quando citamos a Guerrilha do Araguaia.

A face de democratização do acesso a terra foi um ardil que, na medida em que faz concessões a pequenos trabalhadores, também utiliza a burocracia e a lei para recriar, na Amazônia, o modelo de altas concentrações fundiárias, produção para exportação e superexploração do trabalho, presentes no Brasil desde a Colônia. A novidade do tempo que estudamos é, nos termos de Guimarães Neto e Joaroni Neto (2017), que foi produzida uma nova configuração política e econômica com apoio dos militares, estruturada em uma base jurídico-policia, com órgãos sofisticados de informação e repressão.

⁶⁸ AMAZÔNIA reavaliada. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1974. http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/102869

A direção dada à política de colonização e exploração econômica da Amazônia abriu caminho para justificar a concentração fundiária em amplo crescimento. O desenvolvimento pretendido passou a priorizar a produção de *commodities* em larga escala como a soja e a formação de pastos para pecuária extensiva (atualmente, o Brasil é o maior produtor de carne bovina do mundo⁶⁹).

O desenrolar da questão fundiária pela ditadura militar não se fez separadamente da questão do desenvolvimento econômico, mimetizado no fortalecimento da grande empresa capitalista e, principalmente, sua expansão nas atividades agropecuárias, apresentadas como a modernização do campo. Além disso, a modernização capitalista era (e é) apresentada como uma melhoria à qualidade de vida da população (SOARES, 2015, p. 132).

Assim, os militares procuraram ajustar o problema da reforma agrária aos objetivos do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, ao imperativo de segurança nacional. Neste ponto, reforçamos uma concepção de desenvolvimento que é atravessada por uma concepção de segurança. Do mesmo modo, identificamos uma concepção de reforma agrária que segue uma orientação utilitarista de progresso, conduzida como problema técnico e militar. Gomes e Ferreira (2014) assinalam que:

“a estrutura fundiária brasileira estava realmente muito atrasada. No vocabulário da época, vastos latifúndios improdutivos conviviam com minifúndios que mal alimentavam uma família camponesa. A agricultura, mesmo a de exportação, não conhecia a mecanização em grande escala, não se utilizando colheitadeiras, tratores ou implementos agrícolas. A indústria química também inexistia, o que significava escassez ou completa ausência de uso de fertilizantes ou dos chamados defensivos agrícolas. O Brasil do campo ainda era o da foice e da enxada. Por isso, a defesa da reforma agrária ia ao encontro de exigências de uma nova racionalidade econômica e de uma nova condição de vida para a população rural” (p. 62).

Note que a modernização das relações de produção e trabalho são cruciais para apreensão de movimentos políticos importantes no final do século XX e existe até o tempo presente. Pompeia (2021) Também nos ajuda a refletir a questão em específico ao destrinchar o processo de formação de uma frente em defesa da modernização agrícola, com diversas indústrias envolvidas.

Para Wagner (1980) as inovações técnicas decorrentes têm, entretanto, função conservadora porquanto não podem ser dissociadas do monopólio da terra, dos mecanismos de

⁶⁹ <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/brasil-bate-recorde-e-e-o-principal-exportador-de-carne-bovina-do-mundo/> <acesso em 08/02/2020>; <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Boi/noticia/2019/01/globo-rural-brasil-se-consolida-como-maior-exportador-mundial-de-carne-bovina-diz-abiec.html> <acesso em 08/02/2020> <https://www.embrapa.br/qualidade-da-carne/carne-bovina> <acesso em 08/02/2020>

imobilização e de atos coercitivos como forma de resolução dos conflitos agrários. A generalização da violência na fronteira não é, pois, contingente constituindo-se num dado de estrutura, essencial a este tipo de desenvolvimento capitalista. A anuência a esta assertiva permite que se fale numa “modernização de caráter autoritário”, que inova conservando (...) (p. 2).

Nesse sentido, a colonização do território Amazônico e o discurso da reforma agrária foram importantes dispositivos⁷⁰ políticos, que tinham por finalidade atualizar a estrutura agrária do Brasil. Essa “modernização” da estrutura agrária em termos de produção capitalista era a maneira de alçar o país a índices internacionalmente exigidos de “progresso”. Esses dispositivos foram sustentados e tornados possíveis a partir do aparato legal-burocrático, que pôs em prática a política de colonização amazônica e a abertura das grandes rodovias e sua ocupação estratégica, mantendo o regime desigual de distribuição de terra.

Dizemos isso porque embora a noção de “vazio demográfico” na Amazônia embalasse o discurso governamental para justificar as suas políticas agrárias e de colonização a partir de 1964, denúncias contra a expansão das altas concentrações fundiárias na Amazônia se tornam cada vez mais recorrentes no decorrer da década de 1970, conforme denunciou D. Pedro Casaldáliga à CPI da Terra em 1977: “Na Amazônia, de 1960 a 1970 desapareceram 44.000 propriedades pequenas e médias e surgiram 9.000 grandes propriedades⁷¹”.

Soares (2015) apresenta a questão da modernização da estrutura agrária nos seguintes termos:

“O conceito de modernização traz consigo a ideia de novidade e transformação. A modernização da Amazônia não acarretou, contudo, na transformação da estrutura de propriedade da terra. Pelo contrário. Através de incentivos fiscais, o governo brasileiro na década de 1970 concedia créditos fundiários aos empresários da agroindústria, facilitando a aquisição de terras devolutas por essas empresas” (p. 138).

A maquinaria empresarial, com as frequentes intrusões no ecossistema nativo e nas terras indígenas, foi denunciada a organizações internacionais principalmente por meio da

⁷⁰ “podemos delimitar a noção foucaultiana de dispositivo como se segue: 1) O dispositivo é a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. 2) O dispositivo estabelece a natureza do nexo que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Por exemplo, o discurso pode aparecer como programa de uma instituição, como um elemento que pode justificar ou ocultar uma prática, ou funcionar como uma interpretação a posteriori dessa prática, oferecer-lhe um campo novo de racionalidade. 3) Trata-se de uma formação que, em um momento dado, teve por função responder a uma urgência. O dispositivo tem, assim, uma função estratégica”. CASTRO, p. 124, 2009

⁷¹ http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/77103751/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77103751_d0001de0001.pdf p.42

imprensa. É dessa forma que a Amazônia se tornou “terra de conflitos”: em razão de disputas territoriais, massacres, “escravidão branca” ou trabalho escravo contemporâneo, entre outras misérias que proliferaram na região.

Muitas dessas denúncias foram realizadas por D Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia, área de intensos conflitos em Mato Grosso. A sua carta pastoral de 1971 *“Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”*, foi publicada em diversos países, o que o governo militar considerou atividade nociva por denegrir a imagem do país no exterior. Na carta pastoral, D. Pedro Casaldáliga denunciou principalmente a atualização da cultura política⁷² de altas concentrações de terra, sob o comando do capital financeiro, uso da polícia local para perpetrar violências contra os peões e camponeses, violação dos territórios tradicionais de comunidades indígenas, conflitos pela posse da terra e exploração da mão-de-obra em condições análogas a de escravidão⁷³.

As ações de D. Pedro Casaldáliga foram diuturnamente acompanhadas. O bispo foi denunciado várias vezes e lhe renderam, inclusive, o título de “agitador local” nos órgãos de vigilância pelos seguintes motivos⁷⁴:

“(6) Em 1969, a equipe de PEDRO CASALDALIGA pregava a violência pela área da Prelazia e concitava os posseiros para unirem-se em grupos, a fim de tornarem-se mais fortes. Em Abril, o ambiente foi novamente conturbado, tendo responsável o gerente da CODEARA que construía cercas reduzindo lotes de posseiros; o Juiz de Direito determinou a retirada das cercas instaladas pela CODEARA. (...) (8) Em 1971 O Padre PEDRO CASALDALIGA instigava os posseiros contra a BORDON S/A - Agropecuária, aconselhando-os a construir suas roças nas terras dessa Companhia. Sagrado Bispo, em Out, intensificou a sua atuação, estimulando as invasões de propriedades particulares e realizando, por conta própria, uma pretensa reforma agrária. (...). (11) Em Mai 73, foi signatário do Manifesto dos Bispos do Centro-Oeste intitulado “Marginalização de um povo - Grito das Igrejas”, de caráter negativista e marxista, do qual se destacam os seguintes trechos: é preciso vencer o capitalismo. É ele o mal maior, o pecado acumulado, a raiz estragada, a árvore que produz esses frutos que nós conhecemos (...). Por isso é preciso que a propriedade dos meios de produção (das fábricas, das terras, do comércio, dos bancos, fontes de crédito) seja superada. Todo mundo sabe e fala que a Igreja defende o direito de propriedade. É verdade. Mas não é o direito dos proprietários - que a Igreja defende. É o direito de toda pessoa humana, um direito horivelmente desrespeitado e espezinhado na nossa sociedade. “Queremos um mundo em que todos possam trabalhar para todos, não um

⁷² A noção de propriedade como um bem “sagrado” é o principal imaginário ordenador e identificador do conjunto das classes e grupos dominantes no campo. Independe e se adapta às mais diversas conjunturas políticas, econômicas e sociais. Antecede e se atualiza com a instituição da terra como mercadoria e a Lei de Terras de 1850. Antecede e ao mesmo tempo se atualiza lado a lado com a instauração do complexo latifundiário e do complexo agroindustrial. Aparece, com uma nova roupagem, em meio à internacionalização da agricultura, a abertura dos mercados, a globalização da economia e as novas imposições da acumulação capitalista. P. 35, BRUNO

⁷³ D Pedro Maria Casaldáliga 09 set 75
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76095490/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095490_d0001de0006.pdf

⁷⁴ http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76095490/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095490_d0001de0006.pdf Dom Pedro Maria Casaldáliga 09 set 75

mundo dividido em que cada um procura só para si. Por isso, queremos um mundo em que haja um povo só, sem divisão entre ricos e pobres. Queremos um mundo onde todos façam tudo o que são capazes de fazer para o bem de todos”.

O monitoramento das ações de D. Pedro Casaldáliga foi uma realidade incontestável. O nome do bispo é uma constante nos documentos do SNI. Não só as atividades do bispo foram diuturnamente acompanhadas, como também mapeados os objetivos da própria Comissão Pastoral da Terra (CPT)^{75,76}, organização religiosa da qual o bispo fazia parte. O jornal “Opinião”, vendido em Campo Grande-MT noticiou a atividade de Pedro Casaldáliga, em 1973, com a manchete “O bispo dos oprimidos”, na qual discute a exploração de peões, etnocídio dos índios e a questão das terras; O informe do SNI no qual encontramos o jornal anexado classifica a atividade do jornal como “propaganda comunista subliminar” simplesmente por noticiar a ação do bispo⁷⁷.

Por esse lado, na racionalidade militar, pregar valores de igualdade e que o direito de uns seja compartilhado por todos é “propaganda adversa”, logo, podemos compreender que é uma racionalidade é excludente e autocentrada. O debate entre governo e entidades religiosas era acompanhado na imprensa e em uma das voltas sobre a carta pastoral, o Jornal do Brasil publicou⁷⁸:

“Nunciatura pede à CNBB documento sobre latifúndio na Amazônia

(...) A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), através do chefe da divisão técnica, coronel Igreja Lopes, não quis fazer ontem comentários sobre a denúncia do Bispo de São Félix (Mato Grosso) quanto a ‘marginalização social e os latifúndios daquele Estado’, pois ‘o assunto já é do conhecimento dos órgãos de segurança, inclusive do SNI’. Disse ainda o coronel Igrejas Lopes que ‘o nosso país é democrático e por isso assegura a qualquer um ter suas terras, latifúndios ou minifúndios (...)’. Sobre as injustiças sociais, também citadas no documento disse, que ‘não é problema afeto à Sudam’⁷⁹”.

⁷⁵ Foi criada em junho de 1975, em Goiânia. As igrejas da Amazônia legal, preocupadas com a disseminação de conflitos e generalização da violência, decidem, com apoio da Confederação Nacional dos Bispos, criar uma “Comissão de Terras” com o propósito de “interligar, assessorar e dinamizar” as atividades de apoio aos movimentos sociais no campo, sobretudo numa região onde a estrutura sindical era frágil e precária para atender o segmento mais expressivo do campesinato de fronteira: os posseiros (WAGNER, 1980).

⁷⁶ Comissão Pastoral da Terra – CPT 01 nov 79 “Dissemina ideias que atribuem a situação de dependência e insegurança do povo à concentração dos bens de produção em poucas mãos; a proletarianização do meio rural como resultante da política agrária do Governo, que só defende os interesses dos ricos e das grandes empresas, contra o pequeno; a situação política como responsável pelo estado de injustiça e desigualdade; justiça e as autoridades como cúmplices dos que tem dinheiro e poder; os sindicatos como meros órgãos de serviço assistencial, manipulados pelo Governo.” P.8 Informe nº 0540/19/AC/79, 01 nov 79. Assunto: Comissão Pastoral da Terra – CPT [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80006141_d0001de0002.pdf](#)

⁷⁷ Informe nº 048/16/73/ACG/SNI, 09 fev 73. Assunto: Pedro Casaldáliga, Bispo da Prelazia de São Félix em Mato Grosso – Jornal “OPINIÃO” [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73058241_d0001de0001.pdf](#)

⁷⁸ NUNCIATURA pede à CNBB documento sobre latifúndio na Amazônia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1971 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/43959

⁷⁹ Jornal do Brasil, 11 de novembro de 1971.

No ímpeto de justificar a expansão do latifúndio na Amazônia, o coronel Igreja Rosas desconsiderou completamente que a missão de uma verdadeira reforma agrária seria reduzir as desigualdades e a modificação do status quo do modelo de propriedade. Aponta, ainda, para a militarização da questão agrária, por afirmar que as denúncias de desigualdade não são de competência da SUDAM, e já são averiguadas pelos órgãos competentes, como o SNI, ligado à Secretaria Geral do CSN.

A redefinição da política fundiária em favor da colonização privada e das grandes empresas agropecuárias correspondeu a um grande crescimento da luta dos trabalhadores rurais pela terra. Nas áreas pioneiras da Amazônia acabava por se conformar a mesma estrutura fundiária das regiões que empurravam esses trabalhadores do Sul ou do Nordeste para a Amazônia. Guimarães Neto (2002, 2018) narra a experiência dos trabalhadores deslocados na Amazônia e em núcleos de colonização privados, na qual circulava a ideia de que “o futuro aqui é do patrão”.

Observou-se intensa repressão com participação de agentes do Estado quando havia resistência de trabalhadores às ações de despejo sumário, na ausência de respeito aos direitos constitucionais (rescisão de contrato) já previstos desde a Constituição de 1946. A falta de regulamentação sobre os contratos era o grande problema, o que resultava em frequentes abusos e expulsões arbitrárias de camponeses – com derrubada de casas e destruição de roças por parte dos fazendeiros. Há de se observar também os inúmeros assassinatos ocorridos no campo ocorreram em resposta, por parte dos fazendeiros, a reivindicações legais simples de seus empregados.

A impunidade dos criminosos, mesmo quando havia denúncias de testemunhas, aponta a conivência do poder local com os proprietários de terras. Um exemplo desses conflitos foi citado no Diário de Pernambuco de 9 de novembro de 1963 ao noticiar o assassinato de cinco camponeses que apelaram ao proprietário do engenho Estrelana, senhor José Lopes da Siqueira Campos, para solicitar o pagamento atrasado da diferença salarial. Argumentaram que estariam com os filhos passando fome e necessitavam lhes dar de comer ao menos “um feijãozinho”. Os camponeses, desarmados, foram mortos a bala. O jornal se refere a uma “rajada de metralhadora”, o que indica que o proprietário do engenho talvez usasse arma da polícia.

É preciso também considerar que apenas uma parte das mortes no campo foi motivada por conflitos políticos no sentido mais amplo. Posseiros foram reprimidos com violência por agentes do Estado quando se organizavam para tentar obter o direito de permanecer em terras

devolutas (mesmo desconhecendo que havia leis que os protegia em sua condição de uso da terra para sustento das famílias), ou unindo-se a companheiros de pobreza a fim de combater, com ou sem um projeto político mais expressivo, a exploração de seu trabalho pelos fazendeiros. Foram os casos da repressão à Guerrilha de Porecatu (1950-1957), ao conflito de Trombas e Formoso, às Ligas Camponesas, em especial no Nordeste, ou aos camponeses que apoiaram direta ou indiretamente os guerrilheiros no Araguaia.

Tal posição do Estado diante dos conflitos pela terra, sempre em apoio aos grileiros e grandes proprietários, criminalizando sistematicamente as tentativas de resistência de posseiros, estende-se até o final do período das investigações atribuídas à CNV: o ano da Constituinte Democrática de 1988. Foi durante a democracia incipiente do governo Sarney, junto aos governos dos estados de Goiás, do Pará e do Maranhão, que teve início o consentimento tácito às ações armadas comandadas pelos membros da União Democrática Ruralista (UDR), criada por fazendeiros de Goiás, mas que se expandiram para todo o país. A UDR foi o agente ideológico e o articulador político da violência do latifúndio que, em defesa de suas terras, passou a fomentar de forma sistemática e organizada a violência no campo, proporcionando assassinatos de posseiros, sindicalistas e advogados das causas dos camponeses.

A desigualdade no plano da conquista dos direitos estava mantido no que se refere às relações de força na luta pela terra. Enquanto os camponeses que tentavam defender suas posses continuaram a ser reprimidos como “terroristas”, uma organização armada criada por fazendeiros recebeu uma espécie de aval não declarado do Estado para reprimir e matar, desconsiderando dispositivos legais.

Em um dos documentos do SNI, que tivemos acesso por meio do SIAN, plataforma digital do Arquivo Nacional (RJ), encontramos um informe da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Indústria e Comércio (DSI/MIC) sobre um documento da CONTAG⁸⁰, elaborado entre 1981 e 1984. O documento intitulado “*A violência no campo pela mão armada do latifúndio*” traz uma série de denúncias sobre as torturas, prisões, espancamentos, assassinatos e expulsão dos Trabalhadores da Terra, nos diversos estados do

⁸⁰ A CONTAG completou 50 anos no dia 22 de dezembro de 2013. Atualmente, conta com 27 Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e mais de 4.000 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STTR) filiados, que compõem o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais. (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, agricultores familiares, acampamentos de reforma agrária e assentados, trabalhadores rurais, parceiros, agiotas, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e costeiros.

País, e embora tenha sido elaborado nos anos 1980, sua razão de existir é devida aos conflitos pela posse da terra dos anos anteriores. Em um dos trechos do documento⁸¹, podemos ler:

A violência cresce junto com a concentração da propriedade da terra, que atingiu índices extremos nos últimos 20 (vinte) anos. Nesse período, não apenas a maioria dos trabalhadores continuou sem acesso à terra, mas os trabalhadores rurais pequenos produtores foram sendo imprensados pelo latifúndio, sendo obrigados a abandonar a terra ou a sobreviver em condições muito mais precárias. Entre 1950 e 1980, os estabelecimentos rurais com menos de 10 (dez) hectares aumentaram em número de 710.934 para 3.025.372 (passaram de 34% a 50% do total de estabelecimentos) e diminuíram em área, caindo sua área média de 4 (quatro) para 3 (três) hectares. Enquanto isso, os estabelecimentos com mais de 10 mil hectares aumentaram em número e área. Em 1950 eram 1.611, que controlavam 45.000.000 de hectares; em 1980, passaram para 2.410 e a controlar quase 64.000.000 de hectares. Os despejos de posseiros, parceiros, arrendatários e assalariados permanentes, por seu lado, fizeram com que os assalariados temporários, os "boias-frias", praticamente duplicassem seu número, passando, segundo os dados do INCRA, de 3 milhões e 900 mil, em 1967, para 6 milhões e 800 mil, em 1972 (...). Hoje, tem os trabalhadores que enfrentar toda uma política agrária cuja tônica tem sido a separação do trabalhador da terra, através da penalização do minifúndio e do apoio, quase sem limites, à grande propriedade. A intervenção governamental no campo cresceu nesses 20 anos, não no sentido de atender às necessidades dos trabalhadores rurais (...), mas sim no de favorecer a grande propriedade, através de isenções e subsídios, de suporte financeiro a projetos antissociais ou, mais diretamente, de grandes obras públicas que se tornam, elas próprias, motivos de desassossego para a população trabalhadora rural⁸².

Além dos dados sobre o aumento das concentrações fundiárias entre 1960 e 1980, área, de acordo com o documento da CONTAG, suficiente para assentar 4 milhões de famílias, há o fator de controle e vigilância no cerne da questão agrária. O fato de existir um informe com tal conteúdo também indica a militarização da questão agrária, reconhecida em lei desde o decreto de 1971, que garantiu que terras ao longo das rodovias estariam sob controle do Conselho de Segurança Nacional. Não podemos perder de vista que há no documento da CONTAG denúncias que são conhecidas do poder executivo, e seu mapeamento sem intervir na violação dos direitos fundamentais indica a convivência oficial com as violências praticadas contra trabalhadores. De outro modo, mostra a pouca importância dada aos conflitos agrários, vistos como situações episódicas (ALMEIDA, 1980).

Para Pereira (2013), nem sempre as grandes fazendas foram constituídas sobre terras já ocupadas por posseiros, como foi o caso de diversas fazendas em Conceição do Araguaia, Xinguara e Santana do Araguaia, como as fazendas Bela Vista, Vale do Rio Cristalino, entre

⁸¹ Encaminhamento nº 2897/84-DSI/MIC, 29 nov 84. Assunto: A violência no campo pela mão armada do latifúndio [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_85048859_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/85048859_d0001de0001.pdf)

⁸² Texto disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/85048859/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_85048859_d0001de0001.pdf

outras. Por esta razão, muitos trabalhadores rurais migrantes, que chegaram simultaneamente ao estabelecimento das empresas agropecuárias, foram privados do acesso à terra ou ocuparam áreas pouco férteis, como aconteceu com diversas famílias em Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia.

Ainda assim, a área de Santana do Araguaia é citada no depoimento do bispo D. Pedro Casaldáliga na CPI da terra, em 15 de junho de 1977, como área de conflitos entre fazendeiros X posseiros que já ocupavam a área há pelo menos 17 anos:

“Posseiros localizados há 17 anos em certa área, começaram a ser violentamente perseguidos, de três anos para cá, pela fazenda Sussuapara, de propriedade da Manah. Quando a Manah começou a instalar-se, havia na área 42 famílias. Hoje restam apenas 13. Os que saíram foram expulsos com pequena ou nenhuma indenização, em geral com a participação da polícia. 10 destas famílias foram expulsas a tiros pela polícia. A casa do morador mais antigo, em setembro de 1976, foi cercada às 6 horas da manhã por policiais que vieram prendê-lo. Acordando com os gritos, tomou de sua espingarda e, atirando várias vezes para o ar, fez os policiais recuarem. Manoel Ribeiro de França, numa das investidas da polícia estava convalescendo de maleita (MALÁRIA) e, por isto, quando a polícia chegou, não pode fugir como os demais. Um velho, Sr. Raimundo, também não fugiu. Os dois foram presos e Manoel foi espancado violentamente, tendo desmaiado várias vezes. Roubaram ou quebraram seus pertences, estragaram seus pés de fruta. Por conta de maus tratos, Manoel passou quinze dias hospitalizado”.

Diante do acirramento dos conflitos, o governo federal passou a levar em conta a situação na região e deixou de classificar como episódicos os casos de violência veiculados nos meios de comunicação. A questão é que a presença do governo federal, sobretudo durante o regime militar, se realizava com mão de ferro e de maneira a reprimir quaisquer movimentos que entrassem em desacordo com a ordem prevista por eles.

Nos anos subsequentes, esses grupos empresariais contaram com o apoio de Grupos Executivos, como o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) para expulsar posseiros de áreas de interesse empresarial. O GETAT funcionava como um emissor de títulos definitivos de propriedade para grandes empresas, classificando posseiros como “invasores” (ALMEIDA, 1980, p. 13-14). Para o GETAT os posseiros eram invasores – mas também para juízes, a polícia etc: posseiros “clássicos”, aqueles que moravam a muitos anos na terra sem documentos; mas também ocupantes de terras com títulos definitivos ou de aforamentos (legais ou falsificados). Martins (1984) qualifica o GETAT como intervenção militarizada no INCRA, reconhecendo a inoperância do órgão em resolver conflitos fundiários na Amazônia.

Note que a facilidade em classificar os posseiros como invasores é fruto da própria política do INCRA, que desde o começo dos anos 1970 concedeu apenas títulos provisórios de

posse da terra, sob a justificativa de impedir que os trabalhadores especulassem o valor da terra. Tendo em mente esta característica da política oficial do INCRA, evidencia-se a brevidade e transitoriedade da política de concessão de terras a pequenos trabalhadores.

Prevalece neste período uma representação oficial algo tecnocrática dos conflitos e, particularmente, da violência considerada como fatores inerentes à modernização da agricultura e ao desenvolvimento das forças produtivas numa região de fronteira agrícola. Interpreta-se de maneira naturalizada o acirramento de tensões sociais dos confrontos num endosso tácito à concentração fundiária sob o ditame da força bruta e da coerção. A subjugação pela violência, nesta lógica, aparece como um fato necessário e peculiar aos processos econômicos e às estruturas políticas de uma situação de fronteira, sendo uma constante (ALMEIDA, 1980, P. 2).

A partir de fevereiro de 1980 o governo militar do general Figueiredo encetou uma série de medidas, objetivando uma “agilização das questões fundiárias pendentes”. Criou sucessivamente o grupo executivo das terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) (dec. Lei nº 1767 de 1º de fevereiro de 1980), o grupo executivo para a região do baixo Amazonas (GEBAM) (dec. nº 84.516 de 28 de fevereiro de 1980). As ações da denominada “regularização fundiária” concentravam-se, pois, em regiões amazônicas onde a expansão camponesa com seu movimento de ocupação espontânea suplantava as expectativas oficiais e onde o sistema de apossamento preexistente como no caso dos seringueiros, castanheiros e posseiros contrariava inteiramente as determinações governamentais acerca da forma de ocupação das terras.

O fluxo destes movimentos e os ininterruptos conflitos onde as posses estavam consolidadas colidiam com os ideais de “ocupação racional”, propugnados pela ação oficial. Enquanto na lógica da unidade camponesa a terra se incorporava ao processo produtivo mediante o trabalho familiar, tem-se que para os grupos econômicos e projetos incentivados interessava uma visão e uma relação jurídica e mercantil com ela. Em nome destes últimos pressupostos é que os órgãos oficiais começam a falar com frequência em “invasão de terras públicas e particulares” na Amazônia. As condições de posseiros e ocupantes passam a ser recobertas pela legitimidade atribuída ao invasor.

Os critérios de segurança para tratar os problemas agrários, alegados na criação do GETAT e do GEBAM, expressariam, nesta ordem, uma dimensão claramente econômica. Afinal, tratava de se estender um cordão protetor para as companhias de colonização particular (entre 1968 e 1984 foram aprovados pelo INCRA 71 projetos de colonização privada, sendo 66 localizados no Mato Grosso, 3 no Maranhão e 2 no Pará). Sublinhe-se que o volume de

incentivos fiscais concedidos desde 1966 contribui decisivamente para manter os índices de concentração fundiária na região norte. Segundo as estatísticas cadastrais do INCRA, os dados de 1985 (base 1984) assinalam nesta região 69.987 latifúndios, que medem 98.9 milhões de hectares, representando 79,74% da região.

Os atos discriminatórios e as arrecadações sumárias perpetradas pelo getat e pelo INCRA constituiriam, em verdade, instrumentos de ação fundiária voltados para assegurar um certo tipo de desenvolvimento capitalista que aliás, só pode manter seu processo de reprodução na Amazônia se conseguir neutralizar as ocupações de posseiros, a demarcação das áreas indígenas e os movimentos de garimpeiros, coletores de castanha e seringueiros que tem resistido à implantação de grandes projetos agropecuários e das empresas madeireiras e de extração mineral.

3. AMAZÔNIA REAVALIADA

“Diante da lei está um porteiro.

Um homem do campo chega a esse porteiro e pede para entrar na lei. Mas o porteiro diz que agora não pode permitir-lhe a entrada. O homem do campo reflete e depois pergunta se então não pode entrar mais tarde.

– É possível – diz o porteiro.

– Mas agora não”.

Franz Kafka. Diante da lei.

3.1. A importância da iniciativa privada, no discurso oficial, para o “desenvolvimento” da Amazônia – a dimensão ideologizante da técnica e da participação empresarial no desenvolvimento da Amazônia ou a maquinaria empresarial-militar em funcionamento

É importante explicar ao leitor que, em história, não operamos com a ideia de ruptura total. As mudanças históricas e transformações sociais ocorrem em um processo gradual. Alguns elementos surgem e outros desaparecem em descontinuidade, e assim os processos se realizam. Então, a iniciativa privada de que tanto falamos neste trabalho é um amálgama entre os grupos empresariais que emergem no mundo pós-segunda guerra e tradicionais elites fundiárias brasileiras, modificadas em empresas rurais a partir do caráter técnico de produção previsto pelo ET de 1964.

O tempo que estamos narrando neste trabalho é um tempo que tem como pano de fundo, invariavelmente, o mundo pós-segunda guerra mundial. E pensar o mundo pós-segunda guerra é pensar um mundo que precisou se reconstruir dos escombros. A técnica e a necessidade e explicações matemáticas e pretensamente neutras se revestem de nova autoridade e importância. Esse logicismo se baseia numa tentativa de refazer o mundo, no entanto, sob os mesmos axiomas que levaram às grandes catástrofes humanas e, se assim pudermos dizer, morais que se abateram com os massacres nos campos de concentração e em Hiroshima e Nagasaki.

Nesse mundo que se refaz pós-catástrofe, no Brasil, o discurso ideologizante da ditadura reforçou a aparência de neutralidade do regime a partir de um modelo de planejamento que se

arrogou ligado à racionalidade. “O planejamento foi erigido em técnica fundamental da retórica e prática dos governantes, planejar passou a ser a palavra mágica, em nome da qual se exercia a ditadura” (IANNI, 1979, p. 103 citado por BRUNO, 1997).

A Escola Superior de Guerra⁸³ foi a instituição de saber responsável pela reformulação técnica dos paradigmas de segurança e guerra, funcionando como elemento técnico-científico de “modernização política”, tendo a geopolítica como disciplina mais importante. A razão geopolítica permitiria passar do saber ao poder, uma vez que a Geopolítica “deseja fornecer elementos à ação política”, um guia para a vida prática (COUTO; SILVA, 1981).

Do mesmo modo, uma série de conceitos novos e categorias começam a circular para dar conta de nomear os novos processos em desenvolvimento. Conforme visto no capítulo 1, foi criado o conceito de empresa rural etc. A leitura de Pompeia (2021) mostra a criação do conceito de AGRIBUSINESS. A formulação deste conceito permitiu que determinado problema fosse criado e soluções identificadas para sua resolução fossem articuladas e pensadas de maneira técnico-científica. Até mesmo a participação da iniciativa privada obedecia a essa organização de mundo: era um aspecto técnico e do progresso. a guerra contra a fome foi um discurso que permitiu, também, aos detentores do poder da palavra, agir de maneira positiva, agregando para si responsabilidade de levar o bem.

Uma das expressões intelectuais mais importantes da ESG foi a Doutrina da Segurança Nacional, fundada pelo general Golbery do Couto e Silva^{84,85}, arauto do pensamento político-estratégico militar desde a década de 1960. Este general cria fielmente que o progresso e a

⁸³ Criada em 22 de outubro de 1948 pelo Decreto nº 25.705 e organizada de acordo com a Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. A Escola Superior de Guerra foi subordinada à Presidência da República através do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Entre os propósitos que presidiram sua fundação estava o de se tornar uma agência socializadora das elites brasileiras, militares e civis em torno de questões referentes à segurança e desenvolvimento do país, numa espécie de foro acadêmico. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetematico/escola-superior-de-guerra-esg>

⁸⁴ O general é parte de um grupo de estrategistas que veem na geopolítica o instrumento para aproveitar as influências do meio geográfico para o destino e o governo dos povos. O livro Geopolítica do Brasil, de sua autoria, é um marco na construção do saber geopolítico no Brasil, composto por um conjunto de ensaios desenvolvidos na década de 1950 e publicado em 1966. É da maior importância para o trabalho que desenvolvemos por ser um importante registro do estado de reorganização dos paradigmas de segurança e guerra, tornando-se um importante mentor da ação política nos anos subsequentes, baseado nos novos arranjos do mundo pós-segunda guerra mundial.

⁸⁵ ADEMAIS, valorizar o pensamento geopolítico da Escola Superior de Guerra como discurso científico é importante, porque ele está inserido num campo material – institucional – específico, que dá forma prática para a sua teoria. A partir da década de 1940, a produção ideológica no Brasil se destaca pela intermediação de instituições. A Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), o Instituto Superior de Altos Estudos do Brasil (ISEB) e a própria Escola Superior de Guerra (ESG) foram institutos de altos estudos que agregaram intelectuais brasileiros, da direita ou esquerda política, por oferecer instrumentos práticos aos seus projetos teóricos, visando as ações futuras (MUNDIM, 2005, ANPUH). Assim, entre os interesses que se arrogam como hegemônicos, podemos ver as inclinações dos interesses de classes, principalmente num regime político conservador e autoritário.

técnica viriam felizes em nosso auxílio. No tópico o “ocidente e o Brasil”, do livro *Geopolítica do Brasil* (1967), Golbery escreve sobre uma

“corrente ideal que lhe impulsiona (o ocidente) a história, fonte de todas as suas energias criadoras esse propósito, esse programa que impulsiona e galvaniza e sustenta a civilização do ocidente? Resumi-lo-emos em seus termos essenciais: (1) a ciência como instrumento de ação; (2) a democracia como forma de organização política e (3) o cristianismo como supremo padrão ético de convivência social” (p. 225).

Não raro encontramos a noção de justiça social e paz como objetivos importantes para garantir o desenvolvimento do país e seu lugar como uma nação efetivamente moderna (GOLBERY, 1967, p. 226). A ideia de justiça social é, entretanto, contraditória (BRUNO, 1997), pois ao passo em que essa noção é evocada, operavam-se prisões, esvaziamento das instituições democráticas e gradativa destruição dos mecanismos de mediação entre o Estado e sociedade (BRUNO, 1997, P. 136).

A defesa de que a iniciativa privada era importante para implementar um modelo de sociedade faz parte de uma estratégia junto à ação do poder militar, marca o pensamento estratégico de Couto e Silva (1981):

“Pouco importa que, nos Estados autoritários (...), sob disfarces de maior ou menos consistência, muitas vezes, quando não sempre, se apresentem, como interesses e aspirações da coletividade, alguns que o são, afinal, apenas uma simples minoria, compenetrada melhor de seus próprios objetivos, bem equipada para a ação política e sobretudo hábil no manejo dos múltiplos controles sociais – a chamada *elite dirigente*. A capacidade desta em sensibilizar e atrair a massa, em arrastá-la docilmente sob sua liderança eficaz pela força carismática (...) dá bem a medida real de seu poder criador. Como quer que seja, porém, buscando, realmente, essa elite ou minoria, traduzir os interesses e aspirações, ainda informes, que flutuam imprecisos na alma popular ou indo mais além e se empenhando, educativamente, para que o povo compreenda e sinta os seus verdadeiros interesses e aspirações, tratando, maquiavélica ou demagogicamente, de mistificar a massa para que adira a seus objetivos particulares de elite ou coagindo-a a tal – isto é, afinal, acessório –, o fato primacial que vale considerar, no conjunto do panorama internacional, é que cada Estado se move ao impulso potente de um núcleo de aspirações e interesses, mais ou menos definidos com precisão num complexo hierárquico de objetivos” (p. 10-11).

O “potencial criador” e de “traduzir os interesses e aspirações que flutuam imprecisos na alma popular” tornaram a “elite dirigente”, mimetizada na iniciativa privada, condição *sine qua non* para a valorização econômica da Amazônia⁸⁶. A cargo dos investidores estavam as atividades consideradas rentáveis, como as como as industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais

⁸⁶ GOVERNO conta com ajuda dos empresários no trabalho de desenvolvimento da Amazônia”. 1 de maio de 1969

e de serviços básicos, ficando a parte de infraestrutura econômica e social, planejamento e pesquisa com o governo, conforme preconizou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia de 1966⁸⁷.

Para despertar as riquezas que “dormiam no sono dos séculos”, esses investidores deveriam dispor de planos de desenvolvimento, recursos técnicos e financeiros que garantissem o êxito no empreendimento. Outras frases de efeito como “alma popular” e “verdadeiros interesses e aspirações” não podem prescindir de análise, pois funcionam justamente como meio de “mistificar as massas” e garantir adesão da população aos projetos governamentais num momento de consolidação do capitalismo no bloco ocidental, durante a Guerra Fria.

A ESG, por meio de sugesta neutralidade científica, permitiu incrementar práticas de dominação e de poder, inclusive no que diz respeito a posse e propriedade da terra, a novas temporalidades e a novos proprietários, mostrando que as práticas de dominação e exploração não são monolíticas e se adaptam aos tempos; O tempo traz significados novos para as coisas. Não é fortuito que no interior do discurso sobre a racionalidade econômica dos grandes proprietários de terra e empresários rurais exista uma estranha noção de competência que, além de elitista, está diretamente associada ao monopólio da propriedade fundiária. Bruno (1997, p. P. 6-11) defende um modelo de desenvolvimento que “casou numa figura única” o capitalista e a grande propriedade fundiária.

A instituição responsável por dar corpo ao empresariado que sustentou toda a política e ação da ditadura militar na Amazônia foi a Associação dos Empresários da Amazônia (AEA). Criada em 1968, tinha a finalidade de defender os interesses corporativos dos empresários que se tornaram donos de terras na Amazônia; já contava com uma média de 70 empresas filiadas em 1974. A entidade tinha o objetivo de integrar os empresários da região Centro-Sul, “com vistas à efetiva conquista e integração da Amazônia⁸⁸”. Com sede administrativa era localizada em SP e as ações direcionadas ao mundo amazônico,

“a associação funcionará, também, como assessora da política governamental de ocupação da Amazônia, ‘aproveitando a experiência dos empresários agropecuários, os mesmos que conquistaram o oeste, o norte do Paraná e o sul de Minas’ segundo afirmam seus diretores. Integram a Associação os maiores nomes do empresariado agropecuário paulista, todos executores de grandes projetos na região amazônica. O presidente da entidade é o Sr. Hermínio Ometto, o pioneiro na execução de projetos

⁸⁷ Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a SPVEA, cria a SUDAM, e dá outras providências. No seu art. 4º, o decreto especifica “concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infraestrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis”. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15173.htm

⁸⁸ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/118425

agropecuários na região amazônica. Seu projeto denominado Suiá-Missu, desbrava a região da Serra Roncada, no Mato Grosso. Outros grandes projetos em execução são o da CODEARA, em Santa Terezinha, em frente à Ilha do Bananal; (...) o CODESPAR do grupo Nicolau Lunardelli, no sul do Pará, e o Agrisa, o maior em área do Mato Grosso.” Entidade de agropecuaristas da Amazônia conta com um escritório em São Paulo - 13/7/68⁸⁹.

Sendo assessora da política governamental, fica clara a influência empresarial nas decisões políticas. Eram vistos como melhor preparados para garantir o desenvolvimento no modelo capitalista, mas o discurso apela para mística dos “pioneiros” e “conquistadores. Na reportagem citada, a menção ao povoado de Santa Terezinha ignora o conflito recorrente desde 1966, entre posseiros e a CODEARA, citado no capítulo um. Além de ser fundamental passar a imagem de segurança dos novos empreendimentos, com base no controle e vigilância militar.

Nomes importantes como o da família Lunardelli e Meirelles emergem com frequência na documentação. O governo federal usava empresas privadas como a Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará (CODESPAR) e a Administração Agrícola Ltda – Nicobran⁹⁰, que eram dos Lunardelli em Santana do Araguaia, para fazer propaganda de ocupação da Amazônia, dizendo que as áreas ocupadas pelas fazendas deram certo.

De fato, a ocupação particular além de fomentar a criação de diversas fazendas e serrarias também favoreceu condições para o desenvolvimento de um espaço urbano em áreas que eram dominadas pela floresta. Parte da infraestrutura do município de Santana do Araguaia, instituído em 1965, por exemplo, se encontrava nas propriedades CODESPAR, assim como diversas outras cidades surgidas no vale do Araguaia paraense (BATISTA, 2016, p. 132).

No entanto, é preciso lembrar que tal ocupação acontecia de maneira secundária, não como objetivo principal. No dia 12 de junho de 1972, foi publicada uma reportagem cheia de expectativas no caderno de economia do Jornal do Brasil. A reportagem intitulada “*Pasto da Amazônia impressiona gaúchos*” relatava uma viagem feita por agropecuaristas gaúchos, a convite do Banco da Amazônia, a alguns projetos desenvolvidos por paulistas na região amazônica, entre eles, o da CODESPAR. Na reportagem, é narrada a fama da família Lunardelli no sul do Brasil devido ao cultivo de café, mas isso não é o fato que chama mais atenção. Em uma das passagens podemos ler:

⁸⁹ http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/118425 ibidem

⁹⁰ A NICOBTRAN, é usada de maneira exemplar em um anúncio da SUDAM: “NICOBTRAN é o nome da empresa formada pelos Lunardelli para orientar e administrar os empreendimentos agrários do grupo e de terceiros na região”, depois, no imperativo “faça como a Lunardelli: explore a região mais rica do mundo” http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/74775.

[o grupo Lunardelli] possui na região cerca de 500 mil hectares. Mas o projeto da CODESPAR aprovado pela SUDAM utiliza apenas 52 mil hectares, dos quais 12 mil estão prontos para pastagem, embora três mil sejam utilizados por 9500 cabeças de gado de raça Nelore e mestiço girado. Antigamente toda esta área era constituída por terras devolutas. Quem demarcasse 4300 hectares e requeresse um título de posse ao governo do Pará ia se tornando proprietário das terras. Como havia a exigência de cada título pertencer a uma só pessoa, era muito comum todos os familiares, inclusive os empregados, entrar com seu nome para a constituição de uma grande propriedade⁹¹”.

Além disso, como resultado da política de incentivos fiscais, tem-se a apropriação de grandes propriedades inclusive improdutivas, nas mãos de apenas uma pessoa, citada tranquila e abertamente na reportagem. Representa, no entanto, flagrantes desrespeitos às prescrições do estatuto da terra no que diz respeito ao tamanho e extensão máxima das terras. Os dispositivos legais supramencionados, ao propiciarem os recursos e isenção de impostos para as atividades produtivas em questão, fomentaram um intenso processo de apropriação do ambiente amazônico, iniciando pela concessão de terras.

Além de mecanismo de obtenção de recursos oficiais, a terra passou a representar reserva de valor. O valor das propriedades multiplicava-se com o anúncio de construção de vias de acesso ou quando a posse era legalizada pelo título definitivo. As terras passaram a constituir, pois, um investimento rentável, gerando retorno financeiro garantido a quem se dispusesse a manter a posse de lotes para venda. Esse processo foi alimentado pela “grilagem” de terras públicas, mecanismo de utilização de meios ilícitos [quando não violentos] para obter a posse de determinadas áreas (BATISTA, 2016, p.131). Nesse sentido, tendência das autoridades civis e militares foi de priorizar os grandes proprietários, partindo da concepção de que estes seriam os guardiões da ordem social e política vigente. Ou seja, uso da força física foi capturado pela esfera privada (PEREIRA, 2015, P. 232)

3.2. Amazônia reavaliada

Na imprensa, a tônica do discurso otimista pela reforma agrária, presente de 1964 até início de 1970 deixa de existir. A colonização oficial passa a ser apresentada sob um olhar pouco encorajador. Além disso, os resultados da política de colonização oficial ao longo da Transamazônica são modestos. Soares (2015), citando Pereira (2013, p. 73), informa que em 1974, o INCRA havia assentado apenas 5.717 famílias pelos Programas Integrados de

⁹¹ Pasto na Amazônia impressiona gaúchos, disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/58927>

Colonização, somando as áreas de Marabá e o trecho Altamira – Itaituba. Número distante das 100 mil famílias previstas pelo decreto-lei nº 67.557 de 12 de novembro de 1970⁹².

Se no discurso oficial veiculado na imprensa os PICs seriam “ao longo da transamazônica”, a materialidade da política mostrou uma realidade bastante propagandística e sem conexão com a realidade, dado que os PICs foram em trechos específicos da rodovia.

Além disso, a proeminência da iniciativa privada nos negócios da “reformulação fundiária” operada pelo regime militar, exigiu que a política de desenvolvimento agrário na Amazônia fosse reavaliada do ponto de vista legal. As notícias de 1974 assinalavam a imprestabilidade das terras amazônicas para a agricultura, ao mesmo tempo que se dava ênfase não mais à necessidade de ocupar “espaços vazios”, mas sim à vocação regional para a pecuária⁹³⁹⁴:

“Amazônia reavaliada

O documento em que a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia critica o modelo de colonização aplicado pelo INCRA naquela região reabre a questão sobre a melhor estratégia para integrar o espaço amazônico à vida econômica brasileira. O sentido de surpresa que marcou a iniciativa de rasgar uma rodovia, como eixo de ocupação da Amazônia, retardou o debate inclusive sobre os projetos laterais, como a colonização confiada ao INCRA.

A crítica da Sudam, tornada pública, enseja o reexame comparativo das diversas modalidades de conduzir a política de ocupação humana e aproveitamento dos recursos naturais da região. O maior peso da avaliação da Sudam, sobre o projeto de colonização da Amazônia, desaconselha a tônica da utilização intensiva da publicidade para induzir os excedentes da população nordestina a buscar ali oportunidades que lhes faltam em sua terra.

(...) Do ponto de vista econômico, segundo o documento da Sudam, a mão-de-obra rural nordestina que demanda a Amazônia tem condições limitadas de cultivar a terra. Sem capital, sem técnica e apenas com um acervo rudimentar de conhecimentos agrícolas, esse homem tende no máximo a conseguir um incipiente resultado em

⁹² Decreto-Lei nº 67.557/70, de 12 de novembro de 1970: “(...) Art. 1º. São declaradas prioritárias para fins de reforma agrária, as seguintes regiões fisiográficas incluídas nas áreas de atuação do Programa de Integração Nacional, criado pelo Decreto-lei número 1.106, de 16 de junho de 1970: (...) no Estado do Pará, os municípios de São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá, Tucuruí, Bagre, Portel, Senador José Porfírio, Altamira, Pôrto de Moz, Prainha Santarém, Aveiro, Itaituba e São Felix do Xingú; no Estado do Amazonas, os municípios de Maués, Borba, Nôvo Aripuana, Manicoré, Humaita, Canatuma, Lábrea, Pauini, Bôca do Acre, Envira, Eirunepé e Ipixuna; no Estado de Mato Grosso, os municípios de Pôrto Artur Nobres, Acorizal e Cuiabá; (...) Art. 4º. Os trabalhos do Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária, obedecendo ao Plano Regional Agrária, a ser incluído no Programa de Integração Nacional, para a implantação de Núcleos de Colonização e Projetos de reforma agrária, compreenderão: a) a constituição de cem mil (100.000) unidades familiares; b) a organização de até cem (100) cooperativas; c) o estudo das condições socioeconômica das áreas para elaboração dos programas de promoção agrária e desenvolvimento rural; d) o cadastro técnico da região, na forma do § 1º do artigo 46 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964; e) a regularização de títulos de domínio de imóveis rurais em favor de posseiros existentes na área e que satisfaçam às exigências da Lei”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67557-12-novembro-1970-409139-publicacaooriginal-1-pe.html> (Acessado pela última vez em 07/07/2015)

⁹³ AMAZÔNIA reavaliada. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1974. http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/102869

⁹⁴ A agroindústria é a vocação da Amazônia. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1976 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/153246 (também fala de diversos projetos que tiveram denúncias de trabalho escravo).

termos de subsistência, sem alcançar um estágio produtivo em nível de comercialização. Faltam à Amazônia, na proporção desejada, afirma o estudo, solos férteis que possam dispensar a utilização de agentes químicos e a esse tipo de agricultor falecem recursos de capital para contrabalançar a pobreza da terra. A conclusão do estudo é que, se não cabe proibir o fluxo migratório, compete ao poder público igualmente não estimular o deslocamento do excedente populacional do Nordeste, numa estratégia de paternalismo social de mera subsistência, sem alcance econômico. Reabre-se, por oportuno, o debate sobre a maneira mais adequada de incluir a região amazônica no mapa da economia brasileira. A ideia de criar pólos de riqueza, como centros de área de povoamento, volta a contrastar com a tentativa de ocupação intensiva, através da qual seria inevitável a derrubada de matas e o risco de inevitáveis alterações ecológicas. O modelo que propõe fulcros econômicos, para a exploração dos recursos naturais, contempla o aproveitamento do potencial de energia dos rios e dos minérios, através de projetos que assegurem, no local, o beneficiamento industrial num primeiro estágio, a fim de agregar valor e gerar mercado de trabalho. (...) Em suma, a Amazônia abre-se a um novo debate e convoca o espírito criador brasileiro para outra demonstração de sua capacidade modernizadora, em novos termos e com outra visão” (Jornal do Brasil, 9/4/1974, capa. GRIFO NOSSO).

Com uma suposta “reavaliação dos objetivos nacionais para a Amazônia”, o discurso oficial deixa, oficialmente, de tratar a ocupação amazônica em termos de reformulação fundiária para valorizar a ocupação empresarial. Note que mesmo com uma propaganda de função social de reserva de terras para mudança da estrutura fundiária, na realidade, as grandes empresas capitalistas foram atendidas desde o início no que pode ser visto como um alargamento da fronteira agrícola, muito mais do que democratização do acesso à terra. Ou seja, a Amazônia, antes apresentada como área prioritária para a reforma agrária, passa a ter sua função social relacionada aos polos de riqueza.

Deixa, assim, de ter como prioridade a política de ocupação por trabalhadores, para atender as expectativas do tempo de produção capitalista, sendo melhor que vigorassem os fulcros de riqueza, como centros de áreas de povoamento⁹⁵. Na reportagem citada, além de estar claro que o tipo desejado de “lavrador” era o que tivesse a chamada “vocação empresarial”, podemos ver uma disputa estratégica da maior importância entre as instâncias governamentais para tornar a Amazônia mais rentável do ponto de vista capitalista, no momento em questão.

De um ponto de vista teórico, ao expor o circuito de planos governamentais bem delimitados e amplamente articulados entre si, não estamos operando com uma concepção de poder ou de Estado que é transcendente. O objetivo é desnaturalizar essa concepção ao apresentar o Estado como “realidade compósita”, ou “efeito móvel de um regime de

⁹⁵ Tomemos os estudos de Ianni (1979, p. 125) como referência neste ponto. Para o autor, não se realiza reforma agrária alguma. O que ocorre é que a política de colonização é apresentada como política de reforma agrária. Paralelamente aos desdobramentos da política de colonização, o que se expande cada vez mais é a grande empresa privada dedicada à agricultura, pecuária, agropecuária, extrativismo, mineração, agroindústria e outras atividades.

governamentalidades múltiplas⁹⁶ e mostrar ainda que esse regime de governamentalidades, em funcionamento, não é teleologicamente orientado. Ele em si é disputa, relação de poder e não funciona de maneira verticalizada.

Nesse contexto de reavaliação da política de desenvolvimento da Amazônia se deu a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia). Criado pelo decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974⁹⁷, o programa elegeu localidades⁹⁸ prioritárias e contribuiu com investimentos para incrementar as atividades produtivas sob o encargo da iniciativa privada (GUIMARÃES NETO, 2002), além de contribuir com projetos de infraestrutura, nos setores de transporte, energia, comunicações, etc. O Poloamazônia foi decisivo no financiamento estatal para a exploração da Amazônia por grandes grupos empresariais, coroando uma política agrária que privilegiou altas concentrações de terra sob domínio do capital empresarial e financeiro, reconhecida e autorizada em lei.

Os objetivos fundamentais do Poloamazônia confirmam a complementaridade entre os planos e programas governamentais, em uma fase específica da política militar, com a iniciativa privada plenamente beneficiada e aliada ao projeto de integração nacional. Além disso, os recursos do programa eram constituídos do PIN e do PROTERRA. Também foi implementado pelo Ministério do Interior através da SUDAM, da SUDECO e do BASA e pelos diversos Ministérios envolvidos (art. 4º).

O projeto da colonizadora Indeco S/A, responsável pela cidade de Alta Floresta/MT, por exemplo, também usufruiu dos privilégios do Poloamazônia por estar em uma das áreas eleitas como prioritárias para investimento, o Polo XIII – Juruena. A Indeco S/A utilizou os recursos provenientes do programa, inclusive, para construção da estrada que ligava o núcleo de colonização à rodovia Cuiabá-Santarém.

Para Ianni (1979, p. 86-89), com o sepultamento da política de colonização oficial, ganha maior ênfase a colonização particular sob a forma da empresa privada. É nesse espírito que, em 1974, o Poloamazônia incorpora/permite a colonização dirigida/realizada por

⁹⁶ Para Foucault (2008), a governamentalidade pode ser entendida como “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (...)” (FOUCAULT, 2008, p. 111-112)

⁹⁷ Decreto nº 74.607, de 25 de Setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do POLAMAZÔNIA. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74607-25-setembro-1974-423225-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁹⁸ Art. 2º. São as seguintes as áreas prioritárias preliminarmente selecionadas com vistas à execução do Programa: I - Xingu-Araguaia; II - Carajá; III - Araguaia-Tocantins; IV - Trobetas; V - Altamira; VI - Pré-Amazônia Maranhense; VII - Rondônia; VIII - Acre; IX - Juruá Solimões; X - Roraima; XI - Tapajós; XII - Amapá; XIII - Juruena; XIV - Aripuanã; e XV - Marajó.

empresas, que passa a ser definida como “cooperativa de desenvolvimento agropecuário”, a partir de 1976.

Em maio de 1974 foram publicadas⁹⁹ reportagens no Jornal do Brasil sobre um empreendimento de grande porte que foi instalado no município de Santana do Araguaia (Polo I – Xingu-Araguaia), no sudeste do Pará. O projeto da Cia Vale do Rio Cristalino, apresentado pela Volkswagen.

“Coordenará a implantação, na Amazônia, de um complexo agropecuário e industrial, voltado para a produção de carnes, madeiras, celulose e papel, através de um investimento total de Cr\$ 1 bilhão, programado para um período de cinco anos (...). O ministro Rangel Reis revelou ao presidente da Volkswagen que o Ministério do Interior deverá criar uma Companhia de Desenvolvimento para a Amazônia – vinculada à SUDAM. O interesse da Volkswagen em investir na Amazônia se justifica tendo em vista a necessidade de diversificação das atividades da empresa, e pelos incentivos que ofereceram os organismos federais, para a instalação dos projetos naquela região (...)”.

O apelo ao “novo” na apropriação da Amazônia renova seu valor. A “nova” maneira de agregar valor à terra, dessa vez sob o signo da apropriação capitalista, era apresentada como desenvolvimento competente, racional e integral da Amazônia, pelo discurso oficial¹⁰⁰. Já sabemos que não há nada de novo nesse processo, a não ser as estruturas governamentais que garantem sua realização: é o processo de concentração de terras já bem conhecido, no entanto, recriado por dispositivos governamentais que tornam essa apropriação legal. O capitalismo financeiro, em sua plasticidade, transforma bens e capacidade de transformar tudo em valor, consome terras antes inexploradas e as insere numa lógica da produção mundial.

Os pólos de desenvolvimento passaram a ser o grande filão de desenvolvimento da Amazônia, com grandes expectativas sobre a rentabilidade financeira dos empreendimentos. Entretanto, com poucas análises sobre os impactos sociais e ambientais que seriam causados, afinal, no discurso oficial, a Amazônia era a um só passo “imenso vazio territorial” e “Eldorado brasileiro”:

No sul do Pará, na inóspita região dos rios Xingu e Araguaia, abre-se uma clareira para o progresso – mais exatamente, no chamado Pólo Amazônico nº1. Lá, algumas das maiores empresas do país – Sul América, Atlântica Boa Vista, Bradesco, Peixoto de Castro e Volkswagen – reuniram-se para a implantação de dois grandes projetos agropecuários. Se as obras iniciadas destoam da paisagem, os nomes dos programas

⁹⁹ VOLKSWAGEN investe Cr\$ 1 bilhão em projetos na Região Amazônica. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 de maio de 1974 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/104954; VW entrega projeto à SUDAM. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1974 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/106211

¹⁰⁰ No mesmo modelo discutido no capítulo 1: um apelo ao valor técnico. Dessa vez não mais no sentido de que ocupar era a grande resposta, mas ocupar por meio de fulcros de riquezas específicas, por um ponto de vista de rentabilidade.

denotam, no mínimo, uma total integração de intenções: *Rio Dourado e Vale do Rio Cristalino*.¹⁰¹

Tão logo foram desenvolvidas as atividades previstas de criação extensiva de gado, também surgiram denúncias graves sobre irregularidades nas áreas prioritárias do Poloamazônia e de incentivos fiscais da SUDAM. Entre as mais recorrentes, citamos violação dos direitos fundamentais e da dignidade humana, exploração da mão-de-obra em condição análoga a de escravidão¹⁰², invasão de territórios ocupados tradicionalmente por comunidades indígenas ou de posseiros, conflitos pela posse de terra e crimes ambientais na forma de incêndios de grandes proporções, com a finalidade de formar pastos.

Em 1975, o Jornal do Brasil noticiou a contestação da Volkswagen à denúncia feita pelo líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na Câmara Municipal de Manaus, Fábio Lucena, de que havia “um incêndio do tamanho do Estado da Bahia” na área do projeto agropecuário da empresa¹⁰³. O argumento utilizado pela empresa para minimizar a devastação foi o de que a área desmatada era para servir de pastagem, além de serem aplicados “métodos modernos e aproveitamento das madeiras nobres”, ignorando completamente impactos socioambientais.

A pesquisa na documentação do SNI é esclarecedora. De um ponto de vista metodológico, permite analisar, pela ótica da vigilância militar, informações veiculadas na imprensa. Isso sem contar os inúmeros processos não digitalizados ou que não puderam ser recuperados. Cruzar as informações nos possibilita observar a formação dos acontecimentos de maneira ampla, mas sem pretensão de abarcar a totalidade.

Em busca de informações no SNI sobre a fazenda Vale do Rio Cristalino, encontramos um documento de 1977 que resume e encerra o assunto dos grandes incêndios pelos militares¹⁰⁴. O documento também elucida o significado que o desenvolvimento encabeçado pela iniciativa privada, como política de governo, tem para o poder executivo:

a. O projeto de interesse da "COMPANHIA VALE DO RIO CRISTALINO COMÉRCIO E INDÚSTRIA", objetivando a implantação de um empreendimento agropecuário no Município de SANTANA DO ARAGUAIA / PA, foi aprovado na

¹⁰¹ MACROEMPRESA desenvolve agropecuária no Norte. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 1976, p.21 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/68708

¹⁰² O tema da exploração da mão-de-obra em condição análoga a de escravidão será abordado no capítulo três do trabalho.

¹⁰³ VOLKSWAGEN desmente devastação. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1975 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/129662

¹⁰⁴ Informe nº 1026/17/ABE/75, 27 mai 75. Assunto: Companhia Vale do Rio Cristalino br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77109601_d0002de0002.pdf

81 reunião ordinária do Conselho Deliberativo da SUDAM (CONDEL), realizada na cidade de RIO BRANCO/AC, e; 20 Dez 74. A maneira de como foram conduzidos os debates que culminaram com a aprovação do referido projeto, faz supor que o Superintendente da SUDAM, HUGO DE ALMEIDA, procurou impor, como fato consumado e incontestável, a necessidade dessa aprovação, argumentando uma suposta interposição dos mais altos escalões do Governo Federal; (...) c. em 19 Mar 76, o Diretor-Presidente daquela Companhia, WOLFGANG FRANZ JOSÉ SAUER, endereçou expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, relatando que, desde Nov 75, a Delegacia do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), no PARÁ, passou a impor à sua Empresa que não procedesse a nenhuma modificação na floresta amazônica, sem prévia aprovação do respectivo plano, por aquela Delegacia; passou também a exigir o reflorestamento da área e o pagamento de elevada taxa pela autorização de desmate. Entendia o Diretor-Presidente, que o projeto de sua Companhia, tendo sido aprovado pela SUDAM, não deveria obedecer a dois órgãos (SUDAM e IRDF), "simultânea e contraditoriamente"; d. a Delegacia do IBDF/PA, instada a prestar informações ao Ministro, a respeito das reclamações feitas por aquele Diretor, esclareceu que suas exigências estavam baseadas em Lei, e que eram feitas, não só à RIO CRISTALINO, como também a todas as em presas agropecuárias. Acrescentou, a Delegacia, que, atendendo notificação, havia comparecido àquela repartição, em 16 Set 75, um representante da Companhia, solicitando o prazo de 30 dias, para apresentar a documentação exigida. O prazo solicitado foi concedido. No entanto, a referida documentação somente foi apresentada 60 dias após a data fixada. Nessa ocasião, foi exigido o recolhimento dos emolumentos devidos às "Inspeções Florestais para fins de concessão de licença de desmate" (Portaria Normativa nº 2, de 25 Jun 73), tendo a Empresa se recusado a efetuar o recolhimento exigido; f. citada vistoria foi efetuada entre os dias 12 e 15 Jul 76. Ao final dos trabalhos, os vistoriadores concluíram que, até aquela data, haviam sido desmatados 9.138 hectares de terras. Concluíram, também, que a RIO CRISTALINO não havia cumprido os dispositivos da Portaria Normativa nº 2, referentes à concessão de licença para o desmate, infringindo, dessa maneira, o que foi estabelecido no item 2.15, da Resolução da SUDAM, que aprovou o seu projeto. O item 2.15, da Resolução da SUDAM, acima mencionado, estabelece o seguinte: "que sejam observadas as demais recomendações do Código Florestal e exigências do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal";

As linhas finais do documento informam, ainda, que os vistoriadores constataram na Microrregião do Araguaia Paraense não somente o desmatamento da Companhia Vale do Rio Cristalino, mas também outros de dimensões iguais ou superiores nas fazendas Campo Alegre, Sussuapara, CODESPAR, Quixadá e Santa Fé¹⁰⁵. O documento encerra sem registrar sanções à Vale do Rio Cristalino, nem às fazendas vizinhas em que foram constatadas as irregularidades, apenas com o argumento retumbante de que todas as fazendas citadas possuem projetos de implantação aprovados pela SUDAM, garantindo a convivência estatal e o privilégio aos grupos empresariais criminosos.

Ao refletir sobre os dois últimos fragmentos documentais expostos, concluímos que as empresas, de fato, estavam amplamente cobertas pela burocracia estatal, numa aliança

¹⁰⁵ Um informe de 1987 intitulado "IMÓVEIS ENVOLVIDOS EM DENÚNCIA DE TRABALHO ESCRAVO" cita as fazendas Quixadá e fazenda Volkswagen, da Cia Vale do Rio Cristalino como exploradoras de mão-de-obra escrava na década de 1970, ambas em Santana do Araguaia/PA http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/87062906/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_87062906_d0001de0001.pdf

empresarial-militar¹⁰⁶ para justificar uma nova ordem econômica emergente nos países ocidentais no pós-segunda guerra. Esses grupos empresariais apoiaram-se em documentos escritos e fizeram o discurso da institucionalidade, mas invadiram terras indígenas e comunais, mantiveram jagunços e pistoleiros como seus funcionários. Do mesmo modo, tiveram acesso à imprensa nacional e aos organismos de governo, quando não aos próprios responsáveis pelas pastas ministeriais, o que lhes era conveniente para justificar suas ações *in loco* (GUIMARÃES NETO, JOANONI NETO, 2018).

Quando conceituamos o regime militar de 1964 como empresarial-militar, não estamos negando o caráter civil e a adesão popular ao regime instaurado em 1964. No entanto, o apoio das “forças econômicas” foi fundamental para consolidar o regime. Ademais, se nos referirmos aos empresários apenas como civis, podemos perder de vista o elemento de classe e que a minoria empresarial foi privilegiada pelas políticas de desenvolvimento econômico, não só da Amazônia, e mantiveram a concentração da terra, marca da estrutura fundiária brasileira (SOARES, 2015, p. 138).

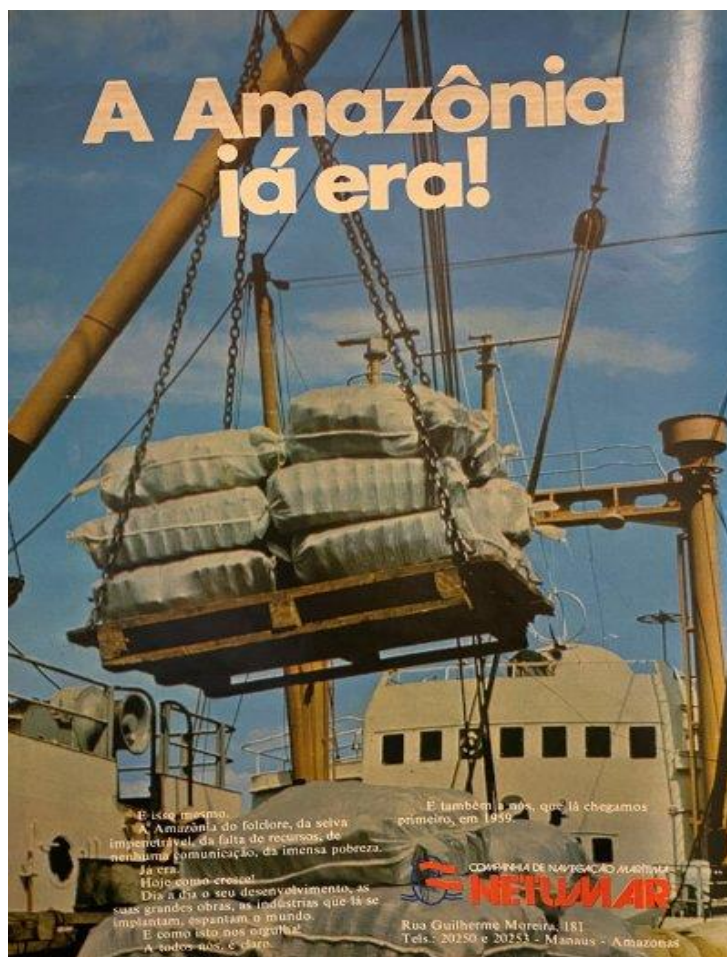
Faz-se oportuno contrastar o informe do SNI sobre a Vale do Rio Cristalino com o recorte do editorial do Jornal do Brasil “*Amazônia Reavaliada*”. Entre as justificativas para a mudança na política de desenvolvimento da Amazônia para polos de desenvolvimento, estava a ideia de que a ocupação intensiva tornaria inevitável a derrubada de matas e o risco de alterações ecológicas. Porém, nos anos subsequentes, é justamente este o quadro que se forma: a derrubada da floresta para criação extensiva de gado. Assim, o que parece estar em questão não é a derrubada da floresta, mas os critérios econômicos das derrubadas.

Note que estava em vigor desde 1965 o código florestal instituído por meio da Lei nº 4.771. As diretrizes do referido código previam a exploração racional dos recursos florestais, como também estabelecia critérios e delimitava áreas de preservação permanente. Além disso, o dispositivo considerava bem de interesse comum dos brasileiros diversas formas de vegetação, como manguezais, cerrados, restingas e caatingas (BATISTA, 2016, p. 133).

A fiscalização realizada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), entretanto, era de baixa eficácia. A isso atribuímos o fato de que a apropriação dos recursos naturais da região era incentivada e mesmo subsidiada pelo Estado. Além disso, observamos a justificativa oficial frente aos fatos, na própria documentação, de que a ação oficial era limitada considerando as dimensões territoriais da região e a dificuldade de acesso a determinadas áreas. Nessa lógica, os propalados recursos naturais da Amazônia eram meramente fator de atração de investimentos. A espoliação e degradação do ambiente como um todo não estava em questão.

¹⁰⁶ Melo (2014).

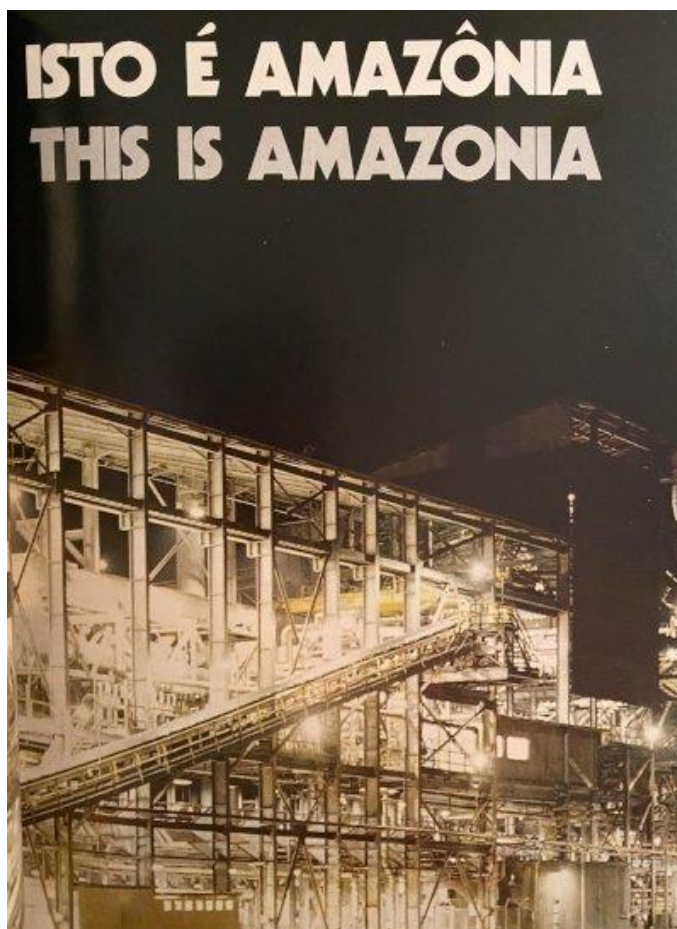
Figura 7 – Anúncio da Netumar visando a espoliação e degradação da Amazônia para o desenvolvimento



Anúncio da Netumar avisando que a Amazônia da “selva impenetrável” já era: “E como isto nos orgulha” Fonte: Reprodução/Acervo Ricardo Cardim

Nessa etapa da política econômica nacional, operacionalizada a partir de meados dos anos 70, o Estado nacional assumiu definitivamente a opção pelo grande capital visando a maximização das “vantagens regionais”, isto é, a otimização do potencial de recursos naturais existentes. O aproveitamento energético dos rios amazônicos, a produção agropecuária em escala e a exploração mineral constituíram, pois os focos centrais da “ocupação produtiva” da Amazônia planejada para a segunda metade dos anos 70. Com base em um planejamento estatal caracterizado por perspectivas utilitárias imediatistas, esperava-se que os recursos naturais amazônicos pudessem oferecer ao país e à região novas perspectivas de crescimento econômico. A criação de “polos de desenvolvimento” orientados para atividades produtivas selecionadas representou a principal estratégia governamental nessa direção.

Figura 8 – Capa da revista “Isto É Amazônia”, publicada pela SUDAM em novembro de 1972, em português e inglês



Fonte: Reprodução/Acervo Ricardo Cardim

As políticas a partir de 1975, sobretudo o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), deram continuidade às políticas estatais baseadas na apropriação e exploração em escala dos recursos naturais amazônicos. As diretrizes do II PDA preconizaram a implantação de grandes projetos agroindustriais, minero-metalúrgicos e de produção de energia na região, como também na ocupação produtiva da Amazônia por meio da utilização dos eixos naturais de penetração, da infraestrutura viária previamente instalada e da ocupação de áreas selecionadas.

Enquanto os planos anteriores enfatizavam o desconhecimento acerca dos recursos naturais como um limitador para sua efetiva exploração, a política do novo período assinalava a existência de uma “soma suficiente de informações” para garantir seu aproveitamento imediato em “empreendimentos rentáveis”.

As pesquisas sobre o potencial mineral das áreas prioritárias para desenvolvimento na Amazônia também eram de grande importância. Nesse aspecto, foram divulgados os resultados

de importantes “anomalias radioativas” na em áreas importantes com o RADAMBRASIL. A divulgação dos resultados levou a uma nova “corrida pelo ouro” na Amazônia e foi possibilitada em grande parte pela malha rodoviária que fora preestabelecida no início dos anos 1970. Por esse lado, novamente confirmamos o caráter técnico e funcional de complementaridade dos planos e projetos governamentais. Se o projeto era garantir vias de penetração da hileia amazônica, o progresso estava em plena marcha.

A política de infraestrutura rodoviária dos militares foi fundamental para incrementar a malha rodoviária preexistente. Porém, destacou-se especialmente pela penetração na floresta, visto que a Belém-Brasília, obra de Kubitschek, apenas tangenciava a região propriamente selvática (CARDOSO; MULLER, 2008, p. 132).

A decisão de construir grandes rodovias, colocada em prática através do PIN, tinha principalmente as razões estratégicas de ocupar “espaços vazios”, de maneira ordenada, com mão-de-obra predominante da região Nordeste. As rodovias previstas pelo PIN, embora fossem as principais e contassem com o estilo propagandístico do governo Médici, não foram as únicas rodovias abertas pelos militares. Entram na política rodoviária as rodovias Perimetral Norte (BR-210) e rodovia Xavantina-Cachimbo (BR-080). Ambas foram acessórias à malha rodoviária planejada pelo plano de integração nacional de 1970.

A história da BR-080 começa em 1965. A estrada abriria cerca de oitocentos quilômetros de mata virgem para ligar a cidade de Xavantina à base militar do Cachimbo. Seu propósito seria o escoamento de produção agrária e pecuária dos vales do Araguaia e Xingu, como também acelerar o povoamento e criar condições de exploração de jazidas minerais até então inacessíveis (VALENTE, 2017, p. 213-214).

Acontece que em determinado momento das obras, a estrada passou a invadir o Parque Nacional do Xingu, criado oficialmente em 1961:

A calma, a tranquilidade e o isolamento do Parque foram quebrados por uma estrada: a BR-80, empreendimento da responsabilidade da SUDECO. A Estrada veio cortar bem ao centro o Parque Nacional, apesar da oposição feita pelos irmãos Villas-Boas, responsáveis pelo Parque, e por certas áreas bem esclarecidas do cenário nacional. A Estrada veio beneficiar diretamente só ao latifúndio. Em 22 de abril de 1969, realizou-se, na sede da Fazenda Suiá-Missu, uma reunião da Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia (AEAA) com o Sr. Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, estando presente também o então presidente da FUNAI, Sr. José Queiroz de Campos. Nesta oportunidade, os empresários reclamaram do Sr. Ministro contra o que eles chamavam de “ameaça” que era “uma grande reserva indígena — de aproximadamente 9 milhões de hectares de área”, pois, alegavam, há “grande desproporção entre o número de índios e o tamanho da reserva” que, além disso, fica sobre algumas fazendas, impossibilitando que seus proprietários as explorem. Um dos empresários classificava a zona como o “filet-mignon” da Amazônia. Conclusão: a estrada cortou o Parque, e toda a parte norte à mesma deixa de pertencer aos índios,

devolvendo-se o "filet-mignon" ao latifúndio. A área do Parque foi estendida ao sul em terras bem inferiores (...) ¹⁰⁷.

Em crítica à BR-080, empreendimento da SUDECO ¹⁰⁸, um documento do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), encontrado num informe do SNI sobre “ATUAÇÃO DA ESQUERDA CLERICAL” questiona ¹⁰⁹:

Quem estava por trás da SUDECO? A Associação das Empresas Agropecuárias da Amazônia (AEAA), beneficiárias dos incentivos fiscais da SUDAM; a FEMATO Federação da Agricultura de Mato Grosso; a CODEMAT - Cia. de Desenvolvimento do Mato Grosso. São os latifundiários de volta, mas agora reforçados por grupos econômicos estrangeiros e do sul do país. Eis alguns dos seus nomes: BRADESCO, Manah, Eletro radiobras, CODESPAR, CODEARA, Anderson Clayton, Magalhães Pinto, Bordon, União Paulista, Reunidas, Liquigás, Ometto, King Ranch (...). É necessário dizer mais?

Já a rodovia Perimetral Norte (BR-210) foi anunciada como complementar ao Plano de Integração Nacional, criando novos polos de atividade na Amazônia, complementando a Transamazônica e acompanhando uma vasta área de fronteira “quase inteiramente despovoada e inexplorada ¹¹⁰”. A BR -210 tinha finalidade de conectar Macapá, a capital do Amapá, ao município de Içana, no norte do Amazonas, a poucos quilômetros da fronteira com a Colômbia. O traçado cortava o território de Roraima, formando uma cruz com a BR -174 (Manaus-Boa Vista).

A área “despovoada e inexplorada” no território de Roraima era ocupada por alguns dos grupos isolados mais numerosos do planeta, que falavam quatro línguas diferentes, preservavam seus hábitos alimentares e culturais e ocupavam uma extensa área, com mais de 9 milhões de hectares, que se estendia do Brasil à Venezuela: Os Yanomami (VALENTE, 2017, P. 178).

Até 1974, a grande maioria desses indígenas permanecia isolada na selva. Em 1973, a BR -210 representaria “a primeira entrada maciça de brancos no território dos Yanomami”. Valente (2017) afirma que

¹⁰⁷ Encaminhamento nº 284/19/AC/75, 09 set 75. Assunto: Dom Pedro Maria Casaldáliga: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095490_d0001de0006.pdf

¹⁰⁸ A SUDECO já foi citada no capítulo 1 do nosso trabalho. Martins (1984) assinalou que essa superintendência foi responsável por travar a política de reformulação fundiária, visto que estava submetida ao Ministério do Interior, e seu ministro, Costa Cavalcanti defendia que “a reforma agrária vai manter a atual estrutura fundiária, pois a política do governo é realiza-la sem divisões de terras”.

¹⁰⁹ Informe nº 095/???[ILEGÍVEL]/SNI/77, 24 fev 77. Assunto: Atuação da esquerda clerical Operação Anchieta – OPAN (CIMI) br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_83006461_d0001de0001.pdf

¹¹⁰ GOVERNO constrói rodovia paralela à Transamazônica. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1971 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/40000

A região mais atingida pela obra da Perimetral foi o sul da área yanomami, em um trecho sob responsabilidade da empreiteira Camargo Corrêa e suas subcontratadas. A falta de controle sanitário com os peões encarregados do desmatamento e os contatos frequentes entre operários e os Yanomami não tardaram a ceifar vidas. A partir da chegada das primeiras turmas de trabalhadores da Perimetral à região do Catrimani, em abril de 1974, os atendimentos médicos na missão da Consolata explodiram, de cerca de 150 a duzentos atendimentos por mês para 450 a quinhentos. Em dez meses, “os índios sofreram onze surtos de gripe, um de sarampo, e a incidência de malária vem aumentando consideravelmente”. O sarampo havia matado até o primeiro trimestre de 1975 “um adulto, duas crianças, e houve três abortos”.

No informe do SNI em que encontramos anexada a carta pastoral de D. Pedro Casaldáliga, encontramos outros documentos com escritos do mesmo. Em um deles, versando sobre a BR-80 e o impacto da política indigenista militar sobre os índios, o bispo destaca falas de oficiais: o General Jerônimo Bandeira de Melo, presidente da FUNAI – Fundação Nacional do Índio – que diz “O Parque Nacional do Xingu não pode impedir o progresso do país¹¹¹”. E na opinião do Ministro do Interior Costa Cavalcanti, “O índio tem que ficar no mínimo necessário”.

Precisamos nos ater ao fato de que o projeto de colonizar e explorar racionalmente a Amazônia era investido de uma *missão* histórica e civilizatória. Não apenas inundar de civilização a hileia, a partir de projetos e planos governamentais de grande envergadura, mas também integrar o elemento indígena à sociedade capitalista para “evitar entraves ao progresso” era fundamental. O regime empresarial-militar se baseava numa concepção autocentrada de cultura e civilização, na qual todas as formas de organização social evoluíam das “menos civilizadas”, para as “mais civilizadas”. O mesmo general Bandeira de Melo falou ao Jornal do Brasil em 31/10/1970

“O presidente da FUNAI, General Bandeira de Melo, afirmou ontem, ao encerrar o curso-piloto de Indigenismo, que a aculturação indígena deve se processar de maneira a integrar o índio ‘na nossa comunidade, pois a sociedade brasileira é muito aberta, o que facilitará a eliminação da diferença entre comunidade moderna e tribal’” (MELO, 1970, p. 8).

O tom da notícia foi o mesmo que deu sentido à política indigenista militar. As violações às comunidades indígenas, como sabemos, foram realizadas com a conivência oficial. Já durante a década de 1960, a instalação da fazenda Suiá-Missu/MT foi responsável pela remoção

¹¹¹ Encaminhamento nº 284/19/AC/75, 09 set 75. Assunto: Dom Pedro Maria Casaldáliga: [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095490_d0001de0006.pdf](#) p. 103

de índios Xavante que viviam tradicionalmente na área em que a fazenda foi instalada, próximo a São Félix do Araguaia (MT) (VALENTE, 2017).

A integração pretendida não levava em consideração os costumes tradicionais e a relação que as comunidades indígenas mantêm com a terra. Essa aculturação agressiva pretendia e ainda pretende a desintegração da personalidade indígena, na mais marginalizada das classes sociais do país: os peões (de fazenda) (VALENTE, 2017, p 232).

Um segundo impasse para os Yanomami ocorreu com a divulgação do potencial mineralógico da região, identificado pelo Projeto Radambrasil (1975). A divulgação de “importantes anomalias radioativas” exerceu forte estímulo a nova frente de penetração indiscriminada de não-índios no território Yanomami, resultando no agravamento da situação calamitosa instalada com a abertura da rodovia Perimetral Norte (BR-210), que reduziu grupos inteiros à morte, mendicância e prostituição¹¹². Observe que as obras da Perimetral Norte nunca foram concluídas, sendo interrompidas em 1976.

Muitas áreas eleitas como prioritárias pelo Poloamazônia se sobrepunham a territórios indígenas e de outros tipos de comunidades que faziam o uso da terra de maneira sustentável, como ribeirinhos, seringueiros, coletores de castanhas e posseiros. Os Yanomamis, por exemplo, ocupam o norte do Amazonas e o noroeste de Roraima, região abrangida pelo Pólo X – Roraima.

Também há discussões ambientais importantes contra a mineração predatória nos anos subsequentes¹¹³. O jornal O mensageiro (PA), produzido por indígenas, com apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), publicou em 1988:

“YANOMAMI – GENOCÍDIO PROGRAMADO

Em 1975, após a publicação das pesquisas geológicas do projeto RADAMBRASIL, desencadeou-se no território Yanomami a corrida à mineração, por parte de garimpeiros e grandes companhias de mineração e pesquisa. Ao longo destes anos invasões foram planejadas, realizadas e algumas contidas. Em agosto de 1987 cinco Yanomami foram massacrados por garimpeiros que invadiram a área indígena Paapi U (Couto Magalhães). Dizendo-se preocupada com a integridade física daqueles que trabalhavam na área e prometendo expulsar os invasores, a FUNAI retirou da área profissionais da saúde, cientistas, pesquisadores, missionários protestantes e católicos. A medida encorajou os garimpeiros de todo o Brasil a invadirem a área Yanomami, interdita com Portaria GM nº 025 de 09/03/82 do ministro Andreazza. Enquanto que os aliados dos indígenas, ainda hoje, continuam sendo proibidos de voltarem à área, o número de invasores ampliou-se, chegando a milhares (...).”.

¹¹² OS Yanomami – povo ameaçado. O Mensageiro, PA. 1980. <http://memoria.bn.br/DocReader/891479/4406>

¹¹³ Garimpos jogam uma “uma Brumadinho” a cada 20 meses no Tapajós <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589789-amazonia-garimpos-jogam-uma-brumadinho-a-cada-20-meses-no-tapajos>

Por essa reportagem, podemos observar ver uma denúncia da performance do aparato jurídico-normativo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na produção desigual da vulnerabilidade. Ao passo que justifica sua existência para defender direitos indígenas e se reveste da força positiva da lei, atua, dentro da lei, para produzir a condição desigual de vulnerabilidade¹¹⁴ contra índios de maneiras variadas: por doenças, fome ou desqualificação cultural. Não é exagero dizer que, nessa forma de agir, a instituição autorize que a violência se exerça contra esses sujeitos. A ação institucional não pode ser tomada ao acaso, indica uma direção política que não é natural, possui historicidade e deve ser recuperada em sua complexidade. Como propõe Arendt (2001),

“Quando queremos transcender o saber, devemos prestar a máxima atenção à linguagem corrente, na qual termos (...) são cotidianamente usados como estereótipos e aplicados como palavras de ordem, a fim de restabelecer o contato entre saber e compreensão”.

Acreditamos que pesquisar os planos governamentais e relacionar os efeitos práticos dos mesmos é dar concretude ao regime, para que possamos observar a sua materialidade e o funcionamento do seu circuito de poder. A criação das leis e decretos não obedecem ao acaso da sorte; são estratégicas. É uma maneira de controlar o presente no qual são criadas e projetar um futuro, mesmo que isso não impeça que o futuro seja de outra maneira.

Assim, rompemos a continuidade ideal que se pretende na história progressista e positiva¹¹⁵. Ao apresentar nossa pesquisa, buscamos desnaturalizar a grande síntese que se faz no presente, que apresenta propagandas felizes de progresso do agronegócio, um dos pontos de chegada das políticas iniciadas em 1964. Quando dizem “o agro é pop, agro é tech” (na década de 1970 não existia esse termo), ignoramos as vidas que passaram e que foram mobilizadas para estabelecer este tempo. Como diz Bole (2006, p. 1155), a “salvação dos tempos de decadência” é também um argumento para criticar o artigo de fé da Modernidade e de sua historiografia: o progresso.

Nesse sentido, ao voltarmos à edição nº 287 da Revista Pesquisa FAPESP, nas páginas seguintes a reportagem sobre a Agricultura 4.0, um recado: “Amazônia, agora, é fonte de CO₂ – entre 2010 e 2017, a floresta tropical emitiu mais carbono que absorveu¹¹⁶”. De acordo com a matéria, o avanço das queimadas libera diretamente para a atmosfera amazônica o carbono

¹¹⁴ Butler (2016, 2018)

¹¹⁵ BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. v. 1, cap. 15, p. 222-234.

¹¹⁶ AMAZÔNIA, agora, é fonte de CO₂. Revista Pesquisa FAPESP. Edição 287, jan.2020 <https://revistapesquisa.fapesp.br/amazonia-agora-e-fonte-de-co2/>

estocado na vegetação, e uma maior mortalidade de árvores decorrente de secas mais severas e prolongadas são apontados como os principais fatores que levaram a Amazônia a se tornar uma fonte de carbono nos oito anos analisados (p. 49).

Os dados analisados de áreas da Amazônia, como Santarém e Alta Floresta, setor mais impactado pelo desmatamento, mostraram a Amazônia como uma fonte significativa de carbono, inclusive afetando o perfil atmosférico de áreas vizinhas. Nesse sentido, podemos compreender como planos e articulações do passado permanecem lançando seus legados para o tempo presente, fazendo com que o passado seja um passado-presente.

A especificidade da questão reside nas construções discursivas e nas condições histórico-políticas que privilegiaram a participação da iniciativa privada no processo de exploração da terra, e de restrição do acesso à terra por pequenos produtores, embora houvesse o discurso de reforma agrária. Assim, cabe refletir a forma como a Amazônia foi constituída como um campo de visibilidades em relação a um conjunto de fatores, como segurança, desenvolvimento e reforma agrária; o objetivo que se propõe aqui é compreender a prática de uma concepção geopolítica que coloca a Amazônia no centro de articulações do capital privado e que se mostra aberta à pesquisa histórica.

Nessa lógica crítica, a historiografia de referência sobre o tema da ocupação da Amazônia na segunda metade do século XX, afirma que este processo de ocupação da Amazônia sob controle das instituições militares provocou muito mais a despolitização da questão agrária no Brasil do que a democratização do acesso à terra, por desarticular a luta pela terra no Nordeste. Ou seja, é possível discutir a decomposição do significado de reforma agrária porque o regime de uso e propriedade não era alterado, permanecendo o latifúndio, renovado sob outro conjunto de justificativas legais. E não apenas isso. Todo o contexto da reforma agrária foi de perseguição e violência ora permitida pelo Estado, ora promovida pelo próprio Estado (Suas instituições – Polícia, órgãos, judiciário entre outros).

Não podemos deixar de nos remeter ao general Golbery do Couto e Silva e seus estudos à frente da Escola Superior de Guerra. O livro *Geopolítica do Brasil*, de sua autoria, é um marco na construção do saber geopolítico e sobre a segurança nacional no Brasil; também trata da “incorporação do povo à Nação a partir da ênfase no desenvolvimento econômico”. Por seu ângulo, a obra do general incidia na questão da Amazônia, a partir da necessidade de ocupação da área como forma de defender o Brasil e todo o Ocidente da penetração e da cobiça de nações indesejáveis, como postulou no livro. Além disso, encontra raízes históricas para justificar a necessidade de integração nacional: desde a fase colonial, a dispersão geográfica pulverizou

não apenas a sociedade, mas também o poder político, minando a ação governamental e criando condições para as revoltas, como a Balaiada, Cabanada e Sabinada.

No cerne de uma concepção política urgente de segurança nacional e a com a tomada de lugar do Brasil no contexto do capitalismo pós-segunda guerra, a Amazônia emergiu, novamente, como objeto de intervenção. Dessa vez, com contornos específicos em relação aos períodos anteriores: (1) Uma política efetiva de concessão de incentivos fiscais para investimento da iniciativa privada, reconhecida na Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966; (2) A Amazônia e o Nordeste aparecendo como fundamentais um ao outro pelas condições de subdesenvolvimento compartilhadas; (3) A questão da geopolítica e importância da defesa do ocidente; (4) O INCRA como o primeiro órgão da administração brasileira a tratar expressamente de colonização e controle de contingentes populacionais; (5) Concepção de desenvolvimento da Amazônia ligada à sua colonização a partir dos excedentes populacionais de outras regiões; (6) A militarização da questão agrária e práticas de vigilância e controle ligadas a uma concepção técnica de desenvolvimento, que instrumentaliza órgãos de governo a fim de inscrever e suspender a ordem quando conveniente; (7) A Recriação de grandes latifúndios, sob outro conjunto de justificativas legais, como também a exploração da mão-de-obra em forma análoga à de escravo em áreas de incentivos fiscais concedidos pelo governo.

4. A EXPLORAÇÃO RACIONAL DA AMAZÔNIA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS GRUPOS LOCAIS E TRABALHADORES EM DESLOCAMENTO

Durante a consolidação do processo de industrialização da agricultura brasileira, nas duas décadas de ditadura em que os governos militares estavam no poder (1964-1985), a apropriação de importantes extensões de terra por grupos de negócios, lançando as bases de uma estrutura fundiária, criou novos obstáculos à possibilidade distribuição equitativa da terra.

Ao viabilizar a ocupação e exploração da Amazônia, o Estado acabou transferindo a posse da terra de populações tradicionais e trabalhadores migrantes sem terra para diversos grupos econômicos, implicando na apropriação privada dos recursos. Os novos investidores sentiram-se motivados a aplicar em áreas caracterizadas pelo baixo desenvolvimento tecnológico e organizacional da mão-de-obra favorecendo uma elevada taxa de exploração da força de trabalho e relações de trabalho fundamentadas na dominação. De acordo com Loureiro (2004, p. 256), "o modo como a expansão do capital na Amazônia foi processada ao longo dos anos (com o apoio do Estado ao capital, elevadas taxas de remuneração e superexploração do trabalho humano), favoreceu o reaparecimento do trabalho escravo".

As práticas de violência e exploração de trabalhadores também foram uma realidade nas áreas vistas como prioritárias para o desenvolvimento. O modo de ocupação das terras no interior brasileiro, baseado no latifúndio, demonstra de forma cabal o apoio às grandes elites e aos latifundiários. O fato de muitas empresas estarem interessadas em novos empreendimentos ignorava que, muitas vezes, as áreas “disponíveis” para colonização já eram tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas e empurrava essas famílias para as margens, sob acusação de agitação ou invasão (ALMEIDA, 1980, P. 8).

Na mesma época, foram feitas várias denúncias de uso de trabalho escravo. Martins (1995) afirma que no período de 1970 a 1993, houve relatos de denúncias de ocorrência de trabalho escravo em 431 fazendas, das quais 308 se encontravam na Amazônia e as demais, em outras regiões do país.

Principalmente nas fazendas, estimou-se que, do total de denúncias de diferentes épocas, houve pouco mais de 85 mil trabalhadores escravizados, número que, segundo o próprio autor, é muito inferior ao real, uma vez que se baseiam apenas em fazendas denunciadas (MARTINS, 1995, p. 89-112).

Um caso abordado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi o massacre dos Waimiri-Atroari¹¹⁷. Entre os anos 1960 e 1980 os grupos Waimiri-Atroari foram massacrados a fim de que se pudesse abrir espaço em suas terras para a abertura da BR-174, para a construção da hidroelétrica de Balbina e as atividades de mineradoras e garimpeiros interessados em explorar as jazidas que existiam em seu território. Recenseados pela FUNAI em 1972 com uma população de cerca de 3 mil pessoas, em 1987 eram somente 420, tendo chegado a 350 em 1983.

A partir de 1968, foi criado entre a FUNAI, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), o Instituto de Terras (ITERAM), o Ministério da Aeronáutica e o Grupamento Especial de Fronteiras do Exército um plano de ação para possibilitar a invasão do território Waimiri-Atroari e a execução dos projetos econômicos do governo militar para aquela região. A criação dos Postos Indígenas de Atração (PIA) nos rios Camanaú, em 1969, Alalaú, em 1970, e Santo Antônio do Abanari, em 1972, ocorreram como consequência desse plano e tinha como finalidade remover os índios de suas malocas no traçado da rodovia.

A coleta dos depoimentos dos Waimiri-Atroari por Egydio Schwade revelam claramente a repressão do Exército sobre o povo indígena na localidade e as circunstâncias nas quais a mesma ocorreu: Kramna Mudî era uma aldeia Kiña que se localizava na margem oeste da BR-174, no baixo rio Alalaú [...]. No segundo semestre de 1974, Kramna Mudî abrigava o povo Kiña para sua festa tradicional. Já haviam chegado os visitantes do Camanaú e do Baixo Alalaú. O pessoal das aldeias do Norte ainda estava a caminho. A festa já estava começando com muita gente reunida. Pelo meio-dia, um ronco de avião ou helicóptero se aproximou. O pessoal saiu da maloca pra ver. A criançada estava toda no pátio para ver. O avião derramou um pó. Todos, menos um, foram atingidos e morreram [...]. Os alunos da aldeia Yawará forneceram uma relação de 33 parentes mortos neste massacre.

Outro caso emblemático de invasão de território que causou mortes foi o ocorrido com o povo Sateré-Mawé¹¹⁸. Em agosto de 1981, resguardada por um contrato de risco acordado com a Petrobras, a empresa estatal francesa Elf Aquitaine invadiu o território Sateré-Mawé, promovendo um levantamento sismográfico que tinha como finalidade a descoberta de lençóis petrolíferos. Desse modo, abriu 300 quilômetros de picadas e clareiras a fim de promover o

¹¹⁷ Este texto foi elaborado com base em visita da CNV às aldeias Waimiri-Atroari, nos documentos do IV Tribunal Russell, do relatório de Marcelo Romão, que trabalhou com base nos documentos reunidos no processo Funai/BSB/2625/81, e no relatório O genocídio do povo Waimiri-Atroari, produzido por Egydio Schwade e Wilson C. Braga Reis no âmbito do Comitê de Verdade, Memória e Justiça do Amazonas e entregue à Comissão Nacional da Verdade no dia 17 de outubro de 2012.

¹¹⁸ As informações sobre as violações cometidas contra o Sateré-Mawé foram obtidas por Tiago Maiká junto ao Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé, por colaboradores da Comissão Estadual da Verdade do Amazonas e por Sonia Lorenz, autora do livro Sateré-Mawé: Os filhos do Guaraná. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1991.

pouso de helicópteros na região do rio Andira, derrubando a mata de forma indiscriminada. Em setembro de 1982, após um convênio firmado de forma ilegal entre a FUNAI e a Petrobras, a mesma empresa invadiu novamente o território Sateré-Mawé. Dessa vez, a subsidiária da Elf-Aquitaine no Brasil, Braselfa, e a Companhia Brasileira de Geofísica (CBG), operaram nas áreas da cabeceira do Marau e no Andirá, efetuando novo levantamento sísmográfico.

Na segunda invasão, abriram-se mais 144 km de picadas e 82 clareiras, onde foram destruídas roças de mandioca, guaranazais e uma infinidade de madeiras de lei. Os prejuízos foram avaliados pelos Sateré-Mawé, dessa vez, em 80 milhões de cruzeiros (544.777.87 USD). Seguiram-se as perdas para os Sateré-Mawé mesmo após a empresa ter sido retirada da área, já que a mesma enterrou nas picadas diversas cargas de dinamite, o que resultou na morte de Maria Faustina Batista, Calvino Batista, Dacinto Miquiles e Lauro Freitas.

A Elf-Aquitaine também teve atuação criminoso no extremo oeste da Amazônia, na terra indígena hoje conhecida como Vale do Javari, onde também operou por meio de convênio ilegal entre a Petrobras e a FUNAI, visando a prospecção de gás natural e petróleo em terras indígenas. A empresa francesa realizou pesquisas nos rios Itacoáí, Jandiatuba, Jutáí e afluentes, abrindo picadas e clareiras na mata, com dinamite, a fim de instalar sondas de prospecção. A região em torno desses rios era habitada por povos Kanamari, Tsumé Djapá e Korubo que tiveram poços de petróleo perfurados a aproximadamente 30 quilômetros de suas malocas.

Conflitos mortais ocorreram com aproximadamente 400 trabalhadores levados ao rio Itacoáí de helicóptero e os índios isolados incomodados com o território invadido, de tal modo que a própria equipe de prospecção exigiu a retirada imediata da área e os índios Kanamari, antes requisitados a atuarem de guias na mata, recusaram-se a continuar trabalhando. Persistindo na posição de não modificar as programações preestabelecidas, e contando com a anuência da FUNAI, que não impunha nenhuma providência para proteção dos índios e seu território, a Petrobras afirmou que tomaria medidas para evitar qualquer incidente com os índios, mas, caso ocorressem, seus efeitos fossem minimizados ao máximo a fim de que as atividades de exploração da Petrobras prosseguissem. Uma das medidas tomadas consistiu na distribuição de relevante quantidade de armamento aos trabalhadores e, em seguida de novos conflitos com os índios, a frente de trabalho foi removida para o rio Jandiatuba, onde foram instaladas novas sondas e novos conflitos.

O documento da CONTAG encontrado nos arquivos do SNI expõe:

Valem-se da violência os grandes fazendeiros e os grileiros de terras. Mas valem-se da violência também os grupos econômicos supostamente "modernos" que, legal ou fraudulentamente, adquirem terras para especulação ou para a implantação de algum

projeto. Mato Grosso e Pará são pródigos em exemplos de grupos industriais ou bancários, beneficiários de incentivos governamentais, que investem dinheiro na terra e em bala nos trabalhadores: a Agropecuária Mirassol, em Jauru; a Agropecuária Piraguassu S/A (Grupo Yanmar Equipamentos Agrícolas), em Luciara; a CIDAPAR, em Viseu, a Agropecuária Suiá-Missu S/A (Liquigás S/A e Grupo Ometto Dedini), em Barra do Garça; a CIB, em Xinguara; a Volkswagen no Vale do Rio Cristalino, em Santana do Araguaia, e outros tantos (...). A violência, às vezes, é exercida diretamente pelo proprietário. Mais frequentemente, entretanto, fazendeiros, grileiros ou empresas usam de pistoleiros profissionais ou de verdadeiras milícias privadas. Essas milícias não são privilégio das áreas mais isoladas¹¹⁹.

Dois projetos agropecuários citados pelo documento da CONTAG já foram citados no nosso trabalho como sendo beneficiários da política de incentivos fiscais e creditícios dos governos militares: a Suiá-Missu e a Vale do Rio Cristalino. Note que as duas companhias estabeleciam relações burocráticas profundas fora do “submundo amazônico”. Na própria Suiá-Missu foi realizado um debate para reclamar que os índios “dominavam terras demais”, em 1968. Esse trecho se complementa ao depoimento de D. Pedro Casaldáliga, em 1977, pois reafirma o uso de forças paramilitares e violências na coerção de posseiros nas áreas citadas.

Nessa perspectiva, no caso do Brasil, a conexão entre o Estado e o uso da violência é especialmente significativa, pois quando os fazendeiros fazem uso dela, reivindicam de alguma forma sua legitimidade ao ser autorizado pelo próprio Estado. Assim, entender-se-ia que a lei permitia que as pessoas usassem a violência em defesa da si mesmo ou seus bens sem atentar para a realidade da pessoa atingida pela violência. Esta premissa implica que, dada a impossibilidade de equilibrar as desigualdades em benefício dos menos favorecidos, dando à justiça a categoria de equidade, preocupação social com o desenvolvimento humano e a sociedade, gera-se uma situação que pode engolir “a tentação” de usar a violência.

Essa violência, em geral, vem aumentando drasticamente nos últimos tempos, conforme relatado pela revista CPT desde a década de 1970: o quadro de conflitos pela terra, acompanhados de atos de violência, incluindo homicídios, também vinha crescendo: a Proposta de Documento para o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, com base nas estatísticas da CONTAG, CPT e ABRA, em 1976 registrou 126 conflitos e 31 assassinatos, em 1981 registrou 896 conflitos e 91 assassinatos, em 1984, registrou 950 conflitos e 180 assassinatos. Por outro lado, entre 1985 e 1990 os dados não são mais esperançosos, contando 3.374 conflitos, com 563 assassinatos, afetando um total de 4.128.838 pessoas em situações violento sobre a disputa de terras.

¹¹⁹ Encaminhamento nº 2897/84-DSI/MIC, 29 nov 84. Assunto: A violência no campo pela mão armada do latifúndio br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_85048859_d0001de0001.pdf

4.1. Esquemas de cooptação de mão-de-obra e trabalho análogo a de escravo

A escravidão é um tema central para compreender a história do Brasil na longa duração. Nosso país conviveu com um regime legal escravista por aproximadamente 400 anos. A exploração desse tipo de mão de obra na contemporaneidade, é preciso dizer, não ocorre do mesmo modo que ocorreu entre os séculos XVI e XIX. A ideia de trabalho escravo ou análogo a de escravo guarda um sentido forte em conceitos históricos e nas experiências contemporâneas, caracterizadas por “um tipo de trabalho em que alguém está submetido a condições de vida tão violentas, que são indignas do ser humano.” (GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018, p.12).

De acordo com Esterci (2008) nos anos de 1960, a imprensa brasileira noticiava acerca do trabalho escravo, escravidão, escravidão branca, aliciamento, venda de trabalhadores como mercadoria, tráfico e formação de quadrilha de traficantes. Por mais contraditório que possa parecer, os registros mostram que, naquele momento, embora outras vozes se ouvissem, quem com mais frequência informava sobre essas práticas no país eram membros da própria Polícia Federal. Além disso, considerando a natureza criminosa destas práticas, encaminhavam o julgamento dos responsáveis para a Justiça Penal:

Um caminhão conduzindo dezenas de trabalhadores para serem vendidos em Minas Gerais foi apreendido na cidade de Currais Novos por agentes da Polícia Federal (...). A atuação da quadrilha e a forma como são tratados os trabalhadores não estão esclarecidas através do processo aberto na subdelegacia regional da Polícia Federal que procura enquadrar os culpados em vários artigos do Código Penal (JB, julho/68).

As ações mais efetivas da Polícia Federal atingiam essencialmente, como seria de se esperar, motoristas e arregimentadores:

Dois caminhões levando 140 retirantes para fazendas em Minas Gerais foram apreendidos ontem nas proximidades da cidade mineira de Itaúna, por agentes do Departamento de Polícia Federal, que prenderam quatro aliciadores e dois motoristas (JB, fevereiro/69).

As denúncias de trabalho análogo a de escravo aparecem na imprensa e nos informes do SNI de variadas maneiras. Em 1972, na reportagem intitulada “São Félix cria império do boi no Araguaia”, um dos esquemas de cooptação deste tipo de mão-de-obra, a imobilização do

trabalhador por dívidas, é naturalizado no discurso do prefeito de Barra do Garças, Ladislau Cristalino Porto, dono de três fazendas na região:

“Não existe escravidão branca. O que acontece é o seguinte: o senhor vá a essas pensões que existem aí. Vai ver como elas estão cheias de desempregados, gente que vem de vários cantos do país, como se Barra do Garças fosse o novo Canaã. Os donos das pensões recebem essa gente que não tem dinheiro para pagar as diárias. O pagamento fica condicionado ao fato de que quando aparecer um patrão, este se responsabilize pelo débito. Chega o fazendeiro e paga a pensão, como uma espécie de adiantamento de salário. Quer dizer, o peão já vai trabalhar devendo, mas isso é justo. Todo regime capitalista é assim mesmo.”¹²⁰

A fala do prefeito Ladislau Cristalino Porto é a confirmação de que o “desenvolvimento racional” da Amazônia combina lógicas e equipamentos ultramodernos de produção com a reprodução de mecanismos atrasados e arcaicos de exploração do trabalho. A questão da imobilização por dívidas e sistema de barracão será abordada mais à frente.

A cooptação de trabalhadores endividados em pensões não é um caso excepcional. Encontramos uma notícia de 1976 intitulada “*Pensões de Cuiabá levam a regime de escravidão os peões em busca de emprego*”¹²¹, na qual se denuncia a existência de pensões e hotéis da capital controlados por *gatos*: empreiteiros que prometem bons salários aos trabalhadores, mas exploram o trabalho na forma análoga a de escravo, ou escravidão branca. A reportagem fala sobre o *gato* Benvindo Martins de Oliveira, conhecido como Rivelia, acusado por quatro peões de have-los explorado com trabalho escravo na fazenda Quatrocentos Alqueires.

“VIOLÊNCIAS: Segundo o relato dos peões José Pinheiro dos Santos, Jair Francisco de Assis, Sebastião Antunes Barbosa e Vicente Fernandes, Rivelia os contratou para uma empreitada na fazenda (...). Pelo trabalho receberiam Cr\$ 1mil e 300 por alqueire de selva derrubada. No dia 10 deste mês, ao tentar receber o prometido, José Pinheiro foi alvejado a tiro na perna e espancado com um pedaço de pau pelo administrador da fazenda, Wilson Batista. Após o episódio, cerca de 50 trabalhadores foram informados de que receberiam Cr\$ 50 por dia, mas receberam apenas Cr\$ 30. (...) A fazenda pertence ao grupo Vilella-Junqueira, empresários paulistas (...). O secretário da Fetagri afirmou que os donos de muitas pensões e hotéis em Cuiabá estão mancomunados com os gatos para explorar os peões. ‘Eles ficam hospedados nesses hotéis e não tem dinheiro para pagar. Aparece então a figura do gato, que paga a despesa e contrata o trabalhador, ilegalmente. Quando parte para a fazenda, o peão já foi devendo ao gato’”.

¹²⁰ SÃO Félix cria império do boi no Araguaia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 3 1 de agosto de 1972 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/243627

¹²¹ PENSÕES de Cuiabá levam a regime de escravidão os peões em busca de emprego. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1976 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/147932

De acordo com Joanoni Neto e Guimarães Neto (2020), o perfil principal dos migrantes e trabalhadores rurais da região de Mato Grosso era de homens nordestinos e o padrão de aliciamento dessa mão de obra eram as promessas de bons trabalhos e remunerações condizentes com a carga de trabalho. Os trabalhadores eram conduzidos até os locais de trabalho e lá eram obrigados a pagar pelo transporte, ferramentas e alimentos que ficavam disponíveis no barracão da fazenda a preços exorbitantes. Além disso, sofriam com a alta incidência da “maleita” (malária) e pagavam pelo uso de medicamentos necessários. Muitos não tinham nem documentos de identificação e, quando vinham a óbito, eram enterrados como indigentes.

Alguns informes do SNI reconhecem a prática de recrutamento de trabalhadores em hotéis, pensões, rodoviárias e bairros de baixa renda¹²² por gatos e auxiliares contratados. Entre os locais destacados na capital Cuiabá, para recrutamento desses trabalhadores estavam o “RESTAURANTE DO CEARÁ”, próximo à Rodoviária; “HOTEL DO MENDES”; “PENSÃO DA DIVA” e “PENSÃO DA DONA ANTÔNIA”, todos situados no bairro do Porto¹²³.

Um aspecto que nos chama atenção nesses informes é a linguagem utilizada num documento de 1974¹²⁴, em que o SNI relativiza as violências perpetradas por considerar que elas são uma “ação enérgica” dos gatos que precisam exercer “rígido controle” sobre os recrutados, homens “geralmente aventureiros ou indivíduos marginalizados”. Ademais, o documento diz que embora a região seja isolada e de difícil monitoramento de irregularidades, a imprensa “exagera nas denúncias”, sem comprovação de fatos.

De acordo com a CPI da Terra, uma das piores feridas sociais nos estados amazônicos foi também a utilização de crianças na agricultura, até 1980, de sul a norte, o Brasil tinha cerca de 4,5 milhões de crianças em serviços análogos ao trabalho escravo.

¹²² Informe nº 1615/S-102-A7-CIE, 14 out 74. Assunto: Regime de Escravidão
br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74077196_d0001de0001.pdf

¹²³ Informe Nº 126/85-SI/SR/DPF/MT, 01 OUT 85. Assunto: Denúncia de Trabalho Escravo – Mato Grosso
br_dfanbsb_v8_mic_gnc_mmm_85005743_d0001de0002.pdf

¹²⁴ Informe nº 1615/S-102-A7-CIE, 14 out 74. Assunto: Regime de Escravidão
br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74077196_d0001de0001.pdf

Figura 9 - Padre Ângelo Spadari (no recorte de jornal) culpava fazendeiros sulistas pela escravidão



Venham colonizar a região mais promissora de Mato Grosso — dizia um anúncio publicado na imprensa em Cuiabá. Atraídos, os *peões* protagonizaram a grande corrida rumo a uma frustrada conquista do emprego rural. Iam abraçar a escravidão e enfrentar cárceres privados. Jovens que abriam picadas e derrubavam árvores foram igualmente explorados em 1977. Fonte: Reprodução/arquivo Montezuma Cruz, o Nortão Jornal

Mesmo proibido por lei, a utilização de crianças nas derrubadas promovidas por cooperativas colonizadoras sem registro no INCRA era vista de forma natural. As secretarias de promoção social identificavam jovens e adultos fornecendo-lhes passagens de ônibus e apenas depois da década de 80 foram disponibilizados grupos para fiscalização organizados por delegacias regionais do Ministério do Trabalho. Estes grupos passaram a inspecionar as fazendas com ações de combate ao trabalho escravo.

Muitos *gatos* abriram clareiras na floresta, sendo responsáveis por colheitas de café na Pré-Amazônia e o surgimento de diversas cidades. Odário Américo Garcia, 33 anos, um *gato* que trabalhou na região de Alta Floresta em 1977, movimentava elevadas somas em dinheiro, cerca de 80 mil a 100 mil cruzeiros para o transporte de peões normalmente recrutados em estações rodoviárias de Campo Grande, Cuiabá, Cáceres, Jauru, Vilhena e Ji-Paraná. A

maioria dos peões chegava de ônibus, com já passagens pagas e depois viajavam por cerca de 200 quilômetros em caminhões e caminhonetes. Muitos Odários atuavam em pontos estratégicos da colonização, em Mato Grosso e Rondônia, adiantando mil, dois mil cruzeiros aos peões e garantindo o embarque.

Em Mato Grosso, a partir de 1970, com o incremento da ocupação, incentivo à colonização privada e propaganda da expansão agrícola, surgiram intensos fluxos migratórios, fazendo com que 44% da população do Estado fosse de migrantes pelo menos até 1980¹²⁵. Apesar do grande número de novos habitantes, esse número ainda era insuficiente para a abertura de fazendas produtivas e nesse contexto, a prática aliciamento de trabalhadores de outros estados se tornou um ramo de trabalho lucrativo.

O nome de Benvindo Martins de Oliveira, o Rivelia, é encontrado tanto na imprensa, relacionado a denúncias, quanto no serviço de informações da ditadura. O mesmo informe que nomeou os principais locais de aliciamento em Cuiabá na verdade trata sobre denúncias de trabalho escravo em Mato Grosso, e apresenta um levantamento sobre as atividades de Rivelia no ramo de recrutamento de trabalhadores:

3. Dentre os "agenciadores" que mais se destacam, pela antiguidade e pelo número elevado de agenciamentos, está BENVINDO MARTINS DE OLIVEIRA, vulgo "RIVELIA", brasileiro, casado, filho de SEBASTIÃO MARTINS e MARIA JULIANA DE OLIVEIRA, DLN 12 JUL 31 - PARAMIRIM/BA, residente na Rua PRESIDENTE MARQUES, Nº 870 - CUIABÁ/MT. (...) 3.1. BENVINDO atua na "profissão" há 38 (trinta e oito) anos, e neste Estado desde 1970, tendo até constituído uma empresa - DESMATAR DESMATAMENTO ARIPUANÃ LTDA sediada na Rua ANTONIO MARIA, nº 285 - CUIABÁ/MT, para a realização de suas atividades. (...) 3.2. Ficou constatado que "RIVELIA" contribuiu na abertura das seguintes fazendas: FAZENDA SANTA GERTUDES, localizada no Município de DIAMANTINO/MT; FAZENDA VALE DO RIO ROOSEVELT, município de ARIPUANÃ/MT; FAZENDA ENTRE-RIOS, município de DIAMANTINO/MT; ESTÂNCIA ESMERALDA, município de CORUMBÁ/MS; FAZENDA JATOBÁ, município de PARANATINGA/MT; FAZENDA GUAPÉ, município de CÁCERES/MT; CROAMA, município de TANGARÁ DA SERRA/MT; FAZENDA BAHIA FUNDA, município de VILA BELLA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT; FAZENDA URISSANGA, município de TRÊS LAGOAS/MS; FAZENDA RIO CANDEIAS, município de PORTO VELHO/RO; FAZENDA FIGUEIRA, município de ARIPUANÃ/MT; FAZENDA MJRIREU, município de ARIPUANÃ/MT; FAZENDA SANTO ANTÔNIO DO ARINOS, município de DIAMANTINO /MT; FAZENDA MARÍLIA, município de DIAMANTINO/MT; FAZENDA MIMOSO, município de TRÊS LAGOAS/MS; FAZENDA VALE DO RIO XINGÚ, município de COLÍDER/MT; FAZENDA ALDEIA, município de CAMAPUÃ/MT; e FAZENDA COTRIGUASSÚ, município de ARIPUANÃ/MT, dentre outras.

¹²⁵ Informe Nº 126/85-SI/SR/DPF/MT, 01 OUT 85. Assunto: Denúncia de Trabalho Escravo – Mato Grosso br_dfanbsb_v8_mic_gnc_mmm_85005743_d0001de0002.pdf p.4

O informe continua detalhando a atividade de outros *gatos* em Mato Grosso, com e sem “dados de qualificação” e os empreendimentos para os quais eles contribuíram com o aliciamento de trabalhadores. As próximas linhas do informe são as seguintes:

5.3. A parte prática do aliciamento consiste em pagar as despesas de alimentação e hospedagem dos trabalhadores, geralmente em estado de miséria, partindo daí, para as propostas de salários, sempre acima do real, como forma de incentivar o deslocamento para a fazenda. O salário é proposto de forma verbal e o trabalho na maioria das vezes é para a derrubada de matas. Além de bons salários, são oferecidos privilégios outros e comodidades aos trabalhadores. 5.4. Geralmente, o proprietário da Fazenda nunca aparece, pois este contrata o "gato", que por sua vez alicia o trabalhador. Quando chamado para esclarecimentos, o fazendeiro, diz desconhecer o fato, alegando que contratou o "gato" fulano ou ciclano, quando na verdade o proprietário sabe e é conivente com os acontecimentos. (...) 6. Quando o trabalhador chega no local de trabalho, a situação se inverte. Instantaneamente, seu salário é rebaixado, a alimentação de péssima qualidade e preços exorbitantes e os alojamentos de condições sub-humanas. O trabalhador tenta recuar sem sucesso, pois a gleba é protegida por jagunços. Muitos tentam fugir e conseguem, alguns tentam em vão, e outros tantos são mortos por jagunços ou se perdem nas matas. 6.1. Os que fogem, denunciam as barbaridades de que foram vítimas, quase sempre sem amparo do órgão competente para a fiscalização destes atos¹²⁶.

Vale salientar que o trabalho escravo rural ou análogo à condição de escravo nega as condições mínimas de sobrevivência do trabalhador, o que torna a situação ainda mais alarmante, devido ao fato de muitos desses indivíduos serem desprovidos de conhecimento de seus direitos ou impossibilitados de clamar por ajuda, dessa maneira, seus “gritos” acabam não sendo ouvidos. Segundo Calafiori (2017) o trabalho análogo ao de escravo rural caracteriza-se por condições subumanas de trabalho e de vivência, no qual não são observadas as normas de proteção do trabalho. Nesse sentido, há a submissão do obreiro a jornadas exaustivas; são cobrados os instrumentos de trabalho e o uso de equipamentos de proteção individual; a alimentação é deficitária; não é disponibilizada água potável para consumo ou para cozinhar os alimentos; os alojamentos são precários (em geral feitos de lonas) e, sobretudo, destaca-se o tratamento cruel para esses trabalhadores.

¹²⁶ Ver o link na nota anterior.

Figura 10 - Levados para os confins da floresta amazônica, peões são explorados



Fonte: Reprodução/arquivo Montezuma Cruz, o Nortão Jornal

Importa ressaltar que o órgão de vigilância militar conhecia não só a prática de aliciamento com riqueza de detalhes, como também conhecia as condições as quais eram submetidos os trabalhadores e a atuação de jagunços nessas áreas. As práticas são de conhecimento oficial, mas naturalizadas pela justificativa de falta de verbas e dificuldade de comunicação devido às grandes distâncias, conforme dito nas conclusões do documento.

Apesar do documento citado ser de 1985, ele lança luz sobre fatos que ocorreram durante a década de 1970, com o desenrolar da política de colonização, concessão de incentivos fiscais e desenvolvimento a partir de polos de riquezas. Pouquíssimos casos de exploração de mão de obra na forma análoga a de escravo tiveram desfecho ainda na década de 1970.

Um destes casos é o da fazenda Muiraquitã, da Companhia Vale do Rio Roosevelt/MT. A fazenda foi denunciada em maio de 1976 através do Jornal do Brasil com o título “*Empresa é acusada de usar trabalho escravo*”¹²⁷. Na reportagem é narrado que representantes do Ministério do Trabalho na 98ª reunião do Conselho Deliberativo da Sudam recomendaram a suspensão de incentivos fiscais para empresas que mantivessem empregados em regime de escravidão, como a agropecuária citada, na qual

¹²⁷ EMPRESA é acusada de usar trabalho escravo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1976 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/141254

800 empregados são obrigados a trabalhar sem receberem salários e assistência médica, não têm meios para deixarem o local e 11 trabalhadores já morreram (...). O superintendente da SUDAM, Hugo de Almeida, informou que esta empresa já teve os incentivos fiscais suspensos. (...) O governador de Rondônia, Sr. Humberto Guedes, reforçou as acusações (...) e disse que a Agropecuária Vale do Rio Roosevelt construiu uma estrada que passava por dentro da aldeia dos índios suruis.

Se o número de empregados que o jornal noticia é “exagerado” ou não, a pesquisa documental nos responde satisfatoriamente. Encontramos dois pedidos de busca, para a Cia Vale do Rio Roosevelt, emitidos pelo SNI em abril de 1976, intitulados “ATIVIDADE DE EMPRESA NO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA¹²⁸”. Os dados conhecidos eram de que a empresa mantinha bases operacionais nos municípios de Vilhena e Vila Espigão do Oeste, ambos no Território Federal de Rondônia, mesmo que sua fazenda fosse localizada no Vale do Rio Roosevelt, no Município de Aripuanã/MT, quase na divisa com o referido Território de Rondônia. A empresa também estaria construindo uma estrada clandestina entre o rio Roosevelt e Vila Espigão do Oeste, através da Reserva Indígena de Aripuanã/MT, buscando saída para determinada fazenda naquela área.

O informe que respondeu aos pedidos de busca expostos foi intitulado “ESCRAVATURA BRANCA NO TERRITÓRIO DE RONDÔNIA¹²⁹”. Conta com um relatório elaborado pelo 2º Ten. PM Carlos Alberto Ciccone, Chefe da Seção de Informações da ASI/RO, em viagem à região do Vale do Rio Roosevelt, para apurar irregularidades sobre a estrada clandestina e “escravidão branca”. O relator informa que em conversa com o Sr. Alcides (gaúcho), fornecedor de mantimentos a alguns fazendeiros, foi confirmada a construção da estrada que passava por dentro da área da reserva indígena. O Sr. Alcides informou ainda que

Existia na Fazenda Vale do Rio Roosevelt, de propriedade dos Prandini, cerca de 1.000 homens (peões) trabalhando na confecção da estrada e da derrubada, tendo como empreiteiro o Sr. Benvindo Martins de Oliveira (o gato), vulgo Rivelia, elemento conhecido no Estado de Mato Grosso e mesmo em Rondônia. P.13

Em outro momento, o relator narra que sobrevoou a região do Vale do Rio Roosevelt, avistando e confirmando a existência da estrada que estava sendo construída pelos Prandini e Lunardelli, em estágio avançado de desmatamento. Após aterrissar na fazenda Muiraquitã, da

¹²⁸ Pedido de busca nº 094/18/AC/76, 23 mar 76. Assunto: Atividade de empresa no Território Federal de Rondônia [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_82002903_d0001de0001.pdf](#)

¹²⁹ Informe nº 136/76/ASI/RO, 06 abr 76. Assunto: Escravidão branca no Território Federal de Rondônia [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_82002903_d0001de0001.pdf](#)

Cia. Vale do Rio Roosevelt, o relator fez contatos importantes: com o Sr. Lira, proprietário da farmácia da fazenda, com o médico Luiz Milton Ayude Brizart, com o gato Rivelia e com peões trabalhavam lá:

- Perguntei como eram feitos os pagamentos referente a compra de medicamento, e ele (Sr. Lira) me disse que apenas extraía uma nota em nome do comprador, especificando a compra, e no fim de cada mês encaminhava ao escritório a fim de debitar na conta corrente do trabalhador. Assim sendo, não tem contato com dinheiro (...). Após então, conversar com o Sr. Lira e o Dr. Milton, procurei entrar em contato com o Sr. Benvindo (vulgo Rivelia), empreiteiro da firma e que executa serviços de derrubada e a construção da estrada que ligará Espigão D'Oeste àquela localidade (...). Possui cerca de 800 homens (peões) trabalhando para ele na derrubada. Diz que seus empregados têm direito a alimentação e assistência médica, além do pagamento da derrubada. E, assim que o peão termina o serviço, recebe o dinheiro referente aquele trabalho, e é liberado. Entretanto, em conversa com os peões, os mesmos se expressaram de outra maneira (...). Dizem os peões que estão trabalhando há vários meses e nunca receberam pagamento. Não lhes é permitida a saída da fazenda, sendo que para tal é mantido vários guardas armados, a noite, para impedir sua fuga.

A apreciação final do documento confirma a existência da estrada clandestina, como também a existência de “escavidão branca”, dado que não é permitido que os peões abandonem o serviço, caso insatisfeitos. Uma característica bastante marcante das regiões de exploração de trabalho análogo a de escravo¹³⁰ também está presente na narrativa do relator: o sistema de barracão. A maneira pela qual o Sr. Lira recebe os pagamentos sugere a existência deste sistema, no qual os trabalhadores se endividam e, muitas vezes, acabam devendo mais do que podem pagar, contribuindo para sua imobilização por dívidas.

A prática da imobilização por dívidas é abordada por Neide Esterici em *“Escravos da Desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje”* (2008). Neste trabalho, a autora narra que “entre todas essas formas repressivas da mão-de-obra, a imobilização por dívidas é, hoje, a mais disseminada” (p. 28). Tal prática é presente tanto em Barra do Garça, no relato do prefeito, quanto na fazenda Muiraquitã.

Desse modo, a degradação e a desumanização dos trabalhadores atinge patamares alarmantes: além do trabalho em jornadas exaustivas e péssimas condições, no momento de receberem seus pagamentos, era comum que recebessem apenas vales aceitos no barracão das fazendas ou no comércio próximo. Essa prática funcionava para manter o trabalhador preso ao local de trabalho.

¹³⁰ Trabalho forçado ou trabalho degradante são parte do trabalho análogo a de escravo (Art. 149 do CP). Crime "reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto".

Os estudos de Joanoni Neto e Guimarães Neto (2020) são reveladores da realidade desses trabalhadores. No artigo “*O avesso da nação: a recorrência de relações de trabalho escravo na fronteira amazônica no final do século XX e século XXI*”, é apresentado o resultado de uma pesquisa sobre parte do cotidiano e da desumanização desses trabalhadores. De acordo com os autores, foram encontrados documentos que relatam o desamparo desses trabalhadores endividados mesmo após o fim dos trabalhos, deixados em hotéis e pensões específicas, para comer e se hospedarem. Os empreiteiros, quando precisavam de mão-de-obra, recorriam a esses locais, pagavam pelas dívidas desses peões e podiam levá-los para nova empreita com esse valor já pesando sobre seus ombros. A isso se chamava “comprar a dívida” do peão (p. 495).

Outro informe do SNI de 02 de agosto de 1976, com o título “ESCRAVIDÃO BRANCA – Companhia VALE DO RIO ROOSEVELT/MT¹³¹”, narra, entre outras coisas, a morte do menor LUIZ MONTEIRO DA SILVA em abril de 1976, na fazenda MUIRAQUITAN da Cia Vale do Rio Roosevelt. No documento, há uma disputa de versões sobre a causa da morte do menor. De um lado, um atestado de óbito escrito à mão pelo médico Luiz Milton Ayude Brizart, relata a morte por hepatite infecciosa com complicações neurológicas. De outro, a versão do pai de Luiz Monteiro e dois companheiros de trabalho, que narram o não recebimento de pagamentos, a negligência médica em afirmar que a doença do rapaz de tratava “de uma gripe besta” e a recusa do gerente da fazenda de remover o jovem para Porto Velho, porque “quem adoecia lá, ficava bom lá mesmo¹³²”.

Note que a Cia Vale do Rio Roosevelt contou com a prestação de serviços do gato Rivelia, monitorado por denúncias de exploração de mão-de-obra-escrava, o que nos permite confirmar as denúncias, levando em conta o testemunho dos trabalhadores ao 2º Ten PM Carlos Alberto Ciccone. Diante desses fatos, assinalar que mesmo que empresas como a Cia Vale do Rio Cristalino/PA e Vale do Rio Roosevelt/MT se apoiem em relações capitalistas avançadas, com bases técnicas sofisticadas, também fazem uso da mão-de-obra em regime de escravidão contemporânea ou com graves irregularidades, como condições sanitárias e de trabalho inexistentes e retenção da mão de obra por endividamento¹³³. Para Esterci (2008) “formas de

¹³¹ Informe nº 626/76/DSI/MJ, 02 ago 76. Assunto: Escravidão branca – Companhia Vale do Rio Roosevelt/MT br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76098427_d0001de0001.pdf

¹³² Link na nota de rodapé anterior.

¹³³ Que segundo o governo da época caracterizava apenas “graves irregularidades” http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/kkk/84004844/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_kkk_84004844_d0001de0001.pdf denúncia de trabalho escravo, 1984

imobilização da força de trabalho convivem com relações contratuais e não são necessariamente opostas à modernização na produção”.

Vale citar ainda o relato do pesquisador e escritor francês Antoine Acker referente à montadora Volkswagen, que resolveu investir em pecuária de ponta no Brasil, a partir do lema “integrar para não entregar” da ditadura militar (1964-1985). Na época, o trabalho era basicamente caracterizado como mão de obra escrava. No livro *“Volkswagen in Amazon: The Tragedy of Global Development in Modern Brazil”*, escrito por Acker em 2017, o autor descreve:

A Volkswagen permitiu o acesso a seus arquivos na Alemanha, e que a matriz se mostrou contrária ao empreendimento em vários documentos, nos quais consta: “Autorizo este peão a sair da fazenda por estar livre” (Carta de alforria, Fazenda Vale do Rio Cristalino). A explicação estava na Operação Amazônia, um dos tantos planos de ocupação da floresta que existiram no país – dessa vez bancado pelo regime militar. As origens estão na virada da década de 1960 para 1970. Em 1973, ano em que o projeto da Companhia Vale do Rio Cristalino Agropecuária, Comércio e Indústria (CVRC) teve início, a Volkswagen produziu 379,4 mil automóveis no país. O número representava 57,6% de todos os carros de passeio do país e comerciais leves montados no Brasil naquele ano¹³⁴.

A CVRC começou a operar em 1974 e o gerente da companhia era o suíço Georg Brügger, apontado como um homem impulsivo pelo padre Ricardo Rezende Figueira. O padre foi responsável por denunciar o trabalho escravo na fazenda da Volkswagen. Em seu relato lembra outro trecho no documento referente ao trabalho escravo na época: “Liberem estes quatro homens, pois já liquidaram os seus débitos na fazenda. Nada mais, agradecido” (Carta de alforria, Fazenda Rio Cristalino). O padre contou que foi morar no sul do Pará em 1978, onde coordenou a CPT da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a região do Araguaia e Tocantins.

Em 1983, Rezende conheceu três jovens que tinham acabado de escapar da CVRC, também chamada de Fazenda Volkswagen. Eles tinham alegado que precisavam fazer o alistamento militar e assim conseguiram sair, mesmo tendo dívidas a quitar. Esses débitos, segundo o padre Rezende, eram o modo de manter os trabalhadores cativos – o que, segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT), caracteriza a servidão por dívida. Eles eram impedidos de sair enquanto não estivessem em dia. Com a denúncia feita pelos jovens, o padre conseguiu juntar uma comitiva de deputados estaduais de São Paulo e visitar a fazenda da Volkswagen

¹³⁴ “Acusação de mão de obra escrava em fazenda da Volkswagen foi feita por padre nos anos 1980”. Texto disponível pela Folha de São Paulo em 30 de maio de 2022 às 19h58 por Eduardo Sodré <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/05/acusacao-de-mao-de-obra-escrava-em-fazenda-da-volkswagen-foi-feita-por-padre-nos-anos-1980.shtml>>

com o conhecimento da montadora. Havia sinais de que a empresa não tinha pleno conhecimento do que de fato ocorria.

Figura 11 – Chamada na capa do de Estadão 17/7/1983

***VW nega denúncia
sobre escravidão***
As denúncias de que estaria havendo trabalho escravo em sua fazenda no Pará são desmentidas pela Volkswagen do Brasil, que levou à propriedade jornalistas, deputados, dirigentes sindicais e um padre — autor das denúncias —, para conhecê-la. Se houve abuso, “foi dos empreiteiros” — defende-se a empresa.
Página 24

Fonte: Acervo/Estadão

Nesse aspecto, torna-se importante ler a Amazônia como um território de disputa pela terra, que vivencia a experiência da presença maciça de trabalhadores rurais de todas as partes do Brasil, durante a ditadura militar, atuando nas mais diversas atividades laborais. Ora como trabalhador contratado, permanente ou temporário, ora na condição de trabalho análogo ao de escravo, ora sem trabalho algum. Nesse mundo do trabalho e “não trabalho”, homens e mulheres se encontram em pequenas cidades e vilas, em áreas de assentamento de reforma agrária, em grandes fazendas/empresas, no meio da floresta construindo cercas, derrubando árvores, limpando áreas, rodando por várias rodovias federais e estaduais que cortam os estados que compõem a Amazônia. Um quadro social que exige abordagens inovadoras e que possibilitem desconstruir o tema do trabalho e da exploração dos trabalhadores sob diferentes perspectivas.

Compreender como o regime fundiário no Brasil se encontra imbricado às práticas de violência contra os trabalhadores rurais e também as ações e lutas que estes protagonizam, observando a sua historicidade, retrata um dos pontos mais cruciais da sua história contemporânea. O legado político dos tempos da ditadura, instalada em 1964, e de períodos anteriores, não apenas marca nosso tempo presente, mas metamorfoseia-se em outros discursos

e práticas, permitindo apropriações políticas diversas que conformam o desenho da contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pretendeu com este estudo, ainda que de forma preliminar, foi analisar o projeto político entre o empresariado, a ditadura militar e a aliança agrária na Amazônia no período entre 1964 e 1985, considerando a classe do trabalhador rural e os conflitos diretos com o Estado, latifundiários, grandes produtores e empresários. Tentou-se compreender a reforma agrária que não pode ser entendida como "uma panaceia", uma vez que a mesma parece ser insuficiente para resolver os problemas do país.

Os dados discutidos nesta pesquisa revelaram os graves problemas e consequências que o modelo de capital financeiro e as corporações transnacionais impuseram à agricultura brasileira, especialmente durante ditadura militar. No Brasil, o período entre 1964 e 1985 foi para a história da Amazônia aquele que definiu as mudanças estruturais na região, redesenhando a cartografia do lugar, dando origem a novas cidades que levaram à formação de núcleos de expansão, fronteiras agrícolas, mega-projetos de exploração de riquezas, que aumentou consideravelmente o número de habitantes dos estados amazônicos, especialmente no norte do Brasil.

A concretização de grandes empreendimentos no quadro de uma nova regionalização do espaço foi considerada uma ferramenta para o desenvolvimento urbano, agrícola e industrial, fins que foram violados ao priorizar a rentabilidade econômica dos investidores. O desenvolvimento do capitalismo na região rural trouxe como consequência grandes conflitos sociais de caráter ideológico, uma vez que quase todas aquelas terras pertenciam a aldeias indígenas e aos posseiros. Empresários obtiveram do governo a concessão de terras para desenvolver projetos pecuários em extensas áreas que foram (re)ocupadas com os programas de colonização, processo mediado por propagandas que noticiam a riqueza das novas terras, em especial na Amazônia.

Viu-se, portanto, um discurso de progresso e prosperidade, embora resultante da exploração de pequenos agricultores – sobretudo para os primeiros colonos que chegaram aos núcleos dos projetos de colonização – e que perderam, gradativamente, suas terras para empreiteiras. Tal condição provocou um novo processo de expropriação que segue até os dias atuais, coagindo ou expulsando não apenas pequenos agricultores, mas populações indígenas a se deslocarem, em parte na condição de trabalhadores sem terra, para outras áreas agrícolas ou para fazendas agropecuárias, agroindustriais e de mineração. Assim, aliado ao modelo de concentração da terra observado na Amazônia e em outras regiões do país, intensificava-se a

miséria entre as populações exploradas pelos empreiteiros, latifundiários e grandes proprietários de terras.

Os latifundiários atuaram como catalisadores do processo aglutinador de interesses de classe, agrupando em torno de si a burguesia urbana (empresariado e industriais), parte do aparato militar e repressivo do Estado (especialmente as forças armadas). Esse arranjo ideológico revelou o discurso das oligarquias assentado na liberdade de ser desigual. Assim, o que estava em jogo no início da ditadura era o rumo que o processo de modernização capitalista tomaria no Brasil, e desse modo, os proprietários de terra e empresários destacaram-se como protagonistas no exercido para reproduzir sua condição de classe e participação ativa e efetiva no arranjo político do Estado autoritário.

As lutas camponesas em torno da reforma agrária e da transformação da estrutura fundiária inquietavam os grandes proprietários de terras desde a década de 1950 em plena associação com as forças militares. Além disso, a ênfase na produtividade, modernização e reforma agrária na região amazônica no período de 1964 a 1985 resultou não apenas na ocorrência de diversas desapropriações e assentamentos, mas também na concentração fundiária, na expansão do agronegócio e num ciclo de expropriação e violência que marcou a história brasileira.

Desse modo, a história de apropriação de terras e incorporação da Amazônia ao mercado mundial é cheia de sangue e resistência e os exemplos são múltiplos. Foram múltiplas as formas de exploração, nas quais as lutas quase sempre estiveram presentes, entre elas, a cooptação de mão de obra e de trabalho análogo ao de escravo praticado pelos chamados “gatos”. A persistência do trabalho escravo, tão presente na região, e a superexploração da natureza, expressa claramente através da expansão do agronegócio, do hidronegócio, do mineralnegócio, dos negócios relacionados aos sistemas logísticos e na commoditização relacionam-se com práticas de violência coexistindo com o trabalho análogo ao escravo, pactuado pelo poder entre bancos, grandes corporações exportadoras, latifundiários, empresários, capangas, pistoleiros e, logicamente, o Estado como braço financiador, (des)regulador e representante das forças de segurança.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. GETAT – A segurança nacional e o revigoramento do poder regional, **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária** Campinas, v. 11, n. 2, p. 4-41, mar./abr. 1980.
- ARAÚJO, Joana Maria Lucena de. **A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental: trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985)**. 153p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2015.
- ARENDT, Hannah. **Compreensão e política e outros ensaios 1930-1954**. Trad. Miguel Serras Pereira. Relógio D'água Editores, 2001.
- BANDEIRA de Melo defende **aculturação do índio para integrá-lo à comunidade**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 31 out. 1970
- BATISTA, Iane Maria da Silva. **A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955 -1985)**. 2016. 369 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. v. 1, cap. 15, p. 222-234.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. [Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- BOLLE, Willi. **Um painel com milhares de lâmpadas**. *Metrópole & eegacidade* (posfácio à edição brasileira). In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização da edição brasileira de Willi Bolle; colaboração na organização da edição brasileira de Olgária Chain F. Matos. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 1141-1167.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

BRUNO, Regina et al. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In.: BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e Cidadania:** políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 55-84, 2011.

BRUNO, Regina. Guardiões da reforma agrária.: Servidores públicos e técnicos em defesa de uma reforma agrária durante a ditadura militar do Brasil. **Tempos Históricos**, v. 16, n. 2, p. 71-97, 2012.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

BUTLER, Judith e ATHANASIOU, A. **Dépossession.** Traduit par Charlotte Nordmann, Paris, Diaphanes, 2016, p.172

BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes:** judaicidade e crítica do sionismo. Tradução Rogério Bettoni, 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a História), 1988.

CARVALHO, Murilo. **Sangue da Terra** – a luta armada no campo. Editora Brasil Debates, São Paulo, 1980.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault:** Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 477 p.

CENSO AGROPECUÁRIO, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro: 2017.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CARDOSO, FH., MÜLLER, G. **Amazônia:** expansão do capitalismo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.168 p.

COUTO E SILVA. G. **Conjuntura polícia nacional:** o poder executivo & geopolítica do Brasil. José Olympio: Rio de Janeiro, 1981.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **História do tempo presente.** 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia:** Peões e posseiros contra a grande empresa. 2a edição (Versão Eletrônica). 02. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. v. 1. 146p.

ESTERCI, Neide. **Escravos da Desigualdade:** Um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje.2a. Edição (Versão Eletrônica). 02. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Ciências Sociais, 2008. v. 1. 102p .

FARGE, Arlette. **Lugares para a história.** Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses.** Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária e educação do campo no governo Lula. **Revista Campo-Território**, v. 7, n. 14, 2012.

FIGUEIREDO, L. **Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura.** Cia. das Letras: São Paulo, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOLBERY do Couto e. **Geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. **1964: o golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1. 419p .

GOMES, A. C.; GUIMARÃES NETO, Regina B. . **Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2018. 200p.

GUIMARÃES NETO, Regina B. **A lenda do ouro verde.** Política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá, MT: Ed. Unicem (Apoio Unesco), 2002.

GUIMARÃES NETO, Regina B. História, trabalho e política de colonização no Brasil contemporâneo (Amazônia): discursos e práticas. *Amazônia Legal*. In: MONTENEGRO, Antônio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera l. Costa.. (Org.). **História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade.** 1 ed. Recife PE: Editora Universitária da UFPE, 2011, v. 1, p. 85-130.

GUIMARÃES NETO, Regina B.. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História do tempo presente.** 1 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, v. 1, p. 123-148

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Políticas Governamentais: a colonização como acontecimento. In **Territórios e Fronteiras**. Cuiabá, vol. 7, 2014. p. 38-46

GUIMARÃES NETO, Regina B.; JOANONI NETO, V. A Amazônia e a política de Integração Nacional. O discurso da modernização entre o passado e o presente. **Dialogos Latinoamericanos**, v. 26, p. 144-157, 2017.

GUIMARÃES NETO, Regina B.; JOANONI NETO, V. Do uso das tecnologias e dos dispositivos de poder: ditadura militar e empresários na Amazônia. In: NUNES, Paulo Giovanni Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo. (Org.). **Utopia e repressão: 1968 no Brasil.** 1ed. Salvador Ba: Saga Editora, 2018, v. 1, p. 309-334.

GUIMARÃES NETO, Regina B.; JOANONI NETO, V. . O avesso da nação: a recorrência de relações de trabalho escravo na fronteira amazônica no final do século XX e século XXI. **CADERNO DE GEOGRAFIA**, v. v. 30 n. 3, p. 484-505, 2020.

IANNI, Octavio. **Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

JUNIOR, Armando Wilson Tafner; ROSA, Juliana Cristina. A remoção dos Xavante de Marãiwatsédé na década de 1960: o esbulho da terra para a abertura da Agropecuária Suiá Missú S/A. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 22, n. 2, p. 125-145, 2017.

KAFKA, Franz. Diante da lei. In: KAFKA, Franz. **Um médico rural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LOCATEL, Celso Donizete; LIMA, Fernanda Laize Silva de. Agronegócio e poder político: políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil. **Sociedade e Território**, v. 28, n. 2, p. 57-81, 2016.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado, Homem, Natureza**. 2. ed. Belém: Editora Cejup, 2004.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.111- 153.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo social**, v. 6, p. 1-25, 1995.

MELO, Demian Bezerra de et al. **O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão**. In: A Miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. cap. 5, p. 157-188.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia e memória**. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera L. (Org.). **História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: EdUFPE, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva: a utilidade e o inconveniente da história para a vida**. São Paulo: Escala, 2008. 125 p.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Migrações, conflitos e violência no campo. Tese (doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará (1980-1995)**. Territórios e Fronteiras (UFMT. Online), v. 8, p. 229, 2015.

PIVETTA, Marcos. Biomas sob ataque. **Revista Pesquisa FAPESP**, Edição 292 jun. 2020.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. Editora Elefante, 2021.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, em cotutela com Harvard University, 2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura nacional, o poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

REIS, José Carlos. **História e teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. 246 p.

REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1997. 472 p.

SAFATLE, V., TELES, E. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. Boitempo: São Paulo, 2010.

SOARES, Filipe Menezes. **O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste) - Discursos e políticas governamentais (1970-1974)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em História) – UFPE

SOUZA, J. D. O. **Tecnologias de poder e controle da questão agrária brasileira: o INCRA e a SUDAM**. In: 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil, 2019, Recife. Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil, 2019.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: História de sangue e resistência indígena na ditadura. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 518 p.

VASCONCELOS, Yuri. Agrotóxicos na berlinda. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, ano, v. 19, 2018.

ZAPAROLLI, Domingos. Agricultura 4.0. **Revista Pesquisa Fapesp**, 2020.

DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA NA PESQUISA (em ordem de utilização)

CAPÍTULO UM

LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm

Informe s/nº, 15 jun 77. Assunto: Dom Pedro Maria Casaldáliga Plá – Depoimento na CPI da Terra: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77103751_d0001de0001.pdf

Encaminhamento nº 284/19/AC/75, 09 set 75. Assunto: Dom Pedro Maria Casaldáliga: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095490_d0001de0006.pdf

Informe nº 1870 – H/79, 20 jul 79. Assunto: Concentração na Universidade Gama Filho (UGF): br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_79001086_d0001de0001.pdf

Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970 “Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências”. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm

Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971. “Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências”. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1164.htm

GOVERNO conta com ajuda dos empresários no trabalho de desenvolvimento da Amazônia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1969 http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/133218

MISSÃO de todos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1970 http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/18335

LEI Nº 5.173, DE 27 DE OUTUBRO DE 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5173.htm

GENERAL vê Amazônia sob ameaça. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1971 http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/38098

DECRETO-LEI Nº 1.110, DE 9 DE JULHO DE 1970. “Cria o Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de reforma agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da reforma agrária e dá outras providências.” http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1110.htm

TRANSAMAZÔNICA já tem 83% da linha-base implantada no trajeto inicial da rodovia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1971 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/31460

INCRA envia mais lavradores à Amazônia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1971 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/35478

FAMÍLIAS pernambucanas instalam-se na Transamazônica. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1971 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/31460

MÉDICI reafirma soberania Brasileira na Amazônia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1970 http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/17921

PRESIDENTE do INCRA toma posse. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1970. http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/12787

SEMINÁRIO encerra com apelo à produtividade. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 21 de setembro de 1971 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/40556

ROTA da Amazônia semeia medo e esperança entre os sertanejos. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1970 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/16597 ;

INCRA envia mais lavradores à Amazônia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 5 de julho de 1971 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/35478

JÁ estou na Transamazônica. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1970 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/14028

DESAFIO dura quatro séculos – departamento de pesquisa. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1968 http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/119583

PISTA para você encontrar a mina de ouro. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1970 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/21663

COLONIZAÇÃO é meta de Cirne Lima. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1 de julho de 1970
http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/11320

PATRULHAMENTO de rios em Mato Grosso evitará posse ilegal de terras no Norte. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1974
http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/100041

VIOLÊNCIA mata 300 garimpeiros. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1979
http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/209942

SÃO Félix cria império do boi no Araguaia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1972
http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/243627

A semana econômica. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1967
http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/95310

ECONOMISTA afirma que brasil tem na agricultura sua base. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1976
http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/153246

MISSÃO de todos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1970
http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/18335

AMAZÔNIA reavaliada. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1974.
http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/102869

Informe s/nº, 15 jun 77. Assunto: Dom Pedro Maria Casaldáliga Plá – Depoimento na CPI da Terra: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77103751_d0001de0001.pdf

Encaminhamento nº 284/19/AC/75, 09 set 75. Assunto: Dom Pedro Maria Casaldáliga: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095490_d0001de0006.pdf

Encaminhamento nº 284/19/AC/75, 09 set 75. Assunto: Dom Pedro Maria Casaldáliga: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095490_d0001de0006.pdf

NUNCIATURA pede à CNBB documento sobre latifúndio na Amazônia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1971
http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/43959

Informe nº 0540/19/AC/79, 01 nov 79. Assunto: Comissão Pastoral da Terra – CPT
br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80006141_d0001de0002.pdf

Informe nº 048/16/73/ACG/SNI, 09 fev 73. Assunto: Pedro Casaldáliga, Bispo da Prelazia de São Félix em Mato Grosso – Jornal “OPINIÃO”
br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73058241_d0001de0001.pdf

Encaminhamento nº 2897/84-DSI/MIC, 29 nov 84. Assunto: A violência no campo pela mão armada do latifúndio br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_85048859_d0001de0001.pdf

CAPÍTULO DOIS

Decreto nº 67.557, de 12 de Novembro de 1970. Dispõe sobre a criação de área prioritária ao longo da rodovia Transamazônica, para fins de Reforma Agrária, a ser incluída no Plano de Integração Nacional, e dá outras providências.
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67557-12-novembro-1970-409139-publicacaooriginal-1-pe.html>

AMAZÔNIA reavaliada. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1974.
http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/102869

A agroindústria é a vocação da Amazônia. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1976 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/153246

Decreto nº 74.607, de 25 de Setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA).
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74607-25-setembro-1974-423225-publicacaooriginal-1-pe.html>

VOLKSWAGEN investe Cr\$ 1 bilhão em projetos na região amazônica. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 de maio de 1974 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/104954

VW entrega projeto à SUDAM. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1974
http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/106211

MACROEMPRESA desenvolve agropecuária no Norte. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 1976, p. 21 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/68708

Encaminhamento nº 2897/84-DSI/MIC, 29 nov 84. Assunto: A violência no campo pela mão armada do latifúndio [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_85048859_d0001de0001.pdf](#)

VOLKSWAGEN desmente devastação. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1975 [http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/129662](#)

Informe nº 1026/17/ABE/75, 27 mai 75. Assunto: Companhia Vale do Rio Cristalino [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77109601_d0002de0002.pdf](#)

Informe nº 845/01/III/87-CI/DPF, 26 jun 87. Assunto: Imóveis envolvidos em denúncias de trabalho escravo no Pará [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_87062906_d0001de0001.pdf](#)

LAVRADOR que denunciou escravidão em M. Grosso se diz ameaçado de morte. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1975, p. 11 [http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/116771](#)

LAVRADOR faz denúncia e desaparece. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1975 [http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/117064](#)

SÃO Félix cria império do boi no Araguaia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1972 [http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/243627](#)

PENSÕES de Cuiabá levam a regime de escravidão os peões em busca de emprego. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1976 [http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/147932](#)

Informe nº 1615/S-102-A7-CIE, 14 out 74. Assunto: Regime de Escravidão [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74077196_d0001de0001.pdf](#)

Informe Nº 126/85-SI/SR/DPF/MT, 01 OUT 85. Assunto: Denúncia de Trabalho Escravo – Mato Grosso [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_mmm_85005743_d0001de0002.pdf](#)

Informe nº 1615/S-102-A7-CIE, 14 out 74. Assunto: Regime de Escravidão [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74077196_d0001de0001.pdf](#)

Informe Nº 126/85-SI/SR/DPF/MT, 01 OUT 85. Assunto: Denúncia de Trabalho Escravo – Mato Grosso [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_mmm_85005743_d0001de0002.pdf](#)

EMPRESA é acusada de usar trabalho escravo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1976 [http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/141254](#)

Pedido de busca nº 094/18/AC/76, 23 mar 76. Assunto: Atividade de empresa no Território Federal de Rondônia [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_82002903_d0001de0001.pdf](#)

Informe nº 136/76/ASI/RO, 06 abr 76. Assunto: Escravatura branca no Território Federal de Rondônia [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_82002903_d0001de0001.pdf](#)

Informe nº 626/76/DSI/MJ, 02 ago 76. Assunto: Escravidão branca – Companhia Vale do Rio Roosevelt/MT [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_76098427_d0001de0001.pdf](#)

CAPÍTULO TRÊS

Encaminhamento nº 284/19/AC/75, 09 set 75. Assunto: Dom Pedro Maria Casaldáliga: [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_76095490_d0001de0006.pdf](#)

Informe nº 095/???/SNI/77, 24 fev 77. Assunto: Atuação da esquerda clerical Operação Anchieta – OPAN (CIMI) [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_83006461_d0001de0001.pdf](#)

GOVERNO constrói rodovia paralela à Transamazônica. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1971 http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/40000

Encaminhamento nº 284/19/AC/75, 09 set 75. Assunto: Dom Pedro Maria Casaldáliga: [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_76095490_d0001de0006.pdf](#)

OS Yanomami – povo ameaçado. O Mensageiro, PA. 1980. <http://memoria.bn.br/DocReader/891479/4406>